

The background of the cover is a photograph of the main building of the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). The building is a large, multi-story structure with a central entrance and two wings extending outwards. It has a light-colored facade and a red-tiled roof. The building is surrounded by a large green lawn and several trees. The sky is a clear, light blue.

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONTINENTES

Revista de Geografia – Departamento de Geociências

Ano 4, N.º 6, Jan./ Jun. 2015

CAPA

Foto acima

Fachada do Prédio Principal da UFRRJ

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:P1,_UFRRJ.jpg

Foto abaixo

Jardim interno do Prédio Principal da UFRRJ

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jardim_do_P1,_UFRRJ.jpg

Fotos: André Ribeiro

A UFRRJ tem suas origens no Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, assinado por Nilo Peçanha, Presidente da República, e por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, Ministro da Agricultura. Assim foram estabelecidas as bases fundamentais do ensino agropecuário no Brasil, criando a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. A sede foi instalada, em 1911, no palácio do Duque de Saxe, onde hoje está o CEFET/MEC, no Maracanã, Rio de Janeiro.

Pelo Decreto-Lei 6.155, de 30 de dezembro de 1943, nascia a Universidade Rural, abrangendo na época a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, Cursos de Extensão, Serviço Escolar e Serviço de Desportos. A Universidade, além de consolidar os novos cursos e serviços criados, tomava as providências para, em 1948, transferir o seu campus para as margens da Antiga Rodovia Rio-São Paulo, hoje BR-465.

A atual denominação – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – veio com a Lei 4.759, de 1965.

Fonte:

<http://www.ufrrj.br/portal/modulo/reitoria/index.php?view=historia>

CONTINENTES

**Revista de Geografia – Departamento de Geociências
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Dossiê
– Planejamento Urbano –Ambiental –**

Ano 4, N.º 6, Jan./ Jun. 2015

CONTINENTES

Revista de Geografia – Departamento de Geociências

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ano 4, N.º 6, Jan./ Jun. 2015

ISSN 2317-8825

www.revistacontinentes.com.br

continentes@ufrj.br

CONTINENTES: Revista de Geografia da UFRRJ

Revista Semestral – Jan. / Jun. 2015, Ano 4, número 6.

ISSN 2317-8825

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Agronomia – Departamento de Geociências

Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado)

Reitor: Professora Ana Maria Dantas Soares

Vice-Reitor: Professor Eduardo Mendes Callado

Diretor do IA: Alexis Rosa Nummer

Chefe do DEGEO: Andrea Carmo Sampaio

Coordenadora do Curso de Geografia: Regina Cohen Barros

Coordenação Editorial:

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Heitor Soares de Farias (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Coordenação Técnico-Executiva:

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial:

Ambrosina H. G. Pascutti (DEGEO-UFRRJ)

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andréa Carmo Sampaio (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Francisco Carlos de Francisco (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Gustavo Mota de Sousa (DEGEO-UFRRJ)

Heitor Soares de Farias (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Lirian Melchior (DEGEO-UFRRJ)

Marcio Rufino Silva (DEGEO-UFRRJ)

Maria Hilde de Barros Goes (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Pablo Ibañez (DEGEO-UFRRJ)

Regina Cohen Barros (DEGEO-UFRRJ)

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Científico:

Ana Maria Lima Daou (UFRJ)

Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)

Clarice Cassab (UFJF)

Denizart Fortuna (UFF)

Cleber Marques de Castro (UERJ; PUC-RJ)

Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN)

Eduardo Vedor de Paula (UFPR)

Eustógio Wanderley C. Dantas (UFC)

Federico Ferretti (Univ. de Genebra)

Florian José Godinho de Oliveira (UERJ)

Gilmar Mascarenhas de Jesus (UERJ)

Hector Mendoza Vargas (UNAM)

Helena Pina (Univ. do Porto)

Jader de Oliveira Santos (UFCE)

Jerusa Vilhena de Moraes (UNIFESP)

Jorge Soares Marques (UERJ)

Juliana Menezes (UFF)

Jurandy Ross (USP)

Leonardo Arantes (UFF)

Luciano Ximenes Aragão (UERJ/FEBF)

Luís Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)

Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF)

Marcos Antônio Silvestre Gomes (UFF)

Maria do Socorro Bezerra de Lima (UFF)

Marisa Silva Amaral (UFU)

Paul Claval (Sorbonne – Paris IV)

Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile)

Rodrigo Teixeira (PUC-MG)

William Ribeiro da Silva (UFRJ)

SUMÁRIO

1 EDITORIAL

ARTIGOS

6 *Indicadores Sintéticos de Qualidade de Vida Aplicados na Região Metropolitana do Rio De Janeiro: Uma Análise dos Últimos Censos Demográficos – 2000/2010*
Heitor Soares de Farias

27 *O Dilema Sócio-Espacial na Banlieue Parisiense: O caso de Clichy-sous-Bois sob a ótica dos alunos do Lycée Alfred Nobel*
Zélia Aurea Thomaz

46 *Geografia e Panarquia: Notas Teóricas para Evolução do Conhecimento a Respeito de um Sistema Territorial*
Antonio Carlos Oscar Jr

68 *Caracterização Geoecológica e Análise De Fragmentos da Bacia do Córrego do Lenheiro, São João Del-Rei – MG*
Thais Ferreira Resende, Gustavo Pyra Almeida, André Batista de Negreiros

83 *O Antropoceno como Fetichismo*
Daniel Cunha

POSIÇÕES:

104 *Pelo Estado: apontamentos para uma crítica*
Marcio Rufino Silva

RELATOS DE PESQUISA

121 *Novas Formas de Produção do Espaço Urbano: Segregação Sócio-Espacial no Município de Resende – RJ*
Raiza Carolina Diniz Silva, Thamires Lacerda Chaves Bispo

RESENHA

140 *Comprando Tempo Diante da Crise do Capitalismo*
Maurilio Lima Botelho

SUMMARY

1 EDITORIAL

ARTICLES

6 *Synthetic Indicators of Application Quality of Life in the Metropolitan Area of Rio de Janeiro: an analysis of past Censuses - 2000/2010.*
Heitor Soares de Farias

27 *The Socio-Spatial Dilemma in Paris Banlieue: The Clichy-Sous-Bois' Case from the Alfred Nobel School's Students Perspective*
Zélia Aurea Thomaz

46 *Geography and Panarchy: Theoretical Notes for Knowledge Evolution about a Territorial System.*
Antonio Carlos Oscar Jr

68 *Geocological Characteristics and Analysis of Fragments from Lenheiro's River Basin, São João Del Rei - MG*
Thais Ferreira Resende, Gustavo Pyra Almeida, André Batista de Negreiros

83 *The Anthropocene as Fetishism*
Daniel Cunha

POSITIONS

104 *By State: critical notes*
Marcio Rufino Silva

RESEARCH REPORTS

121 *New Forms of Urban Space Production: Socio-Spatial Segregation in the Municipality of Resende - RJ*
Raiza Carolina Diniz Silva, Thamires Lacerda Chaves Bispo

REVIEWS

140 *Buying Time in a Capitalim Crisis*
Maurilio Lima Botelho

SOMMAIRE

1 EDITORIAL

ARTICLES

6 *Indicateurs synthétiques de qualité de vie appliqués à la Région Métropolitaine de Rio de Janeiro : une analyse des derniers recensements démographiques (2000-2010)*
Heitor Soares de Farias

27 *Le dilemme socio-spatial dans la banlieue parisienne: le cas de Clichy-sous-Bois sous le regard des élèves du lycée Alfred Nobel*
Zélia Aurea Thomaz

46 *Géographie et panarchie: remarques théoriques pour l'évolution de la connaissance autour des systèmes territoriales*
Antonio Carlos Oscar Jr

68 *Caractérisation géoécologique et analyse des fragments du Bassin du Ruisseau de Lenheiro, São João del Rei (MG)*
Thais Ferreira Resende, Gustavo Pyra Almeida, André Batista de Negreiros

83 *L'Anthropocène en tant que fétichisme*
Daniel Cunha

POSITIONS:

104 *Par l'État: remarques critiques*
Marcio Rufino Silva

RAPPORTS DE RECHERCHE

121 *Nouvelles formes de production de l'espace urbain: ségrégation socio-spatial dans la municipalité de Resende (RJ)*
Raiza Carolina Diniz Silva, Thamires Lacerda Chaves Bispo

COMPTE-RENDUS

140 *En achetant le temps devant la crise du capitalisme*
Maurilio Lima Botelho

EDITORIAL

GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO: FRONTEIRA ENTRE CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO

Heitor Soares de Farias

É com grande satisfação que a *Revista Continentes, do Curso de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ*, oferece ao público seu sexto número. Completamos o nosso primeiro triênio de existência e iniciamos um novo ciclo, pois a partir do próximo número a *Continentes* passará a ser a revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRRJ, um programa de mestrado *multicampi* que Seropédica e Nova Iguaçu estão dividindo. Por este motivo escolhi compor a capa deste número com duas fotos do prédio principal, também conhecido como P1, da UFRRJ, do *campus* Seropédica, representando o início, o que foi planejado, pois a partir daqui a revista se transforma.

Somente aqueles que já participaram da confecção de um periódico sabem o quão trabalhoso é elaborar uma nova edição. Assim, aproveito para agradecer a todos que contribuíram para que a *Continentes* possa, mais uma vez, ser publicada. Obrigado pela dedicação e apoio, pois essa ajuda foi fundamental para mais uma publicação de alto nível, mantendo esse espaço privilegiado de produção e divulgação do conhecimento geográfico.

O presente número trata-se de um dossiê sobre planejamento urbano-ambiental, pois, quase que por acaso, se é que existe acaso, conseguimos reunir trabalhos voltados a pensar o planejamento, seja num viés urbano, ambiental, ou mesmo urbano-ambiental, que tem na cidade (e na Geografia) o grande desafio de solucionar os problemas sócio-espaciais. É importante observar a multiplicidade de possibilidades de análise para entendimento da ação de planejar. Como a Geografia se multiplica em muitas subáreas e especializações, estamos dando espaço para o surgimento de novos temas, novas metodologias, o resgate de conceitos e, também, a formação de novos pesquisadores.

O artigo que abre a revista é assinado por mim e trata-se de um ensaio, onde discuto muito brevemente a importância da construção de indicadores sintéticos no planejamento e gestão urbana, e aplico na região metropolitana do Rio de Janeiro, utilizando dados dos últimos censos demográficos para espacializar a qualidade de vida na nossa metrópole fluminense, gerando subsídios para localização de políticas públicas. Um artigo empirista que conclui ressaltando os importantes avanços sociais atingidos que se refletiram na melhoria da qualidade de vida na região metropolitana do Rio de Janeiro na última década.

O próximo artigo é assinado por Zélia Aurea Thomaz, que traz uma análise da complexa estrutura de poder geopolítico entre a França e suas colônias. A população francesa migra para a antiga metrópole em busca de melhores condições de vida e justiça social. Clichy-sous-Bois, área periférica das mais precarizadas, a quinze quilômetros de Paris, abriga população com mais de cem nacionalidades, é exemplo de área receptora dos migrantes franceses que se destinam a Paris. Com o objetivo de identificar como ocorre a integração sócio-espacial e cultural para aqueles que possuem referências distintas dos cidadãos ditos franceses legítimos, a autora realizou um trabalho de campo em Clichy-sous-Bois na tentativa de extrair relatos dos jovens que vivenciam a realidade local. Os relatos são muito interessantes e nos permitem enxergar a periferia para além de seus problemas urbanos, mas também com problema identitário que, no caso da França, descortina sentimentos como *nacionalismo, eurocentrismo, religiosidade e civilização*, por exemplo.

O artigo seguinte é de Antônio Carlos Oscar Jr., Doutorando em Geografia pela UNICAMP, e atualmente Diretor de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Ele traz sua contribuição ao planejamento urbano-ambiental criticando a concepção e a operacionalização do planejamento territorial atual, que não considera os sistemas ambientais. É preciso conhecer as fragilidades do meio, associando o suporte físico-natural à infraestrutura territorial para atingir um nível de adaptação que não se traduza em desastres. Sua construção teórica apoia-se na evolução de sistemas adaptativos complexos, resgatando para isto o conceito de panarquia, ideia desenvolvida por Holling *et al.*, publicada em 2001.

No artigo seguinte André Batista de Negreiros, Professor do curso de Geografia da Universidade Federal de São João Del-Rei, e seus alunos de graduação Thais Ferreira

Resende e Gustavo Pyra Almeida, trazem mais uma contribuição que visa superar a visão fragmentada do espaço, o que pode ter sido o grande ponto de partida para as crises ambientais do presente. Como forma de repensar a natureza e o espaço como um todo, os autores propõem a retomada de uma abordagem integradora dos diferentes elementos, a Geoecologia. O termo data de 1939 e foi proposto para abordar a paisagem de forma sistêmica e interligada. O objetivo desta retomada é subsidiar o planejamento territorial, políticas públicas que visem à conservação da biodiversidade e diferentes políticas de ordenamento territorial.

O próximo artigo é escrito por Daniel Cunha, Engenheiro Químico pela UFRGS, Mestre em Ciência Ambiental, assessor ambiental do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O autor discute o atual momento em que vivemos, baseando-se em Marx, para criticar a lógica do modelo de produção mundial diante de uma iminente, pra não dizer corrente, crise climática consequência do aquecimento global. Apesar de diferentes indicadores mostrarem que as concentrações de poluentes, como dióxido de carbono e nitrogênio, estão bem acima dos limites aceitáveis, o ritmo de produção capitalista não segue a lógica condizente com o quadro climático apontado. Isso define o fetichismo (capitalista) diante do momento onde a intervenção humana no planeta pela primeira vez atinge a escala global, capaz de se igualar em magnitude às forças da natureza (Antropoceno). O autor destaca como é espantoso que muitos ambientalistas ainda preguem a eficiência como uma solução ecológica, sem notar que a forma de riqueza social capitalista (valor) transforma a produtividade em uma força destrutiva.

O próximo texto, da seção Posições, foi escrito por Marcio Rufino Silva, docente do Departamento de Geociências da UFRRJ. A partir de uma discussão já realizada sobre fronteiras e territorialidades, surge sua pesquisa sobre a Zona Oeste da metrópole paulistana, mais especificamente, sobre a Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. Trata-se de um conjunto de intervenções abrangendo partes consideráveis do território que recebeu infraestruturas de transporte justificavam tais intervenções e constituíam o alibi para o aumento dos preços dos imóveis. Essa manobra foi um dos fatores que contribuíram para que parte da população fosse para as ruas de São Paulo, engrossando a multidão que em junho de 2013 estava em passeata bradando contra o governo, num movimento que teve início na luta contra o aumento das passagens – não é só por vinte centavos. O autor usa tal discussão sobre planejamento urbano e

política como mote para criticar o momento em que vivemos sobre o caráter ainda mais conservador e fisiológico do novo Congresso Nacional brasileiro, eleito em 2014. Provocativo, questiona sobre qual o poder das mídias, especialmente, a “grande mídia”, em todo esse embate político que vivemos desde então?

O próximo texto, já na seção Relatos de Pesquisa, foi escrito pelas alunas formandas da graduação em Geografia da UFRRJ, Raiza Carolina Diniz Silva e Thamires Lacerda Chaves Bispo, orientadas pelo professor Leandro Dias de Oliveira. O texto discorre sobre novas formas de produção do espaço urbano no município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, que promoveram segregação sócio-espacial na localidade Grande Alegria. O crescimento deste município, considerado de porte médio, é decorrente da chegada de novas indústrias, fruto do processo de desconcentração industrial das metrópoles, que levou a criação de conjuntos habitacionais para abrigar uma população de mais baixa renda. Atualmente, com a continuidade da expansão industrial no município, junto ao crescimento da sensação de insegurança dos centros urbanos, vem surgindo empreendimentos destinados às classes média alta e alta, inclusive nos arredores dos conjuntos habitacionais. Essas questões de segregação, fragmentação e crise do espaço público colocam em pauta o esgotamento da cidade como forma de reprodução de relações sociais a partir do momento que a demanda do capital e do valor nos espaços cercam áreas que possibilitariam trocas entre os indivíduos, e na auto-segregação e enclausuramento de uma parte da população “presa” atrás dos muros.

Já na sessão seguinte, a resenha foi assinada por Maurilio Lima Botelho, docente do Departamento de Geografia da UFRRJ, sobre o livro *“Tempo Comprado – a crise adiada do capitalismo democrático”*, de Wolfgang Streeck, lançado em 2013, sobre economia política, enquanto história racionalizada da evolução do capitalismo nos últimos quarenta anos.

Assim, com um breve resumo do conteúdo desta revista, esperamos que você possa fazer boas leituras, refletindo sobre os diferentes vieses do planejamento e da contribuição da Geografia no futuro da nossa sociedade.

ARTIGOS

INDICADORES SINTÉTICOS DE QUALIDADE DE VIDA APLICADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DOS ÚLTIMOS CENSOS DEMOGRÁFICOS – 2000/2010

Heitor Soares de Farias*



Resumo: Com o objetivo de analisar os avanços sociais divulgados pelas mais diferentes mídias (jornais impresso e televisivo), o presente artigo utilizou recente metodologia de criação e espacialização de indicadores sintéticos de qualidade de vida, o chamado Índice de Condição de Vida e Saúde. Ao aplicá-lo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro com base nos dados dos censos demográficos do IBGE dos anos 2000 e 2010, os resultados obtidos permitem aferir os avanços e identificar as áreas onde elas ocorreram, evidenciando a importância desta metodologia tanto no suporte à tomada de decisões quanto na elaboração de alternativas de gestão por parte dos planejadores do espaço urbano.

Palavras-chave: indicadores sintéticos; qualidade de vida; censos demográficos; Planejamento Urbano; Rio de Janeiro

SYNTHETIC INDICATORS OF APPLICATION QUALITY OF LIFE IN THE METROPOLITAN AREA OF RIO DE JANEIRO: AN ANALYSIS OF PAST CENSUSES - 2000/2010.

Abstract: To analyze the social advances, achieved in the last decade, reported by media, a recent methodology of creation and spatial distribution of synthetic quality of life indicators was used. In this case was created the Health Life Condition Index and applied in the metropolitan region of Rio de Janeiro, using data from the Demographic Census of IBGE, the years 2000 and 2010. The results evaluate progress and identify areas where there were such improvements, highlighting the importance of this methodology in supporting experimentation alternatives and decision making by the urban space planners.

Keywords: synthetic indicators, quality of life, Census Demographic, Urban Planning and Rio de Janeiro

* Professor Adjunto, Departamento de Geociências – UFRRJ

**Indicateurs synthétiques de qualité de vie appliqués à la Région
Métropolitaine de Rio de Janeiro : une analyse des derniers
recensements démographiques (2000-2010)**

Résumé: A fin d'analyser les progrès sociaux divulgués par les différents médias (des journaux papier et télévisés), on utilise une nouvelle méthodologie de création et d'espacialisation des indicateurs synthétiques de la qualité de vie : l'Index de Condition de Vie et de Santé. Quand on l'applique à la Région Métropolitaine de Rio de Janeiro à partir des recensements démographiques réalisés par l'IBGE en 2000 et 2010, les résultats permettent tant de mesurer les progrès qu'identifier les espaces où ils arrivent. Ainsi, on souligne l'importance de cette méthodologie en ce qui concerne les décisions et les alternatives prises par les aménageurs de l'espace.

Mots-clés: indicateurs synthétiques; qualité de vie; recensements démographiques; aménagement urbain ; Rio de Janeiro



Introdução

Muito tem se falado sobre a melhoria nos indicadores sociais brasileiro na última década. A expectativa de vida da população cresceu, a taxa de mortalidade infantil caiu significativamente, houve melhora nas condições de saneamento básico e a educação teve avanços no período recente com a diminuição do analfabetismo entre a população maior de 10 anos... De fato, programas sociais ajudaram na redução da pobreza e essa tem sido a maior bandeira levantada no período recente. Mas ficam questões sobre como essas mudanças ocorreram geograficamente? Foram maiores em algumas regiões? Como se refletiram no espaço geográfico?

Para responder a essas questões que também são importantes para a tomada de decisões sobre a aplicação de políticas públicas, mais recentemente tem se usado indicadores simples e sintéticos (índices) para mapear características sociais e ajudar na percepção de problemas urbanos complexos, avaliando a efetividade de alternativas para planejadores e gestores (ESCOBAR, 2006).

Enquanto reflexo da sociedade que nele vive e produz, o espaço geográfico reflete o modo de vida das pessoas, como por exemplo, o nível de instrução, a renda familiar, que por sua vez influenciam os padrões de consumo de bens e serviços. É também no espaço geográfico, no ir e vir cotidiano, que as pessoas se expõem a situações que

podem prejudicar sua saúde. Sendo assim, o espaço constitui-se em um meio de identificação da vulnerabilidade dos grupos sociais.

O espaço é construído pelas relações sociais no processo de reprodução social e, portanto, reflete a divisão do trabalho, a divisão em classes, as relações de poder, a centralidade e a marginalização, as diferenças, as desigualdades e as injustiças da distribuição dos recursos e da riqueza, dos produtos do trabalho coletivo, e as contradições deste processo. Assim, o espaço é um reflexo da sociedade e consequência de uma construção histórica e social que reproduz as desigualdades e os conflitos existentes. O espaço socialmente organizado guarda as marcas impressas pela organização social, inclusive aquelas herdadas do passado, adquirindo características locais próprias que expressam a diferenciação de acesso aos resultados da produção coletiva (SANTOS, 1979).

Nas cidades a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida (SANTOS, 1996, p.323). Assim o espaço geográfico é uma importante categoria de análise da qualidade de vida que para ser avaliada não deve se restringir aos indicadores socioeconômicos, mas também incluir a avaliação de indicadores sociais, como a distribuição de bens e recursos materiais que atendam às necessidades básicas da população (NAHAS, 2009). A construção de indicadores permite a quantificação dos déficits sociais e a qualificação do espaço geográfico, segundo a qualidade de vida da população que nele reside. A espacialização dos indicadores sociais é uma importante ferramenta que pode ser utilizada para retratar a realidade social e apoiar a formulação de políticas sociais.

Os diagnósticos da qualidade de vida da população normalmente são apresentados na forma de mapas e permitem claramente a visualização das áreas que não têm as necessidades básicas satisfeitas. Estas necessidades são elaboradas a partir da composição de indicadores sociais por pesquisadores, planejadores e gestores (JANNUZZI, 2009).

Em algumas das grandes cidades brasileiras já foram desenvolvidos índices que auxiliam a gestão e a aplicação de políticas públicas, como o Índice Sintético de Satisfação da Qualidade de Vida (ISSQV) em Curitiba (IPPUC, 1996); o Índice de

Exclusão Social (IEX), em São Paulo (SPOSATI, 1996); o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) em Belo Horizonte (NAHAS, 2001); o Índice de Vigilância da Vulnerabilidade Social (IVVS) no Rio de Janeiro; e Índice Geral de Qualidade de Vida Urbana (IGQVU) em Belém (TOURINHO, 2001).

Desta maneira este trabalho objetiva a construção de um Índice de Condição de Vida e Saúde (ICVS) para a região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), comparando os dados dos Censos 2000 e 2010 para os indicadores selecionados.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro, localizado entre os paralelos 21 e 23° S, e entre os meridianos 41 e 45° W. Limita-se por terra com Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, e tem como fronteira marítima o Oceano Atlântico. Juntamente com estes estados fronteiriços, o Rio de Janeiro compõe a Região Sudeste, a região geoeconômica mais importante do país, responsável por metade do PIB brasileiro.

Apesar de ser um dos menores estados da Federação em área, representa 0,51% do território brasileiro, o Rio de Janeiro tem um litoral extenso, 850 km, e com posição privilegiada em relação ao litoral brasileiro. É um dos principais portões de entrada do Brasil e está estrategicamente localizado em relação ao Mercosul.

Em uma superfície com pouco menos de 6.500 km², aproximadamente 14,9% da área total do estado, a RMRJ concentra uma população superior a 11 milhões de pessoas, cerca de 74% de todo o Estado, sendo que 60% desta população vivem no município do Rio de Janeiro. Estes dados indicam a existência de uma intensa polarização na região metropolitana, e principalmente no seu núcleo. Em tamanho, a RMRJ é terceira maior da América do Sul e a segunda do Brasil, mas em termos concentração econômica e demográfica, é a maior do país, justificada pela grande concentração de capital, infraestrutura e força de trabalho.

Na RMRJ está localizada a maioria das indústrias do Estado, formando um parque industrial bastante diversificado, além de comércio e serviços altamente especializados nos diferentes setores, entre outros. Entretanto, esse espaço é marcado por grandes contradições sociais, já que muitas vezes o crescimento econômico não é acompanhado pelo atendimento das necessidades básicas da população. Isso fica

materializado no espaço quando, por exemplo, existe a distribuição desigual dos serviços e equipamentos urbanos; a crescente demanda por habitações, diante da expansão das favelas ou a insegurança pública, demonstrada pelos altos índices de criminalidade.

A RMRJ, também chamada de Grande Rio, foi instituída pela Lei Complementar nº20, de 1º de julho de 1974, após a fusão de dois antigos estados, do Rio de Janeiro e da Guanabara. Seus limites sofreram alterações ao longo do tempo e, mais recentemente Itaguaí, Maricá e Mesquita foram novamente incluídas no Grande Rio em outubro de 2009, além de Rio Bonito e Cachoeira de Macacu, em março de 2014.

Assim, desde março de 2014, a RMRJ é composta por 21 municípios: Rio de Janeiro, Itaguaí, Paracambi, Seropédica, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, São João do Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, Niterói, Maricá, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Cachoeira de Macacu (Figura 1).

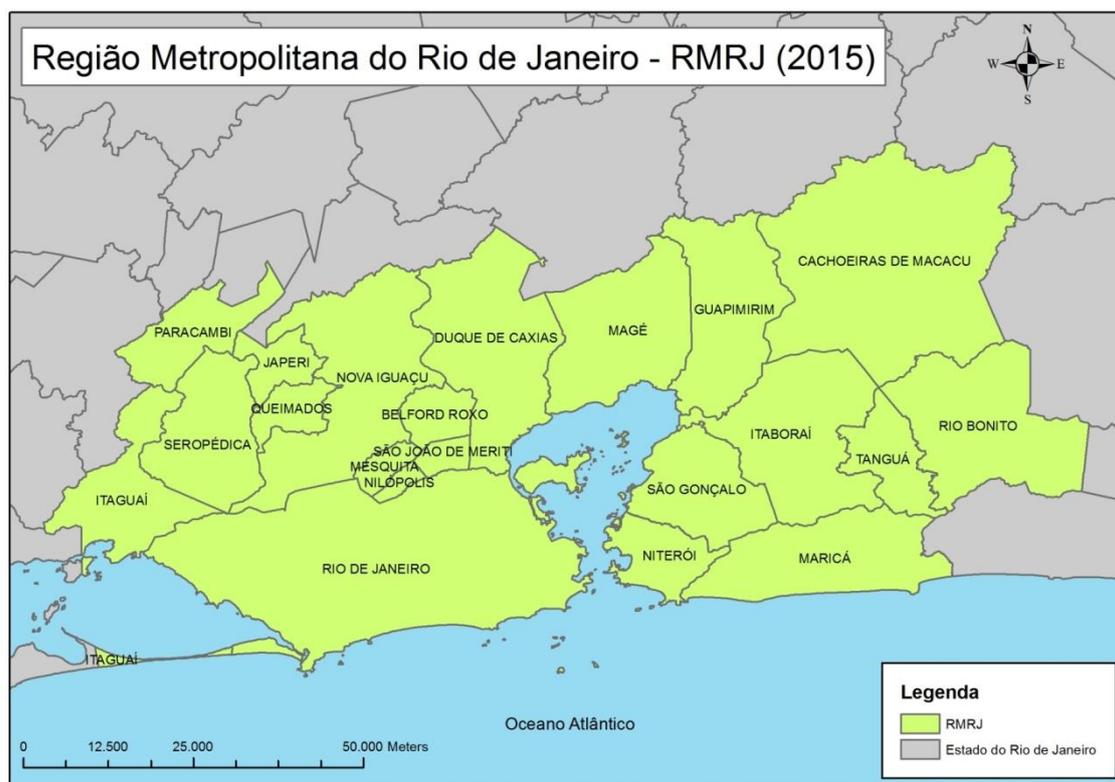


Figura 1: Os municípios componentes da região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de março de 2014.

Os municípios do Rio de Janeiro e Niterói apresentam as melhores condições para atrair novos investimentos para o Estado do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro por ser o

principal centro produtor e distribuidor de bens e serviços de todo o Estado; e Niterói pela função já exercida como sede de governo estadual, no antigo Estado do Rio de Janeiro, além de se beneficiar da proximidade da cidade do Rio de Janeiro, principalmente após a construção da Ponte Rio-Niterói. Esses são os municípios com os melhores indicadores sociais de todo o Estado do Rio de Janeiro (CIDE, 2009).

Os municípios da Baixada Fluminense (Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias), que constituem a periferia da metrópole do Rio de Janeiro, apresentam uma expressiva parcela da população subempregada nos serviços que demandam baixa qualificação de mão de obra, e que apresentam baixa remuneração.

São municípios com produção petroquímica, química e plástica (Duque de Caxias, Belford Roxo e São João de Meriti); concentrações industriais de vestuário (Nova Iguaçu e São João de Meriti) e papel/editorial/gráfica (Duque de Caxias e São João de Meriti), no entanto, ainda se caracterizam como cidades dormitórios. A Baixada Fluminense, onde vivem 27% da população da RMRJ, tem deficiências de saneamento básico, moradia, educação e saúde, além de trabalho (CIDE, 2009).

Materiais e métodos

Base de dados socioeconômicos

Para a análise do perfil da população e comparação nos anos 2000 e 2010 foram utilizados dados disponibilizados no *site* do IBGE. Os dados estão divididos em planilhas do *software Excel*, geradas a partir dos microdados dos Censos Demográficos 2000 e 2010, resultados do universo, apresentados em variáveis que abrangem: características dos domicílios particulares permanentes, bem como dos seus responsáveis, e características das pessoas.

As planilhas apresentam o código de identificação do setor, como também os códigos e os nomes do município, distrito, subdistrito e bairro. Junto a esses arquivos foi disponibilizado o *shape* da malha de setores censitários urbanos de toda a RMRJ.

A opção pelos setores censitários foi feita por esta ser a menor unidade territorial criada para fins de controle cadastral da coleta de dados nos Censos Demográficos, e, por conseguinte, a menor unidade territorial de disponibilização dos dados.

Curiosamente o tamanho do setor censitário não é definido por unidade de distância, mas de tempo, ou seja, é a área que um recenseador consegue cobrir entrevistando os moradores dos domicílios no período de um mês. Assim, os setores censitários variam muito em tamanho, de acordo com a densidade populacional - quanto maior a densidade menor o setor, mas também em número de habitantes. Variam também de um recenseamento para outro, pois como os intervalos são de dez anos, o crescimento da população faz mudar o número de setores censitários também.

Índice de Condição de Vida e Saúde – ICVS

O primeiro passo para a construção do ICVS foi a escolha de indicadores que refletissem a condições de vida da população e, principalmente, que os indicadores fossem os mesmos para os anos 2000 e 2010, permitindo a comparação em dois períodos distintos.

A seleção dos indicadores apropriados foi feita com base na proposta desenvolvida por Castellanos (1994) adaptada por Farias (2012) utilizando bibliografia sobre poluição do ar, de onde foi possível extrair características de grupos populacionais mais suscetíveis aos riscos relacionados à saúde. Essas características foram transformadas em 8 indicadores, subdivididos em 4 dimensões (Quadro 1).

O segundo passo foi copiar os dados referentes aos 8 indicadores sociais criados e salvar em outra planilha separadamente. Sendo assim, a planilha trabalhada para o ano de 2000 tinha 8 colunas de dados e 14.893 linhas referentes aos setores censitários dos municípios que compõem a RMRJ. Para o ano de 2010 a planilha apresentou 19.507 linhas, pois houve aumento no número de setores censitários, consequência do aumento populacional ocorrido (2000 – 10.710.515 hab. e 2010 11.835.708 hab.).

Para que os valores dos indicadores pudessem ficar em uma mesma escala, possibilitando a comparação entre os setores censitários, foi utilizada a fórmula consagrada no Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, (ONU/PNUD, 2005):

$$\text{Indicador do setor censitário} = Xi - \frac{\min(i)}{\max(i) - \min(i)}$$

onde: x - valor do indicador utilizado;

i - o indicador utilizado;

$min(i)$ - valor mínimo do indicador entre as áreas estudadas;

$max(i)$ - valor máximo do indicador entre as áreas estudadas.

A utilização desta fórmula faz com que os dados fiquem compreendidos em uma escala adimensional entre 0 (zero) e 1 (um), correspondendo ao menor e ao maior valor, respectivamente. Utilizando-se a média aritmética entre os indicadores foi possível obter o ICVS.

Quadro 1: As dimensões e indicadores utilizados na construção do ICVS.

Dimensão	Indicador	Avalia
Saneamento Básico	Percentual de domicílios abastecidos por água encanada da rede geral.	O saneamento básico, determinante para as condições de saúde da população.
	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede geral.	
	Percentual de domicílios com lixo coletado por serviço de limpeza.	
Demografia	Percentual da população com idades entre 0 e 5 anos.	Grupos populacionais com menor resistência à poluição atmosférica.
	Percentual da população com idade superior a 65 anos.	
Renda	Renda média dos responsáveis pelos domicílios.	O poder de consumo - de alimentos a medicamentos - que interfere na resistência à poluição.
	Percentual de responsáveis com renda inferior a 2 salários mínimos.	
Educação	Percentual da população com 10 anos de idade ou mais analfabeta.	O grau de instrução que influencia a consciência sobre o risco.

O terceiro passo consistiu na divisão dos setores censitários em grupos, de acordo com o nível de desenvolvimento, segundo os critérios utilizados pela Organização das Nações Unidas – ONU (Quadro 2).

Quadro 2: Critério da ONU para classificação adaptado para Condição de Vida.

IDH	Nível de Desenvolvimento	Condição de Vida
Acima de 0,80	Muito alto	Muito boa
Entre 0,70 e 0,79	Alto	Boa
Entre 0,55 e 0,69	Médio	Média
Abaixo de 0,55	Baixo	Baixa

O quarto passo foi fazer a comparação em tabelas para cada um dos indicadores. Vale destacar que em alguns setores não foi possível calcular o ICVS devido: a inexistência do município de Mesquita no ano 2000 e a ausência de dados de pelo menos um dos indicadores. Em alguns casos o IBGE omite as informações referentes à renda da família, principalmente quando o setor tem poucos moradores, para que haja sigilo e os ganhos não sejam de fácil dedução. O quinto passo foi a especialização do ICVS, utilizando o ArcGis, para construir os mapas de condição de vida e saúde, também para as duas décadas, para que pudessem ser comparados.

Resultados

Nos dados sobre infraestrutura domiciliar do Censo Demográfico de 2000 (tabela 1), sobre o serviço de abastecimento de água encanada ligada à rede geral, é possível verificar o grande contraste entre os municípios da RMRJ, mesmo entre o Rio de Janeiro (98%) Niterói (77%), respectivamente a atual e a antiga capitais do Estado do Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense apresenta percentuais ainda menores. Os municípios com melhores condições são Belford Roxo (72%), Duque de Caxias (69%), Queimados (66%), Japeri (63%) e Magé (47%). Os municípios mais distantes o serviço é ainda mais precário, como em Itaboraí (24%), Tanguá (24%) e Maricá (21%). As exceções são os

municípios conurbados ao Rio de Janeiro – São João de Meriti (95%), Nilópolis (96%) e Nova Iguaçu (81%) -, além de Itaguaí (75%) e Seropédica (86%), atravessados pelo rio Guandu, principal fonte de abastecimento da RMRJ.

Tabela 1: Domicílios atendidos pelos serviços de água encanada, esgotamento sanitário ligados à rede geral e coleta de lixo na região metropolitana do Rio de Janeiro – 2000

Municípios	Água Encanada	Esgotamento Sanitário	Lixo Coletado
Belford Roxo	87.847 72%	65.019 53%	104.547 86%
Duque de Caxias	152.546 69%	124.030 56%	190.453 87%
Guapimirim	4.836 45%	2.276 21%	7.508 70%
Itaboraí	12.892 24%	14.821 27%	29.591 55%
Itaguaí	17.314 75%	9.401 41%	19.771 86%
Japeri	14.531 63%	6.320 27%	12.734 55%
Magé	27.113 47%	17.097 29%	46.931 81%
Maricá	4.916 21%	2.243 10%	11.992 52%
Nilópolis	42.731 96%	35.310 79%	43.771 99%
Niterói	112.747 77%	105.129 72%	117.880 81%
Nova Iguaçu	210.894 81%	133.855 51%	225.968 87%
Paracambi	7.712 59%	6.812 52%	9.529 73%
Queimados	22.137 66%	11.517 35%	28.373 85%
Rio de Janeiro	1.762.817 98%	1.405.582 78%	1.601.012 89%
São Gonçalo	211.329 80%	105.936 40%	233.173 88%
S. João de Meriti	123.467 95%	86.284 67%	124.381 96%
Seropédica	15.531 86%	2.052 11%	13.978 77%
Tanguá	1.807 24%	1.812 25%	5.626 76%

Já o serviço de esgotamento sanitário ligado à rede geral de esgoto ou pluvial ¹, encontrava-se menos presente nos domicílios do que o abastecimento de água, tanto na cidade do Rio de Janeiro (78%/98%) como na Baixada Fluminense (53%/77%) e na RMRJ de modo geral (65%/86%). Nos municípios de Maricá (10%) e Seropédica (11%) poucos domicílios com o serviço. Em Japeri, Magé e Queimados, menos da metade dos domicílios tinham esgotamento sanitário canalizado, e em Nova Iguaçu, Duque de

¹ quando a canalização das águas servidas e dos dejetos proveniente do banheiro ou sanitário estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral.

Caxias e Belford Roxo, pouco mais da metade. Os municípios de Nilópolis, Niterói e Rio de Janeiro eram os poucos com mais de 70% dos domicílios com o serviço de esgotamento sanitário canalizado.

O serviço de coleta de lixo² é o mais amplamente ofertado na grande maioria dos municípios. Somente três municípios apresentaram percentual inferior a 70% dos domicílios com lixo coletado: Japeri (55%) Itaboraí (55%) e Maricá (52%).

Em 2010 (Tabela 2), quando comparado com o ano 2000, praticamente todos os municípios apresentaram aumento no número de domicílios. A exceção é Nova Iguaçu, consequência da emancipação de Mesquita.

O percentual de domicílios com o serviço de abastecimento de água ligado à rede geral aumentou em alguns municípios das periferias mais distantes, como em Japeri (63%/83%), Queimados (66%/83%) e Seropédica (86%/94%), Guapimirim (45%/56%), Itaboraí (24%/27%), Itaguaí (75%/81%) e Tanguá (24%/30%), mas diminuiu na maioria dos municípios da Baixada Fluminense, Maricá e na cidade do Rio de Janeiro. Nestes, a disponibilidade do serviço de abastecimento de água ligada à rede geral aumentou em números absolutos, mas não acompanhou o ritmo de crescimento do número de domicílios, o que levou a uma redução do percentual dos domicílios que recebem o serviço em relação ao ano 2000, como em Duque de Caxias (69%/63%), Magé (47%/40%), Nilópolis (96%/91%) e São João de Meriti (95%/93%). A exceção foi Belford Roxo, único município da Baixada Fluminense a apresentar aumento no percentual de domicílios abastecidos por água ligada à rede geral (72%/74%).

Em relação ao serviço de esgotamento sanitário ligado à rede geral, houve aumento no percentual de domicílios que recebem o serviço em todos os municípios da RMRJ. Alguns municípios melhoraram muito como Tanguá (25%/56%), São Gonçalo (40%/68%), Itaguaí (41%/69%), principalmente na Baixada Fluminense como Seropédica (11%/58%), Japeri (27%/60%) e Queimados (35%/69%). Outros municípios, embora tenham melhorado seus percentuais, permanecem com menos da metade de seus domicílios atendidos pelo serviço de esgotamento sanitário canalizado, como Itaboraí (27%/40%), Guapimirim (21%/47%), Magé (29%/48%) e Maricá (10%/12%) que continua apresentando resultados muito ruins.

2 quando o lixo do domicílio era coletado diretamente por serviço de empresa pública ou privada

Novamente a coleta de lixo foi o serviço mais amplamente ofertado. Em 2010 todos os municípios alcançaram percentuais superiores a 85% dos domicílios com coleta de lixo realizada por companhia de limpeza. Mesmo os três municípios que se destacaram negativamente no censo anterior, melhoraram e muito a cobertura dos serviços prestados Japeri (55%/85%) Itaboraí (55%/92%) e Maricá (52%/93%).

Tabela 2: Domicílios atendidos pelos serviços de água encanada, esgotamento sanitário ligados à rede geral e coleta de lixo na região metropolitana do Rio de Janeiro – 2010

Municípios	Água Encanada	Esgotamento Sanitário	Lixo Coletado
Belford Roxo	108.529 74%	105.973 73%	129.262 89%
Duque de Caxias	168.535 63%	207.813 77%	258.261 96%
Guapimirim	8.763 56%	7.369 47%	14.672 93%
Itaboraí	18.688 27%	28.010 40%	64.110 92%
Itaguaí	27.524 81%	23.259 69%	32.948 97%
Japeri	23.640 83%	17.113 60%	24.237 85%
Magé	28.239 40%	33.844 48%	67.454 96%
Maricá	8.112 19%	5.300 12%	39.889 93%
Mesquita	48.439 91%	46.442 87%	52.437 99%
Nilópolis	46.056 91%	48.537 96%	50.340 100%
Niterói	164.541 97%	147.111 87%	167.215 99%
Nova Iguaçu	189.199 76%	193.330 78%	234.823 95%
Paracambi	10.372 68%	11.747 77%	14.400 94%
Queimados	34.831 83%	29.013 69%	39.737 94%
Rio de Janeiro	2.111.133 98%	1.949.602 91%	2.127.976 99%
São Gonçalo	259.415 80%	222.320 68%	305.286 94%
S. João de Meriti	137.175 93%	133.103 90%	144.751 98%
Seropédica	22.741 94%	14.132 58%	22.495 93%
Tanguá	2.944 30%	5.376 56%	9.001 93%

Ao analisar o indicador de educação observou-se uma importante evolução nos percentuais de população analfabeta (tabela 3).

Tabela 3: Percentual de analfabetos entre a população com 10 anos e mais de idade, nos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro - 2000 e 2010

Municípios	Analfabetos			
	2000		2010	
	Total	%	Total	%
Belford Roxo	37.065	10%	18.857	5%
Duque de Caxias	65.625	10%	34.474	5%
Guapimirim	4.308	14%	3.039	7%
Itaboraí	19.363	12%	11.220	6%
Itaguaí	7.853	12%	4.687	5%
Japeri	10.114	15%	5.345	7%
Magé	20.369	12%	10.456	5%
Maricá	6.720	10%	4.776	4%
Mesquita	x	x	4.856	3%
Nilópolis	6.942	5%	2.891	2%
Niterói	19.511	5%	9.750	2%
Nova Iguaçu	71.749	9%	30.284	4%
Paracambi	4.010	12%	2.136	5%
Queimados	11.835	12%	6.412	5%
Rio de Janeiro	301.214	6%	156.094	3%
São Gonçalo	55.302	7%	29.639	3%
S. João de Meriti	29.168	8%	12.934	3%
Seropédica	6.180	11%	3.713	6%
Tanguá	3.387	16%	2.133	8%

No ano 2000 poucos municípios da RMRJ, apenas seis - Nilópolis (5%), Niterói (5%), Rio de Janeiro (6%), Nova Iguaçu (9%), São Gonçalo (7%) e São João de Meriti (8%) - apresentavam menos de 10% da população com 10 anos e mais analfabeta, sendo os dois primeiros os municípios que apresentam os melhores resultados.

Já em 2010, apesar do crescimento da população, o número de analfabetos diminuiu, em números absolutos e percentuais. O percentual de analfabetos cai pela metade em todos os municípios, que passam a apresentar percentuais de população analfabeta inferiores a 10%. Em 2010, os municípios de Nilópolis (2%) e Niterói (2%) seguem com

os melhores resultados. Na RMRJ como um todo o número de analfabetos diminuiu de cerca de 680.000 para pouco mais de 353.000.

Quanto ao indicador que avalia a expectativa de vida da população, observa-se que em 2010 houve o aumento do número de idosos e redução do número de crianças, quando comparado a 2000 (tabela 4).

Tabela 4: População total e percentuais de crianças com menos de 5 anos e de idosos com mais de 65 anos de idade, na região metropolitana do Rio de Janeiro - 2000 e 2010

Municípios	População - 2000			População - 2010		
	Total	Crianças	Idosos	Total	Crianças	Idosos
Belford Roxo	434.474	13%	5%	469.332	9%	6%
Duque de Caxias	775.456	12%	5%	855.048	8%	7%
Guapimirim	37.952	12%	6%	51.483	9%	7%
Itaboraí	187.479	12%	5%	218.008	8%	7%
Itaguaí	82.003	12%	5%	109.091	9%	6%
Japeri	83.278	13%	5%	95.492	9%	6%
Magé	205.830	12%	6%	227.322	9%	7%
Maricá	76.737	10%	7%	127.461	7%	8%
Mesquita	x	x	x	168.376	8%	8%
Nilópolis	153.712	10%	7%	157.425	7%	9%
Niterói	459.451	8%	10%	487.562	6%	12%
Nova Iguaçu	920.559	12%	5%	796.257	8%	7%
Paracambi	40.475	10%	6%	47.124	6%	8%
Queimados	121.552	13%	5%	137.962	9%	6%
Rio de Janeiro	5.857.904	9%	9%	6.320.446	7%	10%
São Gonçalo	891.119	10%	6%	999.728	7%	8%
S. João de Meriti	449.476	11%	6%	458.673	8%	7%
Seropédica	65.260	12%	6%	78.186	8%	7%
Tanguá	26.057	12%	6%	30.732	8%	7%

No ano 2000, apenas os municípios de Rio de Janeiro (9%) e Niterói (8%) tinham menos de 10% de sua população composta por crianças. Todos os demais apresentavam percentuais mais altos. Já em 2010, todos os municípios apresentaram

redução nos percentuais de crianças, comparando-se à década anterior, sendo que nenhum apresentou percentual superior a 10%. Niterói (6%) continuou como o município com melhores resultados.

Em relação aos idosos, no ano 2000, apenas os municípios de Rio de Janeiro (9%) e Niterói (10%) apresentavam os maiores percentuais de habitantes com idades superiores a 65 anos, sendo que o último era o único com dois dígitos. Com os piores resultados encontravam-se empatados com 5% da população os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Japeri, Nova Iguaçu e Queimados.

Em 2010, todos os municípios apresentaram melhoras neste indicador, aumentando o percentual de idosos. Rio de Janeiro (10%) e Niterói (12%) seguiram destacando-se com os melhores resultados, e agora os dois municípios, e somente eles, apresentavam dois dígitos percentuais para este indicador. No outro extremo, agora com 6% da população, permanecem empatados os municípios de Belford Roxo e Queimados com a menor proporção de idosos entre os municípios da RMRJ.

Analisando os dados relativos à renda média da população (tabela 5), percebe-se um pequeno aumento no grupo de muito alto nível de desenvolvimento (0,04%/0,05%) e uma pequena redução no grupo alto nível de desenvolvimento (0,28%/0,16%). As maiores mudanças ocorreram com a redução no grupo médio nível de desenvolvimento (6,40%/5,05%) e o aumento no grupo baixo alto nível de desenvolvimento (93,12%/94,51%) que representa a grande maioria da população.

Esses dados indicam que o crescimento da população foi mais representativo no grupo de baixo desenvolvimento do que nos demais grupos. Essa é uma análise difícil de ser feita tendo em vista o poder de compra do salário mínimo atualmente (R\$780,00), que é muito superior ao salário mínimo do ano 2000 (R\$151,00). Essa concentração no grupo inferior pode ser justificada pela metodologia empregada no cálculo do IDH, utilizada neste trabalho, que tem como referência o mais alto e o mais baixo rendimentos médios da RMRJ, evidenciando o grande abismo social presente nesta metrópole.

Tabela 5: Nível de Desenvolvimento segundo a renda média da população da região metropolitana do Rio de Janeiro – 2000 e 2010

Ano	Nível de Desenvolvimento	População	
2000	Muito alto	4.032	0,04%
	Alto	30.512	0,28%
	Médio	695.150	6,40%
	Baixo	10.121.052	93,12%
	Sem dados	18.509	0,17%
2010	Muito alto	5.979	0,05%
	Alto	18.488	0,16%
	Médio	598.250	5,05%
	Baixo	11.186.476	94,51%
	Sem dados	26.515	0,22%

Ao analisar a condição de vida da população, sintetizando todos os indicadores apresentados até aqui no ICVS (tabela 6), observa-se que:

Tabela 6: Nível de Desenvolvimento da população da região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo o ICVS – 2000 e 2010

Ano	Nível de Desenvolvimento	População	
2000	Muito alto	670.320	6,3%
	Alto	2.528.770	23,6%
	Médio	4.807.081	44,9%
	Baixo	2.685.003	25,0%
	Sem dados	19.341	0,2%
2010	Muito alto	2.746.662	23,1%
	Alto	6.446.995	54,5%
	Médio	2.127.310	18,0%
	Baixo	485.795	4,1%
	Sem dados	28.946	0,1%

No ano 2000 havia uma grande concentração da população nos grupos de baixo (25%) e médio nível de desenvolvimento (44,9%) que juntos concentravam quase 70% da população. Na condição de muito alto nível de desenvolvimento encontra-se apenas 6,3% da população, enquanto que o alto nível de desenvolvimento conta com 23,6% da população.

No ano de 2010, a grande maioria da população encontra-se distribuída nas categorias muito alto (23,1%) e alto (54,5%) níveis de desenvolvimento. Os grupos médio (18%) e baixo (4,1%) níveis de desenvolvimento apresentam grande redução na concentração da população. Assim, o que percebe-se é uma forte mudança na condição de vida da população da RMRJ pra melhor.

O mapeamento do ICVS para o ano 2000 (Figura 2) mostra que a condição de vida era muito boa na Zona Sul e Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes no Rio de Janeiro e alguns pontos de Niterói.

“A construção de indicadores permite a quantificação dos déficits sociais e a qualificação do espaço geográfico, segundo a qualidade de vida da população que nele reside. A espacialização dos indicadores sociais é uma importante ferramenta que pode ser utilizada para retratar a realidade social e apoiar a formulação de políticas sociais.”

A condição de vida alta concentra-se em maior quantidade nas Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro, principalmente ao longo da Avenida Brasil (BR 101), além de grande parte da Ilha do Governador e algumas localidades de Niterói.

A população com condição de vida média está distribuída em grandes quantidades em Niterói e São Gonçalo, no Rio de Janeiro, principalmente na extrema Zona Oeste, mas também na Baixada Fluminense, principalmente ao longo da Rodovia Presidente Dutra (BR 116), em São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo e Nova Iguaçu, como também ao longo da Rodovia BR 040, em Duque de Caxias, e ao longo da Rodovia BR 465,

em Seropédica. Os demais municípios concentram população com condição de vida ruim em quase sua totalidade.

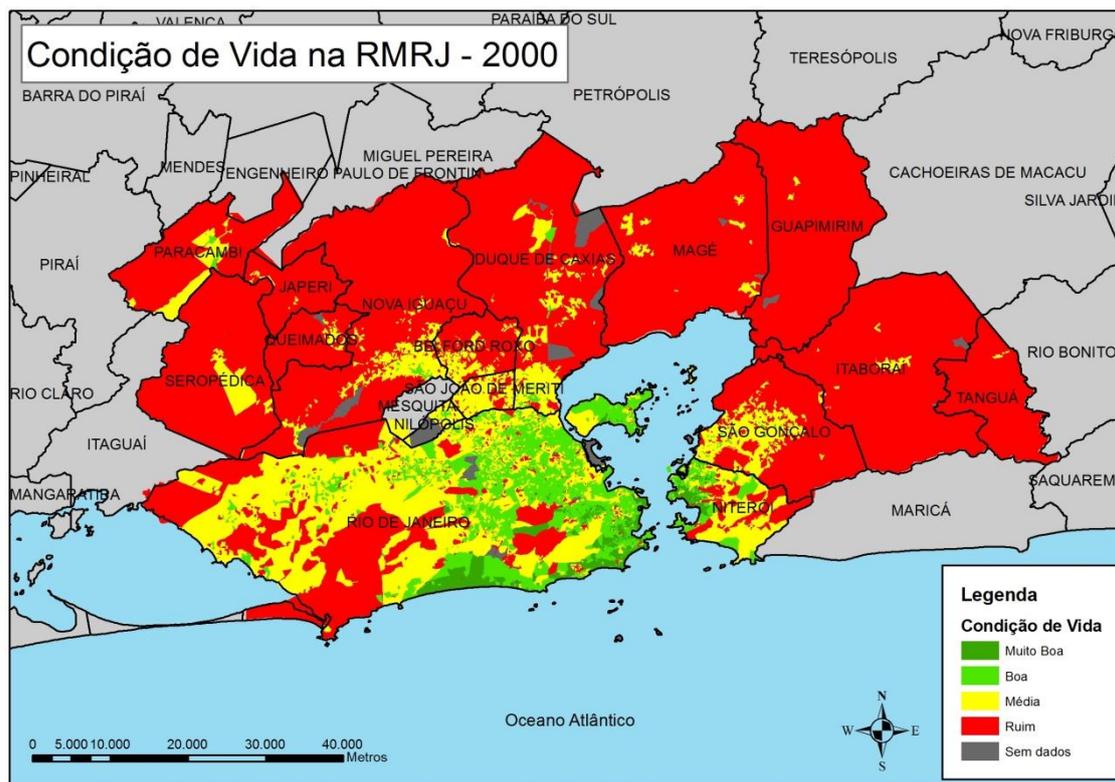


Figura 2: A espacialização da condição de vida da população da RMRJ, em 2000.

Em 2010 (figura 3), a condição de vida melhora muito em toda a região metropolitana. A população com condição de vida muito boa agora está para além da Zona Sul do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca. Há também áreas no Centro, Zona Norte, Ilha do Governador, mas também uma forte expansão em Niterói, além de pontualmente em alguns municípios da Baixada Fluminense como Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti.

A população com boa condição de vida está presente em todos os municípios, ampliando se na extrema Zona Oeste do Rio de Janeiro, mas também nas áreas ao longo das rodovias BR 101, BR 116, BR 040 e BR 465, aparecendo em municípios como Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, que não tinham essa característica, além de aparecer em Mesquita, Itaguaí e Maricá, que não estavam na RMRJ na década anterior.

A população com média condição de vida agora aparece onde a condição de vida era ruim no passado. E agora, as áreas com condição de ruim localizam-se na periferia dos municípios da Baixada Fluminense, ou seja, na periferia da periferia.

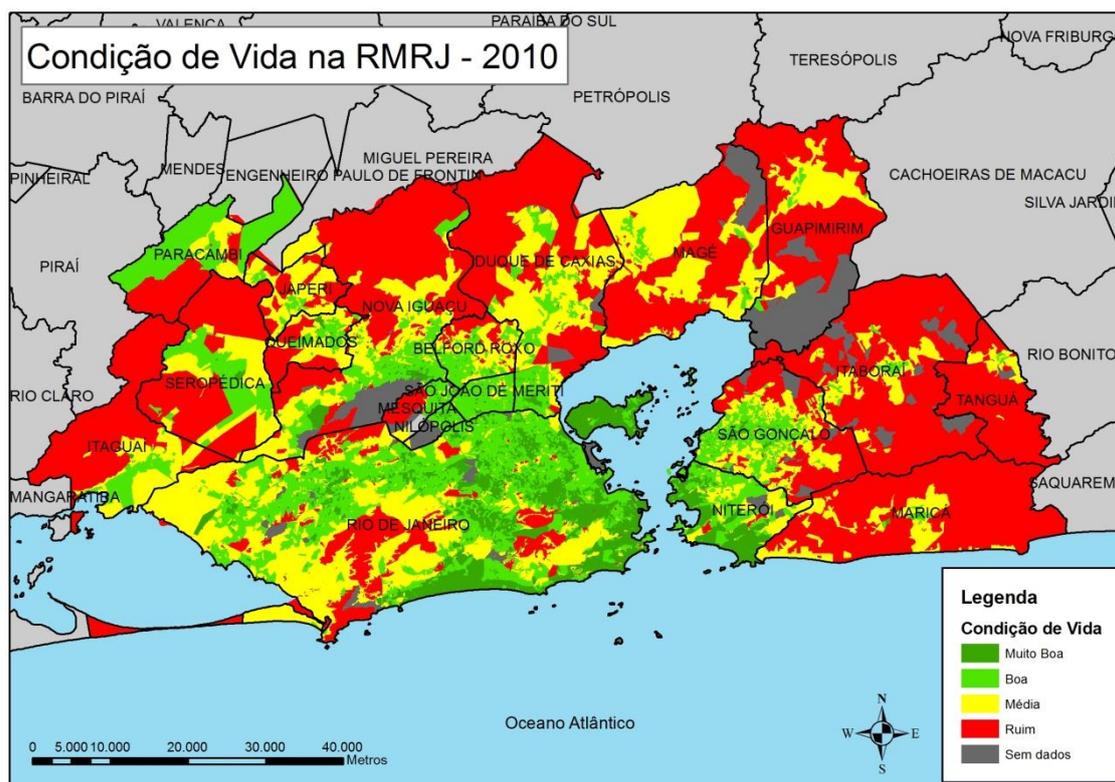


Figura 3: A espacialização da condição de vida da população da RMRJ, em 2010.

Conclusões

De modo geral, a RMRJ, no ano de 2010, apresentou uma notável melhora no saneamento básico, serviços de abastecimento de água encanada e coleta de lixo, com grande destaque para a grande ampliação do serviço de esgotamento sanitário ligado à rede geral, principalmente nos municípios da periferia desta região metropolitana. Essa melhora substancial foi acompanhada tanto pelo indicador de educação, que mostrou uma redução no analfabetismo, como pelos indicadores de demografia, que refletiram a redução na taxa de natalidade e um aumento na expectativa de vida.

Foi possível perceber a mudança na condição de vida nos mapas que espacializaram o ICVS. Se a melhor condição de vida estava restrita aos bairros nobres da Zona Sul e Barra da Tijuca no Rio de Janeiro e Niterói, mais recentemente os avanços sociais permitiram incluir grandes parcelas de outras áreas do Rio de Janeiro, e demais municípios da região metropolitana, em uma categoria de melhor condição de vida alta ou muito alta. Essa melhora é perceptível, sobretudo, na Baixada Fluminense que

no passado tinha a grande maioria de sua população com condição de vida ruim e, hoje, pode-se dizer que a qualidade de vida ainda é ruim somente em áreas periféricas desses municípios.

Assim, o avanço divulgado pela mídia nos últimos anos no Brasil também foi observado nos diferentes indicadores sociais retratados no Estado do Rio de Janeiro. Esse avanço social é de grande relevância para a Baixada Fluminense, periferia da região metropolitana, capaz de influenciar em outras áreas como saúde, meio ambiente e, principalmente, cidadania. Pode ser um fator importante na autoestima da população dessa área, historicamente estigmatizada por ser carente de infraestrutura básica de saneamento, educação, renda ..., que após a melhora passam a ter maior identificação com o seu município de origem, desenvolvendo um sentimento de pertencimento uma identidade espacial.

Referências Bibliográficas

CASTELLANOS, P. L. *Proyecto: sistemas nacionales de vigilancia de la situación de salud según condiciones de vida y del impacto de las acciones de salud y bienestar*. Washington: Organización Panamericana de la Salud. 1994.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. IBGE. Disponível em www.ibge.org.br. Acessado em 9 de maio de 2013.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. IBGE. Disponível em www.ibge.org.br. Acessado em 9 de maio de 2013.

CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Regiões de Governo. Coordenadoria de Estudos e Pesquisas – COEP. 2009. Disponível em <http://www.cide.rj.gov.br> - Acessado em 27/11/2009.

ESCOBAR, L. *Indicadores sintéticos de calidad ambiental: un modelo general para grandes zonas urbanas*. Revista Eure. (Vol. XXXII, No. 96), pp. 73-98. (2006).

FARIAS, H. S. *Espaços de risco à saúde humana na região metropolitana do Rio de Janeiro: um estudo das trajetórias de poluentes atmosféricos do Arco Metropolitano, CSA E COMPERJ*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado – UFF – Universidade Federal Fluminense, 149 , 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA - IPPUC. *Qualidade de Vida em Curitiba*. 158p, 1996.

- JANNUZZI, P. M. *Indicador Multicriterial de Déficit Social: Uma proposta metodológica de construção de indicadores para a priorização de programas sociais*. In: VITTE, C. C. S. & KEINERT, T. M. M. (orgs.). *Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, pp 177 a 190, 2009.
- NAHAS, M. I. P. *Metodologia de construção de índices e indicadores sociais como instrumentos balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte*. In: HOGAN, D. et al. (org.). *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 465:487, 2001.
- NAHAS, M. I. P. *Indicadores Intraurbanos com instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica*. In: VITTE, C. C. S. & KEINERT, T. M. M. (orgs.). *Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, pp 123 a 153, 2009.
- PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*. Lisboa: Ana Paula Faria Editora, 2005.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo. HUCITEC, 1996.
- SPOSATI, A. *Mapa da Inclusão/Exclusão Social da Cidade de São Paulo*. EDUC, 126p, 1996.
- TOURINHO, H.L.Z. *Indicadores de qualidade de vida Urbana da Região Metropolitana de Belém*. Belém: Sedurb/Cohab/Unama, 2001.

O DILEMA SÓCIO-ESPACIAL NA BANLIEUE PARISIENSE: O CASO DE CLICHY-SOUS-BOIS SOB A ÓTICA DOS ALUNOS DO LYCÉE ALFRED NOBEL

Zélia Aurea Thomaz*

27

27

Resumo: A comuna de Clichy-sous-Bois foi o principal palco dos levantes populares ocorridos na França no ano de 2005, revelando ao mundo a difícil integração dos imigrantes oriundos das ex-colônias francesas e de suas gerações nas periferias (*banlieues*) da cidade de Paris. Em um intrincado contexto envolvendo questões de cunho religioso, identitário e nacionalista, uma sondagem inicial com os alunos da escola pública Alfred Nobel em Clichy-sous-Bois nos permite levantar algumas interrogações rumo a uma pesquisa de maior fôlego.

Palavras-chave: integração social, migração, periferia, Clichy-sous-Bois, Liceu Alfred Nobel.

THE SOCIO-SPATIAL DILEMMA IN PARIS BANLIEUE: THE CLICHY-SOUS-BOIS' CASE FROM THE ALFRED NOBEL SCHOOL'S STUDENTS PERSPECTIVE

Abstract: Clichy-sous-Bois commune was the main location where riots took place in France *banlieue* in 2005. These events revealed to the world the hard integration process suffered by immigrants originated from the oldest colonies of France and their offsprings inside the Paris outskirts (known as "*banlieues*"). Considering this complex background involving issues related to religion, identity and nationalism domains this preliminary survey allows to raise some questions for a future detailed research.

Keywords: social integration, migration, periphery, Clichy-sous-Bois, Alfred Nobel High School.

LE DILEMME SOCIO-SPATIAL DANS LA BANLIEUE PARISIENNE: LE CAS DE CLICHY-SOUS-BOIS SOUS LE REGARD DES ÉLÈVES DU LYCÉE ALFRED NOBEL

* Licenciada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes. Integrante do Grupo de Pesquisa *Território e Cidades* coordenado pela professora Silvana Cristina da Silva. Email: zeliaaurea@id.uff.br

Résumé: La commune de Clichy-sous Bois a été le principal site des mouvements populaires qu'ont été lieu en France en 2005, ce qui a montré au monde les difficultés d'intégrer les immigrants en provenance des anciennes colonies françaises et ses fils nés en France dans les banlieues de la ville de Paris. Dans un contexte compliqué autour des questions religieuses, identitaires et nationalistes, un sondage préliminaire auprès les élèves du Lycée Alfred Nobel à Clichy-sous-Bois nous permet de soulever quelques questions vers une recherche de longue haleine.

Mots-clés: intégration sociale, migration, banlieue, Clichy-sous-Bois, Lycée Alfred Nobel.

Introdução

A influência e a dominação por muito tempo exercidas pela França sobre suas colônias demonstra que a estrutura de poder geopolítico é uma realidade complexa. Tanto antes quanto depois da independência das colônias francesas, a população imigra para a antiga metrópole, pois acredita encontrar melhores condições de vida e justiça social. Entretanto, se para os recém-chegados os desafios econômicos são notórios, a questão da convivência com a população local vai, aos poucos, assumindo ares dramáticos. A dimensão simbólico-cultural entre grupos distintos cria uma série de tensões, de modo que não é exagero sustentar a conflagração de uma crise entre a pluralidade das tradições nacionais e a unidade da cultura europeia, que atribui um novo status às diferentes identidades regionais, nacionais, religiosas e culturais que a constituem (NOIRIEL, 2007:199).

Em 2005, Clichy-sous-Bois — área periférica das mais precarizadas denominada Zona Urbana Sensível (ZUS) e onde grande parte da população possui menos de vinte e cinco anos — tornou-se uma comuna emblemática, pois foi palco da morte de dois jovens *clichois* perseguidos pela polícia francesa e, conseqüentemente, o estopim para levantes sociais não só nas numerosas comunas periféricas de Paris, mas, também, em toda a França. No intuito de chamar atenção das autoridades, jovens atearam fogo em pouco mais de nove mil carros, segundo o levantamento realizado pelo Ministério do Interior (COSNAY, 2010) fato noticiado diversas vezes pela imprensa francesa e mundial como a “Intifada das Cidades” (ROY, 2006).

Clichy-sous-Bois localiza-se no departamento do Seine-Saint-Denis (mais conhecido por ser o departamento número 93) a quinze quilômetros de Paris, e sua população, embora admita mais de cem nacionalidades, caracteriza-se pelo predomínio de imigrantes magrebinos (CLICHY-SOUS-BOIS, 2014a). Segundo dados do INSEE (2012), 19% da população situada na região de Île-de-France, onde está o departamento do Seine-Saint-Denis, é formada por imigrantes. É, sobretudo, no departamento administrativo de Seine-Saint-Denis que a proporção de imigrantes é maior, representando 27% da população (INSEE, 2012a).

No mês de março do ano de 2014, tivemos a oportunidade de realizar um trabalho de campo em Clichy-sous-Bois. Com destaque para a aplicação de um questionário em uma escola pública local, aliada ao levantamento de dados contidos em documentos oficiais como aqueles fornecidos pelo Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE), pela própria Prefeitura de Clichy-sous-Bois e pelo Bilan do Lycée Alfred Nobel (documento mais ou menos semelhante ao Projeto Político-Pedagógico das escolas brasileiras), as linhas a seguir não têm outra pretensão senão a de tentar extrair, sob o olhar dos jovens que vivenciam a comuna de Clichy-sous-Bois, como ocorre a integração sócio-espacial e cultural para aqueles que possuem uma referência familiar, identitária e nacional diferente dos cidadãos ditos franceses legítimos.

Economia, território, identidade: a luta pela sobrevivência em Clichy-sous-Bois

Segundo dados do Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE, 2012a), a França conta atualmente com 5,3 milhões de imigrantes e 6,7 milhões de descendentes de imigrantes. Conforme lemos no relatório do INSEE:

O desenvolvimento rápido da imigração argelina começou no início dos anos 1950 e prosseguiu nas décadas seguintes. De 554.000 em 1975, o número de imigrantes provenientes da Argélia aumentou 28%, alcançando 710.000 pessoas em 2008. A imigração marroquina quase triplicou desde 1975. Os imigrantes nascidos no Marrocos constituem doravante 12% da população imigrante contra 6% em 1975. A imigração dos outros países da África é mais recente. Ela contribui na razão de um quarto do crescimento do conjunto da população imigrante constatada entre 1999 e 2008. São pessoas oriundas principalmente de Camarões, Costa do Marfim e República Democrática do Congo ³ (INSEE, 2012a:7).

³ Tradução livre da autora nessa e em todas as outras passagens onde o texto não possui versão em português.

Na Figura 1 observa-se a evolução do número de imigrantes na França por país de origem, destacando-se em azul mais claro a imigração proveniente do Maghreb:

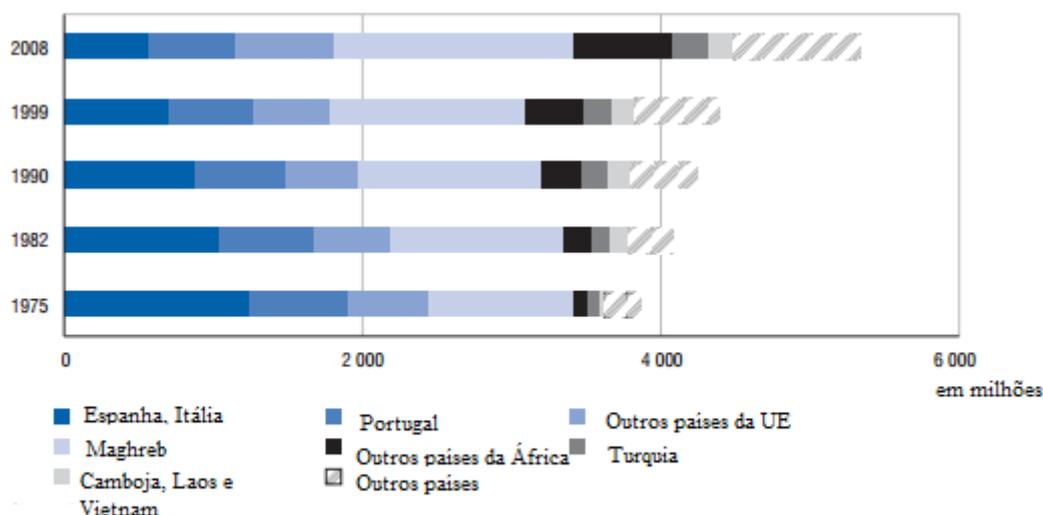


Figura 1: Evolução do número de imigrantes por país de origem. Fonte: Fiches Thématiques: Population Immigrée (INSEE, 2012a, p.8). Adaptação da autora.

Dados do ano de 2008 (INSEE, 2008) evidenciam a taxa de desemprego relacionada à nacionalidade: entre os franceses temos 7%, ao passo que dentre os oriundos de fora da União Europeia, 19%. Segundo dados do INSEE (2012b) o departamento de Seine-Saint-Denis apresentava em 2009 mais de um milhão e meio de habitantes, e uma taxa de desemprego média de 16,5%. Dois anos antes, registrou-se 322.712 pessoas imigrantes no departamento de Seine-Saint-Denis, sendo que entre eles estão 53.825 argelinos, 31.308 marroquinos e 15.003 tunisianos, o que representa 31% dos imigrantes totais. Destacamos também a intensa e recente imigração proveniente do Mali, com 20.574 pessoas (INSEE, 2010).

Já Clichy-sous-Bois (Figura 2) conta com 38,6% de sua população com idade abaixo de 20 anos, superando de longe a média do departamento de Seine-Saint-Denis de 28%. Embora haja em Clichy-sous-Bois um grande potencial de mão de obra, sua taxa de desemprego é elevada. Segundo dados do INSEE (2012b, p. 8), 22,3% da população entre 15 e 64 anos está desempregada, chegando a representar 24% entre as mulheres de 15 a 64 anos. Outra característica de Clichy é a disparidade da escolaridade entre seus habitantes. Segundo dados de 2011, 95,5% dos jovens até 17

anos apresentam algum tipo de diploma, o mesmo não acontece com a população acima dos 30 anos: apenas 1,6% deles porta algum tipo de diploma (INSEE, 2011a, p. 9).

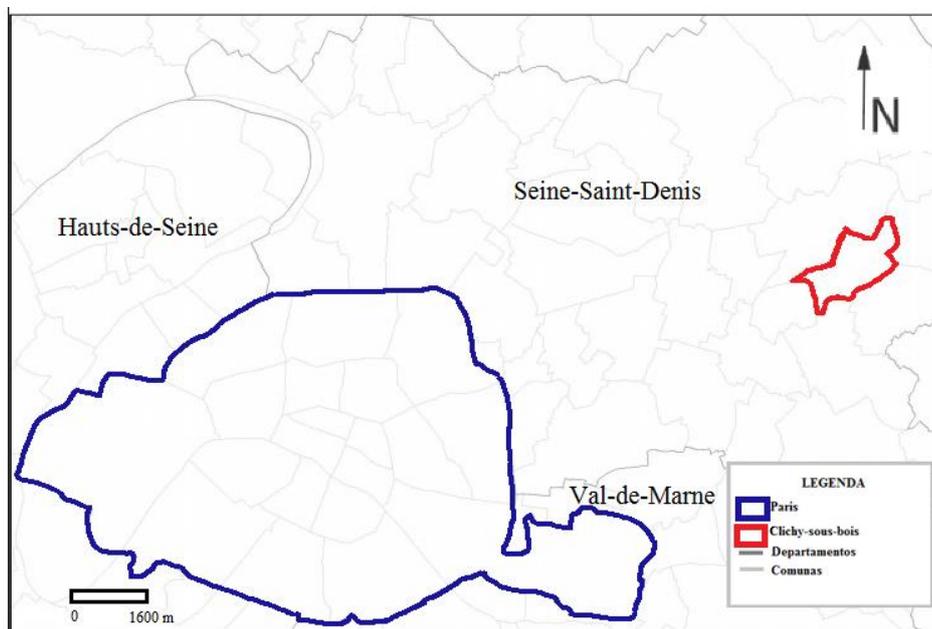


Figura 2: Localização de Paris e Clichy-sous-Bois. Fonte: Système d’Information Géographique. Adaptação da autora.

Conforme explicação do INSEE:

Em 2006, mais de um em dez habitantes da Île-de-France reside em uma das 157 zonas urbanas sensíveis (ZUS) que conta a região, sendo 1 278 300 pessoas no total. Esses bairros prioritários localizam-se nas zonas particularmente tocadas pela precariedade social e pobreza. Assim, aproximadamente um a cada quatro moradores de Île-de-France [25%, diga-se] mora em Seine-Saint-Denis. É igualmente nesse departamento que a parte da população residente nas ZUS é a mais importante: 20%, contra 6% em Paris (INSEE, 2011:1).

Pode-se dizer então que o departamento de Seine-Saint-Denis destaca-se não somente por ter se tornado receptor da população imigrante e seus descendentes, mas também pela grande concentração de habitações localizadas nas ZUS — caso de Clichy-sous-Bois. Percebe-se que ZUS são extremamente importantes, sobretudo na demanda de habitações sociais. Segundo documento de Clichy, existe atualmente pedido para mais de um milhão e seiscentas mil moradias sociais, sendo que metade delas somente na região de Île-de-France. A comuna de Clichy possui a demanda atual de 2.700 solicitações segundo os dados de sua prefeitura. Ainda que este pleito continue alto, 33% das moradias situadas em Clichy-sous-Bois são consideradas habitações sociais, o

que representa cerca de três mil e duzentas moradias (CLICHY, 2014b: 10) e, portanto, obedece à lei Solidariedade e Renovação Urbana (SRU), que exige que pelo menos 25% das moradias sejam destinadas ao interesse social. Entretanto, esta lei não é respeitada por todas as cidades - sobretudo as que possuem população mais abastada, como é o caso de Neuilly-sur-Seine, que prefere pagar multa a receber este gênero de projeto (MANAC'H, 2011).

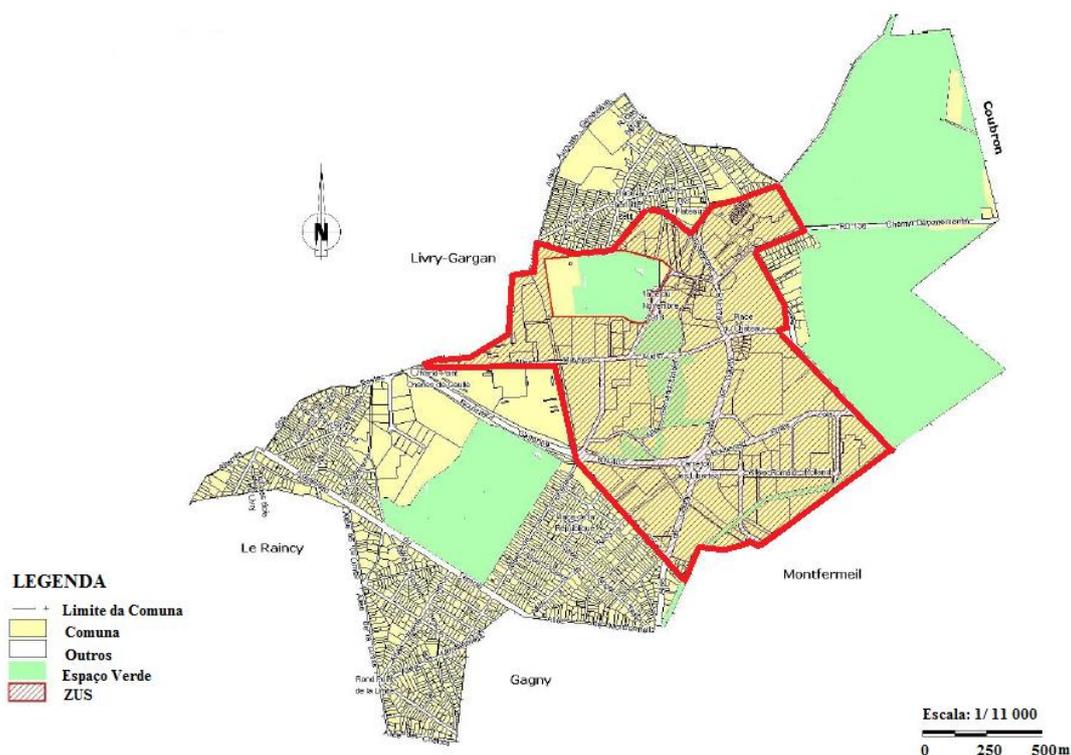


Figura 3: Comuna de Clichy-sous-Bois, com destaque para sua Zona Urbana Sensível (em vermelho). Fonte: Clichy-sous-Bois (2014a). Adaptação da autora.

Clichy-sous-Bois também é palco de outras políticas habitacionais pela Agência Nacional para a Renovação Urbana (ANRU), bem como do processo de “renovação urbana”, termo que se refere à construção de novas habitações, reformas de outras e renovação dos equipamentos públicos e comerciais (CLICHY, 2014c). Pensado pela ANRU com a anuência da prefeitura de Clichy, o projeto teve início em 2002 ao custo de um bilhão e setecentos milhões de reais. De acordo com o discurso político oficial, essa reestruturação reforçaria políticas públicas de coesão econômica e social vinculadas à criação de empregos, segurança, inserção social e implantação de meio de transporte visando melhor integração de Clichy-sous-Bois às outras cidades (CLICHY, 2014c:1). Todavia, casos de irregularidades nas instalações elétricas, insetos, umidade

e outros aspectos que contribuem para uma habitação que não preza pela saúde e pela segurança dos moradores são denunciadas na revista bimestral da cidade, editada pela própria prefeitura *clichoise* (CLICHY, 2014b).

Dada a relevância do tema habitação para os que vivem em Clichy, cumpre mencionar as *copropriétés*, conjuntos habitacionais verticalizados que tiveram grande funcionalidade com a urbanização intensiva em Clichy a partir da década de 1950. Com o passar do tempo, algumas *copropriétés* se degradaram, exigindo atenção especial do Estado francês e da *Agence Nationale de l'Habitat* (ANAH, 2014). Assim, a partir de julho de 1994 foram postas em prática as *Opérations Programmées d'amélioration de l'habitat* (OPAH). Segundo a ANAH, uma das funcionalidades da OPAH *Copropriété* é a busca por melhorias nos espaços externos, ou seja, na parte estética dos *logements sociaux* (moradias sociais) presentes nesses grandes conjuntos verticalizados, assim como acompanhamento social dos moradores e realojamentos.

Existem hoje 14 *copropriétés* em Clichy-sous-Bois. Dentre elas, nove estão sob os cuidados da OPAH e quatro sob os auspícios do *Plan de Sauvegarde*, como é o caso de *Chêne Pointu* (Figura 4), que seria uma intervenção pública ainda mais intensa sobre as *copropriétés* mais problemáticas, isto é, onde as condições de vida são ainda mais precárias que as demais no que concerne à segurança e aos serviços de manutenção das moradias. Em Clichy, somente uma *copropriété* não está sob a guarda das opções acima identificadas.

A respeito da presença de transportes públicos em Clichy-sous-Bois, observa-se que a opção de um metrô que a conecte às áreas com maiores oportunidades de trabalho é inexistente. O único transporte público que chega a Clichy é o ônibus, embora exista a previsão da chegada do *tramway* para 2019 e uma linha de metrô, além de um aumento na construção de habitações sociais e maior diversificação de equipamentos urbanos. Tais perspectivas inserem-se em um projeto ainda maior, denominado *Grand Paris Express*. Porém, será necessário esperar até o ano de 2030 (CLICHY, 2015: 1-2).

Enfim, a dimensão simbólica possui papel de extremo relevo no entendimento do tema em tela. Afinal, dificilmente poderemos falar em *liberdade e igualdade* enquanto o simples fato de ser estrangeiro atrapalhar o ingresso dos imigrantes no mercado de trabalho.



Figura 4: Um dos edifícios de Chêne Pointu em Clichy-sous-Bois. Registro pessoal, 17 de março de 2014.

Segundo o INSEE (2008), nas tentativas em busca de emprego a discriminação é mais frequente quando estamos diante dos imigrantes provenientes da África:

8% dos imigrantes estimam que um emprego foi-lhes recusado de forma injusta em virtude de sua origem estrangeira. De cada três casos, em dois deles a recusa foi precedida de uma entrevista frente ao empregador. Tal sentimento é particularmente forte nos imigrantes originários da África subsaariana (15%), que declaram com mais frequentemente que também já foram tratados de maneira injusta por seu empregador, superior hierárquico ou pelos colegas (14%, contra 9% do conjunto dos imigrantes que já tiveram um emprego na França). Este é também o caso, em menor escala, dos imigrantes oriundos do Maghreb (11% para os dois tipos de discriminações sentidas [acima identificadas]). Por outro lado, tais sentimentos raramente acontecem dentre os imigrantes da Europa e da Ásia (INSEE, 2008: 9).

Mas, afinal, se não há liberdade, igualdade e fraternidade na *République Française*, o que difere os imigrantes, principais acometidos pela desigualdade, dos franceses? Sua identidade, cultura, traços étnicos, religião? Seriam esses os motivos pelos quais as disparidades existem? Isso não leva a crer que os elementos simbólicos agem diretamente na constituição dos territórios. O texto a seguir nos fornece algumas pistas:

Enquanto a economia globalizada torna os espaços muito mais fluidos, a cultura, a identidade, muitas vezes re-situam os indivíduos em micro ou mesmo mesoespaços (regiões, nações) em torno dos quais eles se agregam na defesa de suas especificidades histórico-sociais e geográficas. Não se trata apenas de que estamos genericamente, “agindo mais sobre as imagens, os simulacros dos objetos, do que sobre os próprios objetos”, como afirma Raffestin. A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as

Zélia Aurea Thomaz, *O Dilema Sócio-Espacial na Banlieue Parisiense: O Caso de Clichy-Sous-Bois Sob a Ótica dos Alunos do Lycée Alfred Nobel*

dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2012: 92).

Seria então Clichy-sous-Bois, de certa maneira, um mesoespaço, onde os indivíduos se agregam na defesa de suas particularidades histórico-sociais? Os espaços mais fechados que asseguram a manutenção de sua identidade cultural seriam as *banlieues*? Sendo a população da Zona Urbana Sensível de Clichy-sous-Bois composta majoritariamente pelos imigrantes e seus descendentes, a exclusão sócio-espacial não reforçaria ainda mais seus traços culturais, fenômeno que o governo e parte da sociedade francesa parecem tentar impedir?

Enfim, ensaiar compreender o tema dos migrantes magrebinos em Clichy significa ser capaz de articular cultura, política e representações sociais. Pensando assim, fomos investigar a percepção dos moradores locais a respeito; para tanto, optamos por recolher depoimentos de estudantes de uma escola local.

A integração dos imigrantes e seus descendentes é possível? A visão dos alunos do Lycée Alfred Nobel

Em março de 2014 realizamos nosso trabalho de campo no Lycée Alfred Nobel — equivalente ao ensino médio brasileiro —, único estabelecimento de ensino em Clichy-sous-Bois que, limítrofe ao município de Montfermeil, atende estudantes de ambas os lugares e, ainda, do restante do departamento de Seine-Saint-Denis⁴, Seine-et-Marne e outros (LYCÉE ALFRED NOBEL, 2013).

O Liceu Alfred Nobel dispõe dos mais variados planos a fim de atrair o maior número de possível de estudantes: literatura, fotografia, cinema, teatro, música (inclusive o rap), dança, jogos, viagens, cidadania, saúde, história e memória, grafite, jornal escolar, esportes e atividades físicas (basquete, judô, badminton, futsal, musculação, *step*). Outros projetos desenvolvidos no Liceu também chamaram nossa atenção, tais como o encontro com o cientista e ex-ministro argelino Mohamed Djebbar, que explorou a influência árabe nas ciências, e a conferência com o importante historiador

⁴ Mais conhecido por ser o departamento de número 93.

Benjamin Stora, convidado a abordar as memórias da Guerra da Argélia. Isso demonstra que a escola está atenta à questão imigratória e aos seus efeitos na vida dos estudantes. Também nos foi disponibilizado para essa pesquisa o *Bilan Annuel*, espécie de Projeto Político-Pedagógico da escola feito a cada dois anos e cuja última atualização deu-se em 26 de setembro de 2013. Este documento relata qualitativa e quantitativamente a gestão realizada na escola em 2013, além de indicar apontamentos para o ano seguinte.

Contudo, a principal iniciativa da escola foi, a partir da ideia de uma professora de língua francesa do próprio Liceu, Sylvie Cadinot-Romerio, fazer um livro escrito pelos próprios alunos: em co-autoria com o escritor francês Tanguy Viel, *Ce Jour-là* descreve, em estilo ficcional, as experiências e os desafios dos jovens estudantes (LYCÉE ALFRED NOBEL, 2013). Tal empreitada ganhou notoriedade midiática e também entre órgãos do poder público como a *Academie de Créteil* e o *Ministère des Droits des Femmes, de la Ville, de la Jeunesse et des Sports*. Durante seis meses, os alunos acolheram o romancista Tanguy Viel para redigir com ele uma espécie de romance da cidade. Mistura de fatos e de ficção, personagens se entrecruzam e se tocam em temas como *cotidiano, identidade, preconceito, estigmatização, amor e solidariedade*:

“Clichy-sous-Bois é a cidade que não se ousa mencionar. Sendo uma das cidades mais arborizadas na França segundo o Censo, bem pessoalmente, não há nenhuma árvore perceptível. Vejo, unicamente, torres. Isso começa desde a declividade do terreno do centro comercial Leclerc até o centro comercial de Bruyère. Uma cidade-dormitório, ocupada pelo resto da Île-de-France, com uma enorme reputação após os eventos de 27 de outubro de 2005. Essa cidade é maldita, tudo é rígido como se ela estivesse bloqueada há trinta anos. Não é preciso mentir, nós estamos imersos em uma situação precária. E, para sair disso, certas pessoas se inserem no ilícito e tudo termina em acertos de contas e nas mães que perdem seus filhos. Eu conheço mães assim, bem como garotos que vendem drogas, isso se chama *bicrave* aqui. Eu praticamente cresci com eles, eles estão sempre embaixo de onde moro, próximos aos muros ou dentro de um carro, um Clio branco; mais precisamente, por que faz cinco anos que ele serve de abrigo à noite, com música ao fundo. Porém, eu amo isso, pois a partir das 23h minha cidade transforma-se em karaokê. Eles cantam, dançam, bebem, se divertem. E quando eu durmo fora, bem, isso me parece muito estranho porque às 23 horas não há música. Isso quase me faz falta porque é como se fosse uma canção de ninar para mim. No verão, eles fazem churrasco ao ar livre, o vendedor de sorvete chega com sua melodia. A gente reconhece sua chegada quando todas as crianças começam a gritar e eu amo isso. Apesar de todas as coisas ruins que há aqui, eu não poderia jamais partir daqui. Tudo isso é meu cotidiano, tudo isso está no meu hábito de vê-los nos bancos quando eu vou ao Liceu, no Simply Market ou mesmo na biblioteca. Eu cresci com eles, são sempre respeitosos e agradáveis. Apesar de suas aparências, eles aprenderam na escola da vida e em nenhum caso eles me

incitaram a fazer o mal ou atividades ilícitas, ao contrário. Eu não posso deixar o cheiro dos *kebabs* e do cigarro que sobe até minha casa, eu não posso deixar os ‘melhores votos de feliz ano novo, saúde’ que eles nos dizem em todo 31 de dezembro, as guerras de estalinho na noite de 14 de julho, as guerras de neve que duram toda a noite. Eu não posso deixar, é isso” (LES ÉLÈVES *et al*, 2012: 12-13).

Por meio desse extrato do livro, algumas características são evidenciadas. Pode-se perceber uma ruptura na paisagem de Clichy conforme o apontamento “não há nenhuma árvore que seja perceptível, vejo unicamente torres”, o que remete aos *grands bâtiments* que ainda se mostram como um símbolo das *banlieues* e da segregação. Paradoxalmente, apesar das “coisas ruins” que existem na comuna, a jovem admite que não poderia sair dali, e justifica seu raciocínio evidenciando alguns traços daquilo que o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan denominou *topofilia* (TUAN, 2013 [1974]).

Em outra passagem, um jovem de 17 mistura presente, passado e futuro:

Eu me chamo Omar, tenho 17 anos e vivo em Clichy-sous-Bois, mais precisamente em Chêne Pointu, uma cidade escura e sem luz. Os edifícios são recobertos de pichações no interior e no exterior insultando a polícia. Na minha cidade, nos aniversários ou no Natal, não há presentes. O único objetivo dos jovens é conseguir dinheiro para os pais, para que eles fiquem orgulhosos de nós. Se eu parar a escola, não será para trabalhar, porque procurar trabalho aqui é como procurar uma agulha em um palheiro. Vejo pelos outros. Eles passam seus dias procurando um trabalho sem nenhum resultado e os patrões os ridicularizam quando dizem que vêm de Clichy-sous-Bois. Frequentemente eu perco meu tempo debaixo do prédio, e como dizem no bairro, em meus muros. Mas meu pai briga comigo, diz que não é para perder meu tempo assim, que a polícia pode nos parar por nada. A delegacia está sendo construída. O Estado pensa que é uma boa coisa, mas, para mim, isso pode apenas agravar as coisas. (LES ÉLÈVES *et al*, 2012: 64-65, tradução minha)

O relato de Omar, morador do maior conjunto habitacional de Clichy-sous-Bois, *Chêne Pointu*, caracteriza sua *cité* como “uma *cité* escura e sem luz”. Os prédios, seja no seu exterior como no seu interior, estão rabiscados com insultos à polícia. Interromper os estudos também não é a solução, pois arrumar emprego em Clichy, segundo o relato, não é uma atividade trivial, e aqueles que o fazem são ridicularizados ao mencionar sua origem. Relativo à chegada da Polícia (a delegacia foi construída em 2010), o jovem demonstra dúvidas sobre sua eficácia.

Enfim, as passagens anteriormente mencionadas apontam que ao valorizar a realidade cotidiana do aluno, atribuindo-lhe importância e realizando projetos que lhe envolvam como *sujeito*, o estudante se reconhece na escola, admitindo-a como espaço privilegiado para que ele próprio se assuma como produtor de conhecimento e intérprete de sua vida. Em termos especificamente geográficos, Clichy-sous-Bois, pela problemática urbana que lhe envolve, oferece múltiplas possibilidades. Entretanto, inspirados pela hermenêutica, não nos interessava o estudo da *banlieue* pela *banlieue* ou dos *clichoisés* pelos *clichoisés*, mas, sim, em como tais elementos interagem, quer sob a ótica da ficção, quer sob o signo da harmonia. Para tanto, podem ser muito úteis os conceitos de *território* e *lugar* (cf. CAVALCANTI, 2008:145).

Pensando assim, tivemos a oportunidade de realizar uma intervenção na escola supracitada, visando recolher depoimentos de vinte e quatro jovens alunos entre 15 e 17 anos. Elaboramos um total de sete perguntas, que deveriam ser respondidas sob a forma de uma redação. Ei-las:

1. *Quem eu sou?;*
2. *O que Clichy-sous-Bois representa para mim? E para os outros?;*
3. *O que Paris representa para mim? E para os outros?;*
4. *Como compreender a questão da migração, sobretudo a magrebina na França? Haveria integração?;*
5. *Haveria influência cultural magrebina na França?;*
6. *O que você considera como sua cultura?;*
7. *O que você espera do seu futuro?*

“o que vem à tona são as ambiguidades da questão nacional, pois, mesmo possuindo nacionalidade francesa, seu país é o Marrocos, Clichy é sua cidade no sentido do pertencimento e Paris parece um pouco distante...”



Figura 5. Intervenção no Lycée Alfred Nobel. Registro pessoal feito em 25 de março de 2014.

Dos vinte e quatro relatos, só um pertencia a um estudante filho de pais nascidos na França. Quatro alunos vieram do Mali, Guiana, Congo e Índia e a maioria proveniente do Maghreb ou filhos de magrebinos, sobretudo da Argélia e do Marrocos. Destaque-se, portanto, a importância do debate multicultural que já existe na cidade e o papel da escola refletindo essa riqueza cultural.

De modo geral, os depoimentos apontam o tratamento de Clichy-sous-Bois como lugar que, quando visto por outras pessoas, é bem distinto da concepção de lugar de quem ali vive. Tais testemunhos revelam alguns traços da complexa situação aos quais os jovens de origens magrebinas são submetidos, tais como racismo, preconceito, estigmatização e hostilidade. Verifica-se também que alguns jovens assumem a centralidade de Paris, enfatizando-a para fins de passeio e de lazer, mas também, como território de menor integração com os imigrantes.

Atentemos para um discurso:

Eu me chamo Sofia, tenho 17 anos. Sou de origem argelina. Nasci na França, em Montfermeil. Moro em Clichy-Sous-Bois. Minha mãe nasceu na França, meu pai na Argélia. Sou argelina e francesa, mas aqui na França há muito racismo e eu estou engajada em lutar contra isto. Independente de ter nascido na França, mas de origem magrebinas, nós devemos nos integrar aqui na França, mas existe um racismo enorme. Acho Clichy-sous-Bois uma cidade muito boa, pois há todas as origens e sinto-me bem nesta cidade. Há muitos estrangeiros e eu acho isso muito bom. Sou de origem muçulmana e conheci muito racismo seja no Liceu, seja na rua, o que é uma pena. A França não é um país de liberdade!!!

Lemos a tensão entre integração e exclusão, aceitação e rejeição, algo que é sentido com mais intensidade quando se tem apenas 17 anos. Consciente das dificuldades a serem enfrentadas, a jovem gosta do lugar onde vive, mas sente na pele que alguns rejeitam suas raízes e sua religião. Para lançar mão de uma linguagem eminentemente geográfica, territorializada de um lado, desterritorializada de outro, angustiada portanto.

Em outro depoimento, um aluno que não quis se identificar expõe sua interpretação da relação entre Clichy-sous-Bois e Paris:

Clichy-sous-Bois é a cidade onde eu cresci, eu me sinto bem aqui, é para mim uma referência. Sempre vivi em Clichy. Em Paris não é parecido. Geralmente quando vou a Paris é para ir aos restaurantes, sair, passear, mas eu prefiro Clichy à Paris. Não poderia viver em Paris. Na França, em Clichy, os magrebinos estão muito bem e facilmente integrados, mas em Paris, em certos bairros, a integração é difícil, mas os magrebinos vêm cada vez mais para a França.

40

Percebe-se nesse relato um indicativo que Paris possui uma importância para quem mora na *banlieue*, sendo a cidade de passeio, diversão. Mesmo que Clichy não possua os “atrativos” parisienses, o aluno declara que não poderia viver em Paris e, embora não explicita os motivos, podemos imaginar que ele se sente um tanto quanto deslocado na cidade-luz. Outro ponto a ser destacado nos remete à integração dos magrebinos que, para esse aluno, aconteceria sem maiores problemas (testemunho que parece ser exceção em relação aos demais), ao passo que em algumas partes de Paris a integração não é fácil.

Em outra abordagem:

Eu me chamo Shara, tenho 16 anos e estudo em Clichy-sous-Bois, mas nasci em Bondy na França. Tenho origens indianas e meus pais nasceram em Madagascar, uma ilha ao lado da África. Sou de nacionalidade francesa e vivo em Clichy-sous-Bois com meus pais e meu irmão. Sou próxima do meu pai e da minha mãe, mas também do meu irmão. Hoje estou no Liceu, mas não sei o que desejo fazer mais tarde. Talvez ir para o exterior, não sei ainda. Para mim, Clichy-sous-Bois representa minha cidade de infância, mas também a de hoje. Eu sempre morei aqui. Paris representa para mim a capital do meu país, vou lá para visitar, passear. Acho que os magrebinos são bem integrados, sobretudo na *banlieue*.

Vários elementos chamam nossa atenção aqui. Primeiramente, trata-se de uma leitura de quem não possui origem magrebina. A maneira como se referenciou à Clichy também é interessante, pois aborda a cidade em suas temporalidades passada e

presente. Uma frase merece destaque: “os magrebinos são bem integrados, sobretudo na *banlieue*”, ou seja, a clara noção da espacialização da integração imigrante.

Para os outros, Clichy é um *bidonville* e uma cidade muito pobre com a “*racaille*” (pessoas que são agressivas, ruins e que fazem muitas besteiras, que fumam...). Paris é uma cidade como qualquer outra. Para os outros, Paris é uma cidade rica, bela e grande. Existem também influências na alimentação magrebina e na língua. Nossa cultura são as danças, festas e a alimentação.

Impossível ler essas palavras e não lembrar do discurso proferido pelo então presidente Nicolas Sarkozy em 2005, identificando os jovens exatamente com o vocábulo *racaille* - algo que, certamente, o estudante discorda. O termo *bidonville* - moradias degradantes - também não pode ser considerado algo positivo.

Independente da representação promovida pelos *outros* (vide acima) ou por *alguns* (vide abaixo), bem como do preconceito e dos empecilhos à integração social, a relação de afeto com Clichy continua presente, conforme lemos no depoimento a seguir:

Clichy é a cidade onde moro e eu a amo muito, as pessoas são agradáveis e ninguém é agressivo como pensam alguns. A integração na França não é fácil para todo o mundo, pois há que adaptar-se a uma nova cultura, a novos modos de vida. Os magrebinos são vítimas de numerosos preconceitos.

No relato seguinte, o que vem à tona são as ambiguidades da questão nacional, pois, mesmo possuindo nacionalidade francesa, seu país é o Marrocos, Clichy é sua cidade no sentido do pertencimento e Paris parece um pouco distante, embora interessante por um certo glamour e pelas possibilidades de consumo:

Me chamo Nadia, moro em Clichy-sous-Bois, tenho 17 anos. Sou marroquina de nacionalidade francesa, meu país é o Marrocos. O que Clichy-sous-Bois representa para mim? Clichy é a cidade onde eu cresci, é a minha cidade. Paris é muito “chique”, muito “rica” e “romântica”, mas eu gosto dela porque há muitas lojas. Como compreender a questão da migração, sobretudo a magrebina na França? A migração pode ser explicada pelo fato que se quer trabalho na França. Haveria influências culturais magrebina na França? Sim: os restaurantes, a cultura, as tradições. O que você considera como sua cultura? Minha cultura é a tradição marroquina, os pratos marroquinos.

Os textos seguinte guarda certa correspondência:

Há um pouco de integração, mas não muita, pois há muito racismo e os franceses não gostam de se misturar com os imigrantes. Penso que sim, nossa cultura magrebina mudou a França, agora há mais cultura magrebina na cozinha, na língua e na dança.

Em mais um testemunho:

Zélia Aurea Thomaz, *O Dilema Sócio-Espacial na Banlieue Parisiense: O Caso de Clichy-Sous-Bois Sob a Ótica dos Alunos do Lycée Alfred Nobel*

Clichy representa um lugar de vida onde eu posso encontrar muitos amigos de uma enorme diversidade cultural e, assim, aprender muitas coisas sobre diferentes culturas. Todo mundo se conhece em Clichy e se aceita. Para os outros, Clichy é uma zona perigosa onde há somente imigrantes e delinquentes. Penso que Paris é muito cara, um pirulito lá é um euro. Mas amaria viver lá mais no futuro, pelo seu dinamismo e suas belas ruas. Penso que há muito preconceito sobre os magrebinos, por exemplo, que eles são ladrões. Entretanto, são pessoas muito acolhedoras e que adoram compartilhar.

Enfim, o exposto nas páginas anteriores permite-nos entrever parte dos dilemas sociais, econômicos e culturais dos jovens “des-re-territorializados” do Liceu Alfred Nobel. Embora o questionário aplicado tenha direcionado as respostas, temas como integração, exclusão, habitação e aceitação social fazem parte do cotidiano dos *clichoisés*. No entanto, como mudar a questão do preconceito que assola os imigrantes magrebinos? Quando a sociedade francesa admitirá que a diversidade cultural dos imigrantes enriquece a própria França como um todo? Como aprender a valorizar a fortuna imaterial de Clichy-sous-Bois?

Considerações finais

Ainda em estágio inicial, a pesquisa em tela busca entender a conjuntura geográfica de Clichy-sous-Bois, comuna mundialmente célebre após manifestações de imigrantes contra o governo francês no ano de 2005. Poder-se-ia mencionar algo como uma fratura de natureza, digamos, pós-colonial? De toda maneira, estamos diante de uma realidade assaz complexa que envolve não somente a constituição de relações territoriais hierarquizadas no processo de urbanização completa da sociedade, mas, também, de tensões simbólico-culturais entre pares notadamente caricaturais como nativos e estrangeiros, locais e “de fora”, “nós” e “eles”. Para nós, é nítido que a Geografia não pode contentar-se apenas com os elementos materiais, pois, no caso supracitado, a periferia surge não somente como problema urbano, mas, sim, como problema identitário que descortina tópicos como *nacionalismo*, *eurocentrismo*, *religiosidade* e *civilização*, por exemplo.

No interior desse quebra-cabeças a escola revela todo seu potencial de espaço privilegiado tanto para reflexão quanto para solução dos dilemas aqui esboçados. Destaque, portanto, para o corpo docente e diretor do Liceu Alfred Nobel, cujos

projetos e cotidiano expõem os conflitos da vida social suburbana parisiense. Atitudes como a deste Liceu nos fazem esperar uma França mais receptiva aos anseios dos jovens cidadãos manifestados acima, bem como uma convivência mais igualitária seja em termos econômicos, seja em termos simbólicos.

Agradecimentos

Ao nosso orientador Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF-Campos dos Goytacazes) pelos ensinamentos e atenção e ao professor Guilherme Ribeiro (UFRRJ) pelas sugestões e indicações de leitura. Ao Lycée Alfred Nobel em Clichy-sous-Bois, especialmente ao monsieur Dominique Pouchain por acreditar nos objetivos da pesquisa; à madame Pancrate por ceder sua turma para interlocução; à *provisseure* Catherine Manciaux e, claro, aos alunos do Lycée Alfred Nobel, que nos acolheram e dialogaram conosco enriquecendo sobremaneira a presente investigação.

Referências Bibliográficas

- AGENCE NATIONALE DE L'HABITAT - ANAH. Types de programmes. Disponível em: <http://www.lesopah.fr/programmes/opah-copro.html>. Acesso em 18 fev. 2014.
- CAVALCANTI, L. S. . A Geografia Escolar e a Cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas-SP: Papirus, 2008. 190p .
- CLICHY-SOUS-BOIS. La ville, ses atouts. (2014a) Disponível em <http://www.clichy-sous-bois.fr/La-ville/Ses-atouts>. Acesso em 13 fev. 2014.
- CLICHY-SOUS-BOIS. Logement social: Qui fait quoi? Le Mag, Clichy-sous-Bois, dec-jan. (2014b) Disponível em: <http://www.clichy-sous-bois.fr/Publications-magazine-et-guides/Clichy-sous-Bois-Le-mag-96-decembre-2013-janvier-2014>. Acesso em 03 fev. 2014.
- CLICHY-SOUS-BOIS. Le programme de rénovation urbaine du « haut Clichy. (2014c) Disponível em: <http://www.clichy-sous-bois.fr/Grands-projets/Le-programme-de-renovation-urbaine-du-haut-Clichy>. Acesso em 20 fev. 2014.
- CLICHY-SOUS-BOIS.. Disponível em <http://www.clichy-sous-bois.fr/Grands-projets/Les-projets-de-desenclavement>. Acesso em 14 jun 2015.

COSNAY, F. Comment les banlieues ont flambé. Europe 1, Paris, 27 out 2010. Disponível em <http://www.europe1.fr/france/comment-les-banlieues-ont-flambe-297603>. Acesso em 13 jun 2015.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade (7a edição). 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. v. 1. 396p .

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE (France). Langue, diplômes: des enjeux pour l'accès des immigrés au marché du travail. 2008a. Disponível em: http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?ref_id=ip1262#inter3. Acesso em 08 fev. 2014.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE (France). Population par sexe, âge et nationalité au Département de la Seine-Saint-Denis (93). 2010. Disponível em: http://www.insee.fr/fr/themes/tableau_local.asp?ref_id=NAT1&millesime=2010&niveau=3&nivgeo=DEP&codgeo=93 Acesso em 08 fev. 2014.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE (France). Commune de Clichy-sous-Bois (93014) - Dossier complet. 2011a, 16p. Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/themes/comparateur.asp?codgeo=com-93014>. Acesso em 14 jun 2015.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE (France). Les ZUS franciliennes: um paysage contrasté. 2011b, 9p. Disponível em: http://www.insee.fr/fr/insee_regions/idf/themes/alapage/alap356/alap356.pdf. Acesso em 05 fev. 2014.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ÉTUDES ÉCONOMIQUES – INSEE (France). Fiches Thématiques: Population Immigrée. 2012a, 42p. Disponível em: http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/ref/IMMFRA12_g_Flot1_pop.pdf. Acesso em 02 fev. 2014.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ETUDES ECONOMIQUES. Évolution et Structure de la population. 2012b. Disponível em: http://www.statistiques-locales.insee.fr/FICHES/DL/DEP/DL_DEP93.pdf. Acesso em 21 abr. 2014.

INSTITUT NATIONAL DE LA STATISTIQUE ET DES ETUDES ECONOMIQUES. Populations légales en vigueur à compter du 1er janvier 2014. 2014. Disponível em <http://www.insee.fr/fr/ppp/bases-de-donnees/recensement/populations-legales/pages2013/pdf/dep93.pdf>. Acesso em 21 abr. 2014.

LES ÉLÈVES DU LYCÉE ALFRED NOBEL; VIEL, T.. Ce Jour-Là. Ed. Joca Seria, 2012.

LYCÉE POLYVALENT ALFRED NOBEL. Bilan Annuel 2012-2013, Projets 2013-2014. Académie de Créteil, 2013.

MANAC'H, E.. À Neuilly-sur-Seine, la ville anti-logements sociaux: Une loi, c'est fait pour être détourné. Politis, 22 jul. 2011.

NOIRIEL, Gérard. À quoi sert "l'identité nationale"? Marseille: Agone, 2007.

ROY, O. Intifida des banlieues ou émeutes de jeunes déclassés Esprit 2005. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/0501-ROY-FR-2.pdf>. Acesso em 13 jun 2015.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUEL (2013 [1974]).

GEOGRAFIA E PANARQUIA: NOTAS TEÓRICAS PARA EVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO A RESPEITO DE UM SISTEMA TERRITORIAL

Antonio Carlos Oscar Jr.⁵

46

46

Resumo: Este artigo objetiva uma contribuição à epistemologia da Geografia retomando uma das questões mais pertinentes desta ciência buscando uma compreensão do espaço (objeto da geografia) a partir da articulação entre o sócio-institucional e físico-natural, tomando para isso a noção sistêmica e de sistema territorial como recurso para tal. Discute-se neste também a panarquia – que busca a compreensão do ciclo adaptativo e dos padrões e processos de mudança ao longo do tempo nos sistemas complexos - como teoria com grande potencial para a ciência geográfica na compreensão desse sistema territorial e dos desastres, tão notórios hodiernamente. Oferece-se assim, novos rumos para pensar a Geografia e o processo de Ordenamento e Gestão territorial.

Palavras-chave: sistema, território, paisagem, risco, vulnerabilidade.

GEOGRAPHY AND PANARCHY: THEORETICAL NOTES FOR KNOWLEDGE EVOLUTION ABOUT A TERRITORIAL SYSTEM

Abstract: This article aims at a contribution to the epistemology of Geography retaking one of the most pertinent issues of this science, seeking an understanding of the space from linkage between socio-institutional and physical-natural processes, considering the systemic and territorial system concepts as a resource for this. Also discusses the panarchy - that seeks to understand the adaptive cycle and the patterns and processes of change over time in complex systems - theory with great potential for geographical science in understanding this territorial system and disasters, so notorious in our time. Offers this new directions to think the Geography and Planning and Management Territorial.

Keywords: system, territory, landscape, risk, vulnerability

⁵ Mestre em Geografia, Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP, Diretor de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e Professor do Departamento de Geografia da FFCLDC/FEUDUC e. E-mail: thony.oscar@gmail.com.

GEOGRAFÍA Y PANARQUÍA: NOTAS TEÓRICAS PARA LA EVOLUCIÓN DEL CONOCIMIENTOS SOBRE UN SISTEMA TERRITORIAL

Resumem: Eneste artículo tiene como objetivo contribuir a la epistemología de la geografía retomando uno de los temas más relevantes de esta ciencia, en busca de una comprensión del espacio (como objeto de la geografía) a través de la vinculación entre los procesos socio-institucionales y físico-naturales, teniendo en cuenta los conceptos de sistema sistémicos y territoriales como recurso para esto. También se analiza la panarquía - que busca comprender el ciclo de adaptación y los patrones y procesos de cambio a través del tiempo en los sistemas complejos - la teoría con un gran potencial para la ciencia geográfica en la comprensión de este sistema territorial y de los desastres, tan notorio en nuestro tiempo. Así, apuntamos nuevas direcciones para pensar la Geografía y la Ordenación y Gestión Territorial.

Palabras clave: sistema, territorio, paisaje, riesgo, vulnerabilidad

Introdução

Na condição de campo científico, a Geografia apresenta um arcabouço epistemológico que norteia seu desenvolvimento teórico e empírico, expressos em sua preocupação com o entendimento do espaço e do tempo. No que tange aos seus conceitos, território e a paisagem apresentam-se como estruturantes, e, ao nosso ver, testemunham algo a respeito da dicotomia entre o *físico* e o *humano*.

Segundo Mendonça (2011), o conceito de paisagem remete à ideia romântica, fundamentada na escola humboldiana a respeito da manifestação plural da natureza na superfície do planeta. Com a evolução do conhecimento, o conceito ganha robustez científica e, conforme Monteiro (2000), traduz-se como resultado da integração dinâmica e instável dos elementos de suporte e cobertura (físicos, biológicos e antrópicos) que, através da relação entre as partes, organizam um todo complexo em constante e duradoura evolução.

Já o conceito de território, ainda segundo Mendonça (2011), emana do estabelecimento das fronteiras (políticas, culturais e econômicas) construídas pelos diversos grupos sociais que atuam no meio geográfico. Para Haesbaert (2004), trata-se da tradução para quaisquer relações associadas aos pares *espaço-poder* e *jurídico-*

político. Sendo assim, o território é a representação espacial do poder, ou seja, um espaço delimitado e controlado através do qual se pode dominar e ser dominado.

Sob o primeiro conceito, assentam-se as bases filosóficas para o estudo das dinâmicas ambientais e, sob o segundo, para o estudo da organização e apropriação social do meio. Contudo, ambos, de forma una, remetem à compreensão do espaço geográfico, resultado de formas e processos (GOMES, 2002) e de duas dimensões: natural e social (MENDONÇA, 2011). Eles permitem pensar o espaço como fruto das relações entre o homem e o meio físico (DOLLFUS, 1972).

Apesar de parecerem matrizes diferenciadas e serem assim trabalhadas, território e paisagem encontram-se em uma mútua relação a partir da união das dinâmicas sociais e naturais e do fato de que toda paisagem encontra-se enquadrada em um território, bem como todo território liga-se a um complexo de paisagens. A articulação do ser humano, da sociedade, da economia e da cultura com o patrimônio natural, culminando na produção do espaço e resultando na apropriação e domínio do território pela sociedade, também se traduz nos aspectos da paisagem. Nesta última, ficam inscritos tanto os modos de inserção do povoamento e das infraestruturas quanto dos recursos e, até mesmo, os testemunhos dos desastres quando os complexos de paisagens entram em ruptura (PASSOS, 2013). Enfim, não se trata de assumir que ambos os conceitos são sinônimos, pois seria um erro, mas trabalhá-los a partir de um ponto de intercessão onde o natural e o social se manifestam.

Para autores como Ponting (1995) e Leff (2001), essa dissociação no campo científico — um dos pilares da ciência moderna — demonstra como a relação sociedade-natureza se fez incompleta à luz de um olhar enviesado e pouco “ecológico”. Da insatisfação com esta situação surgem iniciativas como as de Bertrand (1971), apresentando princípios pioneiros da análise integrada baseado no modelo teórico denominado Geossistema (fonte), Território (recurso) e Paisagem (identidade), elaboração de tipo sistêmica destinada a demonstrar a complexidade do meio ambiente geográfico respeitando sua diversidade e interatividade.

A partir do momento em que se desconsidera que o território assenta-se sob uma base material que apresenta dinâmica própria ou que o complexo de paisagens é influenciado diretamente pelas ações sociais, há empobrecimento de leitura, pois elementos valiosos para a compressão do sistema são negligenciados. Influencia-se

também, negativamente a esfera política que, baseada em uma leitura territorial, acaba por negligenciar as dinâmicas ambientais — conforme ocorre nos subsídios para a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT-Brasil) ou na formulação dos planos diretores municipais brasileiros, tradição corroborada por uma perspectiva estática da paisagem (MENDONÇA, 2011).

Desta visão restrita, que inclui a estrutura de pensamento e a forma operacional em que o planejamento territorial vem sendo exercido, favorece-se constantemente a ocorrência de uma articulação desarmoniosa entre as atividades humanas no território e o funcionamento dos sistemas ambientais, os quais são vistos apenas a partir do seu valor estético e econômico, mas nunca funcional, favorecendo a construção do risco e a ocorrência de desastres (ZÊZERE, 2007).

Abre-se espaço, então, para a discussão referente a uma gestão ambiental dos territórios que, de acordo com Gusmão (2012), é um processo contínuo e colegiado norteado por agentes públicos, articulando a participação de atores produtivos e sociais que, instalados ou interessados num território e no seu estoque de recursos e processos ambientais (físicos, bióticos e antrópicos), buscam, de forma conjunta, conhecê-lo e diagnosticá-lo identificando suas potencialidades, fragilidades e tendências. De posse destes conhecimentos, tais agentes projetariam futuros cenários alternativos, dentre os quais selecionariam aquele considerado desejável às suas necessidades. Este seria um processo decisório institucional e multidisciplinar que, envolvendo negociação e instrumentalização de pactos e propósito de prioridades, políticas, planos, regulações e intervenções necessárias à realização do cenário selecionado, daria forma a um processo de gestão e planejamento do território tal como previsto no escopo da lei do Estatuto das Cidades (Brasil) para elaboração dos planos diretores municipais. Neste processo, o fio norteador é o princípio da melhoria contínua que norteia os sistemas de gestão ambiental, privilegiando a criação e manutenção de mecanismos de controle e incentivo do uso que se faça da base de recursos disponíveis, mas também de instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados objetivando a realimentação do processo e correção de rumos (GUSMÃO, 2012).

Considerar-se-ia, então, o reconhecimento dos riscos inerentes à interação de processos sociais e naturais. Ao falarmos de *risco*, introduzimos um conceito

relacionado à incerteza e ao desconhecimento das verdadeiras dimensões do problema, um recurso que pretende trabalhar nos limites da previsibilidade do comportamento de sistemas complexos (EGLER, 1996) que possuem nas ações humanas sobre o território seu foco principal (VEYRET, 2007).

Embora existam algumas tipologias de risco, é compreensível que em suas diversas abordagens seja difícil separar um risco resultante exclusivamente da ação humana e um risco exclusivo do meio natural. Sendo assim, há que se julgar que o termo “risco ambiental”, embora genérico, é o que melhor expressa os problemas resultantes da intervenção da ação antrópica no meio natural. Esta observação tem respaldo na conceituação proposta por Veyret, que considera os riscos ambientais como “resultantes da associação entre os riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território” (VEYRET, 2007: 63).

Logo, conclui-se que o risco surge a partir de uma série de fenômenos que frequentemente tem colocado em dúvida a capacidade humana de lidar com os fenômenos adversos, evidenciando, deste modo, que as mazelas produzidas pelos processos sociais em conjunção com as dinâmicas ambientais interferem significativamente na dimensão dos prejuízos gerados pelos fenômenos — mesmo que naturais, como a chuva. Torna-se inevitável, portanto, compreender que o conceito de *risco* refere-se à probabilidade de concretização de um evento adverso, esperado ou não (DAGNINO *et al.*, 2007), já que as características próprias dos sistemas, lugares e pessoas, traços estes que viabilizam a ocorrência e a exposição a estes eventos, devem ser entendida como vulnerabilidade. Os desastres, complementando a idéia, seriam o resultado da concretização de um evento adverso (perigo) em ambiente vulnerável, caracterizando-se como grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade (CASTRO, 1999). Correspondem tanto a fenômenos de cunho natural ou provocados pelo homem que ocorrem em um cenário pré-disponível à ruptura, com estruturas sociais deficitárias que interferem ativamente na dinâmica dos sistemas ambientais.

Quando a apropriação do espaço desconhece os fluxos energéticos e os mecanismos de retroalimentação dos sistemas ambientais, inicia-se um processo de modificação de forma e estrutura que, dependendo do grau, convergirá para a instabilidade do

sistema (que, por sua vez, tentará se reajustar às pressões) e trará adversidades aos complexos sociais. Estamos mencionando os *desastres*. Segundo Ponting (1995 *apud* MENDONÇA, 2011), os problemas ambientais enfrentados pelo mundo em nossos dias foram causados justamente pela variedade de pressões político-econômicas ao longo do tempo — alguns restritos a áreas específicas, enquanto outros afetaram o mundo inteiro. É urgente que se considere, portanto, que as dinâmicas dos sistemas ambientais têm um contexto social (UNWUIN, 1995), assim como as dinâmicas sociais também têm um contexto ambiental, já que as atividades humanas se desenvolvem e dependem deste suporte— o qual já não é mais “puro” e, sim, o resultado de uma trajetória histórica de integração com a sociedade (PASSOS, 2013).

Aos poucos a visão integradora começa a permear os campos político e científico, quer através da discussão das bacias hidrográficas, quer das unidades de conservação (MENDONÇA, 2011) ou, mais recentemente, da gestão dos riscos. Nesta conjuntura, que ainda tem muito o que progredir, cabe à Geografia importante contribuição, possibilitando que sociedade e natureza integrem a constituição do ordenamento territorial. A proposta de Bastié define este último como:

“uma prática global da gestão contínua das sociedades e do Estado que, ao lado das condições gerais, físicas, históricas, econômicas, financeiras, políticas, psicossociológicas e sociais, leva em conta o espaço muito diferenciado que constitui o território de um Estado e intenta orientar a evolução de seus diversos componentes (regiões, cidades e campo) rumo a um desenvolvimento harmonioso, com mais cuidado na preservação do marco natural em todas aquelas partes nas quais este não esteja desumanizado” (BASTIÉ, 1998: 15, grifo nosso).

Panorama teórico: da Teoria Geral dos Sistemas aos Sistemas Territoriais

Em 1950, Ludwig Von Bertalanffy lança sua Teoria Geral dos Sistemas propondo uma nova forma de pensamento científico. Especificamente na Geografia, tal teoria reformulou a visão da relação sociedade-natureza a partir de um olhar mais atento a respeito da organização dos componentes sócio-ambientais e da necessidade de apreensão do todo, em detrimento da limitada soma das partes elementares.

Destarte, os fenômenos, dentre eles os espaciais, passaram a ser encarados como um conjunto organizado onde seus elementos (sejam eles político-institucionais, ecológicos ou socioeconômicos) formam uma unicidade cujas associações não

ocorrem quando estes componentes estão desagregados (HAIGH, 1985 *apud* CHRISTOFOLETTI, 1999). Assim, quando retomamos o argumento de Passos (2000) de que hodiernamente a natureza é o resultado de um processo histórico da integração com o homem, ratifica-se mais uma vez a unicidade entre a dinâmica de paisagens e territoriais no processo de ordenamento espacial. Como ambas as dinâmicas sofrem influência de elementos externos, seja através dos fluxos energéticos advindos do sol ou daqueles oriundos da globalização, elas podem ser classificadas como sistemas abertos, onde variáveis internas e externas influenciam na estruturação e na organização das componentes. Do jogo de trocas (*feedback*) inerente a todo processo de permuta de energia, matéria e informação, assume-se que todas as partes se relacionam, influenciam e dão suporte para a integridade da estrutura organizada.

Muitos desses sistemas não-lineares estão sujeitos a mudanças bruscas de comportamento, apresentando, assim, desde o equilíbrio até o caos-determinista, passando por vários ciclos-limite. Conforme Monteiro (1991), o comportamento desses sistemas seria controlado pelos seus pontos de bifurcação ou *hólons* (conceito desenvolvido por Koestler [1969]), os quais são possuidores de duas tendências básicas: uma integrativa, que permite que as partes elementares se identifiquem com o todo sistêmico; e outra auto-afirmativa, responsável pela individualidade elementar a partir de sua funcionalidade básica. Dessa maneira, cada *hólon* atua como uma unidade autônoma com uma identidade funcional específica que não pode sofrer a hegemonia do todo.

Ainda segundo Koestler (1969), os *hólons* apresentam três características específicas visíveis em qualquer tipo de sistema: (i) *hierarquia*, indicando que todo sistema tem uma ordem cujas finalidades estão organizadas em relação à sua função e ao controle de seus processos internos; (ii) *códigos fixos*, ou seja, as regras que sustentam a identidade do sistema e organizam a sua estrutura em profundidade e extensão; e (iii) *estratégias flexíveis*, isto é, formas que o sistema usa para se manter em integridade e funcionamento; diz respeito à dinâmica e à flexibilidade do sistema, expressando a autonomia dos *hólons* para criar, inovar ou se transformar.

De acordo com Buckley (1970), são estes pontos de bifurcação, e, portanto, os *hólons* de um sistema, responsáveis pela constituição de sua estrutura particular, a partir do qual se permite atingir um ponto de "totalidade" com certo grau de *continuidade* e

limitação, continuidade esta acompanhada de imprevisibilidade e desordem oriundas das várias possibilidades de interações e *feedbacks* entre as partes. Já a limitação é dada pela estrutura rígida que o sistema tende a criar em função do aumento de capital e que, no caso da paisagem e do território, é superável devido sua capacidade adaptativa e auto-organizacional advinda da provável eficiência destes em responder ativamente ao que ocorre ao seu redor, ou seja, sua capacidade de evolução.

Baseando-se nesta linha de raciocínio, Morin (2001) funda a Teoria da Complexidade a qual corresponde à diversidade, ao entrelaçamento e à contínua interação da infinidade de sistemas e fenômenos que constituem o mundo natural, lançando bases para o estudo de casos singulares que fogem à linearidade e para aqueles sistemas que estão fora do equilíbrio previsto pela termodinâmica newtoniana. Estes seriam sistemas que produzem simultaneamente ordem e desordem interna, sendo esta responsável pela criação da novidade e aquela pela criação de uma organização para conservação desta novidade. Por sua vez, esta novidade é gerada a partir do momento de crise, que traduz a ocorrência de uma falha na regulação do sistema. Quanto maior for a complexidade do sistema, maior a possibilidade de desordem e, portanto, maior é o perigo de crise. Nesse momento, cria-se um distanciamento entre identidade e totalidade fazendo, portanto, os *hólons* perderem a aderência ao sistema, e acumulam-se ciclos de distúrbios que promoverão a evolução.

Quando sistemas sociais e sistemas naturais se entrelaçam no espaço geográfico, ou, ainda, quando uma das componentes destes sofre refuncionalização ou ganho superior de energia, gera-se a novidade, que será capaz de promover uma evolução para que estes sistemas se adequem à nova configuração — passando, contudo, por momentos de crise. Assim, poluição, enchentes, inundações, ilhas de calor, movimentos de massa e degradação dos solos são fenômenos que podem ser interpretados como resposta à evolução de sistemas sociais tais como crescimento demográfico, concentração industrial, pressões criadas pela formulação de políticas públicas ou, de forma genérica, pela globalização. Contudo, para Coelho (2009), culpar o crescimento demográfico ou a evolução técnica é um argumento falacioso, visto que pode transformar vítimas em culpados. Deve-se, sim, reconhecer que um dos pontos-chave para a compreensão da problemática ambiental é a gestão territorial conduzida pelo Estado e, envolvendo os demais agentes sociais, arbitra de forma desigual e

incoerente sobre os diferentes usos do território, não permitindo condições de paridade entre os atores sociais.

Segundo Simon (1962 *apud* URBAN *et al.*, [2006]), sistemas hierarquicamente organizados podem ser decompostos em unidades funcionais discretas operantes em escalas distintas. A partir dessa estrutura complexa, permite-se a ocorrência de fluxos de dois tipos: horizontais e verticais. No primeiro, os componentes dos agregados interagem mais frequente e intensivamente entre eles mesmos que com os componentes de outros agregados, sendo, portanto, trocas limitadas a um mesmo nível. Já as do segundo tipo ocorrem entre os diferentes níveis; neste caso, as interações entre componentes de um nível refletem-se no comportamento das componentes do nível imediatamente superior (URBAN *et al.*, 2006).

Dessa forma, ao se propor a existência de um sistema territorial, reconhece-se a existência de dois níveis de fluxos horizontais: a paisagem e o território. O primeiro comandado pelos processos físico-naturais e o segundo pela esfera burocrática e pelos modos de vida da população que se apropria deste espaço. Esse é um sistema fruto de inúmeros mecanismos sociais, econômicos e políticos que ocorrem dentro da moldura fornecida pelo quadro natural e que, gradualmente, pelas transformações feitas pelo homem, torna-se um ambiente social em constante metamorfose.

Tal como destacou Gómez Orea e representou na figura 1:

“O sistema territorial é uma construção social que representa o estilo de desenvolvimento de uma sociedade. Ele é formado mediante as atividades praticadas pela população sobre o meio físico e mediante as interações entre elas através dos canais de relação que proporcionam funcionalidade ao sistema (OREA, 2007: 43)

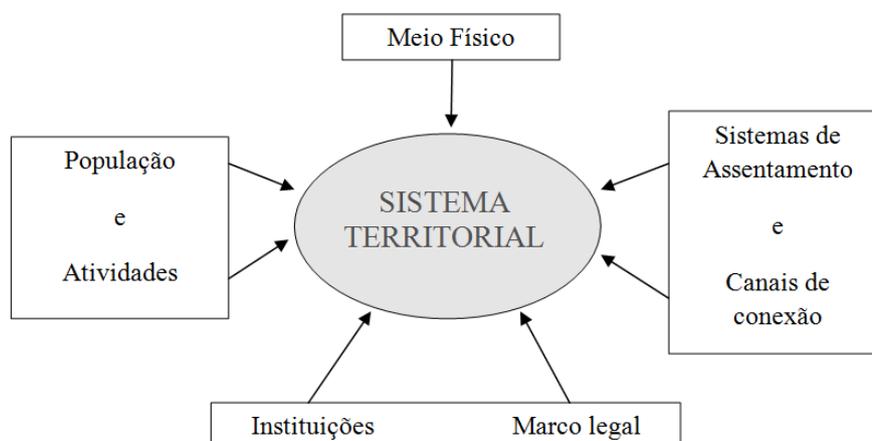


Figura 1: Elementos do Sistema Territorial. Fonte: Gómez Orea (2007:44).

Conforme destacou Santos (2009), a ordem global tenta impor aos lugares uma única racionalidade, o que funda escalas superiores ou externas à escala do cotidiano, produzindo uma estrutura vertical complexa em que os fluxos de informação criam a organização desse sistema. Além deste, os processos físicos também se organizam e articulam em diferentes escalas (NUNES, 2009), sendo influenciado pelos seus vários níveis hierárquicos. As tão polêmicas mudanças climáticas são um exemplo de insumo reestruturador da paisagem que pode reconfigurar os padrões do espaço habitado. Dessa forma, apesar de estar nas localidades, a autodeterminação e gestão de seu próprio território (MARANDOLA JR, 2009; FEW, 2003), a interferência cada vez mais intensa do global no local faz com que as relações externas se tornem preponderantes na ação arrumadora do território e da paisagem.

Conclui-se, assim, que cada um dos níveis desse sistema territorial possui um reticulado hierárquico onde a permuta de energia (informação, capital e/ou matéria) é o que mantém suas estruturas funcionais e promovem sua constante evolução em forma e conteúdo. Porém não se pode ignorar as trocas horizontais que ocorrem entre ambos, as quais não são menos importantes (SIMON, 1962 *apud* URBAN *et al.*, 2006). Partindo desse conhecimento é que Nunes (2009) advoga que as contradições socioeconômicas presentes no território, fruto dos arranjos políticos, se materializam no substrato físico. E estes novos usos do território, que se baseiam em práticas alheias às características da paisagem e aos padrões culturais locais, passam a atuar sinergicamente com os seus atributos físico-naturais, desarticulando o espaço, introduzindo o risco e induzindo a desastres. Essas práticas e arranjos que ignoram as dinâmicas locais promovem a instabilidade, aumentando o caráter caótico deste sistema territorial, o qual responderá através de ciclos de mudanças e adaptações, indubitavelmente significando extravasamentos energéticos como subterfúgio para a renovação e equilíbrio do sistema.

Sistemas territoriais a partir da panarquia

Tentando aproximar-se do entendimento dos períodos de criação de perturbação, novidade e adaptação, Holling *et al.* (2001) lançam a Teoria da Panarquia, a qual trata

de um ciclo adaptativo que descreve como ocorrem os padrões e os processos de mudança ao longo do tempo nos sistemas complexos. A panarquia resulta da interação entre os estados e as dinâmicas dos diversos níveis hierárquicos, ou seja, abarcando as inter-relações entre os sistemas ecológicos e socioinstitucionais, possibilitando o entendimento da organização e evolução do sistema territorial e a identificação dos pontos de crise.

A panarquia busca as complexas interações entre os seres humanos e seu meio ambiente como respostas adaptativas que resultam em sistemas hierárquicos, auto-organizados. O conceito evoluiu a partir da teoria de hierarquia, primeiramente aplicada em pesquisas sobre o geo-ecossistema por Allen & Starr (1982) e O'Neill *et al.* (1986). Eles iniciaram uma compreensão teórica através da visualização da paisagem como um sistema dinâmico e multiescalar em que os processos bióticos e abióticos interagem.

Na ideia desenvolvida por Holling *et al.* (2001) parte-se de uma hipótese que não é nova para o conhecimento científico. Spengler (1965) e Kuhn (1970) foram os pioneiros a propor que as civilizações e a própria ciência se organizam através de uma fase inicial de desenvolvimento que leva ao crescimento e organização, depois uma fase de dominação e, finalmente, o declínio seguido da reorganização.

A panarquia descreve, portanto, a forma como evoluem os sistemas adaptativos complexos, utilizando para isto uma estrutura hierárquica em que os sistemas da natureza e os sociais estão interligados em infinitos ciclos adaptativos de crescimento, acumulação, reestruturação e renovação. De forma geral alternam-se longos períodos de agregação e transformação de recursos (períodos de ordem) e períodos mais curtos que criam oportunidades para a inovação (períodos de desordem).

Para dar forma a esses ciclos, as propriedades a seguir são essenciais: potencial — que estabelece os limites do que é possível, ou seja, determina o número de opções alternativas para o futuro; conectividade — que determina o grau com que o sistema pode controlar seu próprio destino, livrando-o de ser desestabilizado pela variabilidade externa — e resiliência — que determina o quão vulnerável é o sistema para os distúrbios imprevistos e surpresas que podem exceder ou romper seu controle (HOLLING *et al.*, 2001).

Essas propriedades não descrevem o sistema em si, mas são as responsáveis por manter sua capacidade adaptativa frente à novidade, estabelecendo assim um conjunto hierárquico composto de quatro ciclos básicos, os quais Holling *et al.* (2001) organizaram através da figura 02:

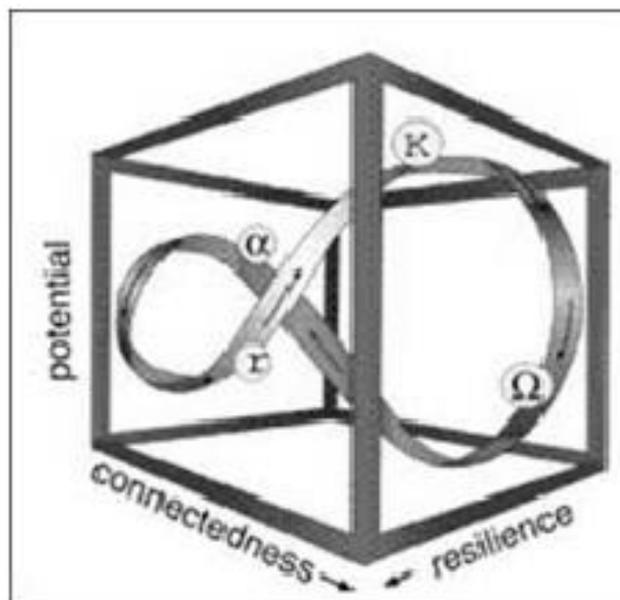


Figura 2: Interação entre as propriedades e as fases do ciclo adaptativo.
Fonte: Holling (2001. p.75).

1. **de r para K**, é designada a fase lenta, período no qual o potencial aumenta (devido ao aumento do capital) em conjunto com um aumento de eficiência (conectividade), contudo refletindo no aumento da rigidez do sistema (diminuição da resiliência);
2. **de K para Ω**, e **de Ω para α**, a fase rápida, cujo potencial e vulnerabilidade elevados são propensos ao desencadeamento de uma mudança brusca consumindo rapidamente os recursos acumulados, levando a uma “*destruição criativa*”;
3. **α**, em que a combinação de um reduzido controle (baixa conectividade) com potencial e resiliência elevados cria as condições para o aparecimento de inovações;
4. **de α para r**, dando origem a um novo ciclo, em que as inovações e o potencial acumulados são utilizados com ou sem sucesso. É uma fase de reorganização, de oportunidades e de crises.

Dessa forma, nas duas primeiras fases existe uma tendência de preservação da estrutura do sistema que permite um rápido crescimento e manutenção da ordem.

Contudo, elas provocam um acúmulo de rigidez que as tornam mais vulneráveis a qualquer mudança ou alteração. Em contrapartida, as duas últimas fases se caracterizam pela imprevisibilidade e elevado grau de incerteza que, gerando a crise e a novidade, fazem com que o sistema se beneficie de novas soluções e oportunidades, fazendo-o provar do seu estado de desordem, a qual será aproveitada a partir da retomada de ordem.

A instabilidade, gerada durante os ciclos rápidos, organiza o comportamento muito mais que a estabilidade. Essa instabilidade, promotora de mudanças e transformações extremas fazem parte da história evolutiva do homem e dos complexos de paisagem, deixando transparecer o quão alta é a resiliência do sistema natural. Contudo, deve-se lembrar de que as mudanças não são contínuas e nem graduais, nem tão pouco caóticas, são antes de tudo episódicas e estes comportamentos episódicos são causados por interações rápidas e lentas das variáveis sistêmicas.

A razão para a alta resiliência dos ecossistemas naturais pode ser encontrada na forma escalar com que os processos operam. Em muitos sistemas terrestres, controles geofísicos dominam as grandes escalas. Já em escalas menores, os processos bióticos interagem com os abióticos, controlando sua estrutura e variabilidade. Não coincidentemente, neste último caso é que ocorre a máxima repercussão das transformações humanas no uso da terra, sendo, pois, onde as atividades humanas interagem mais ativamente com a paisagem, por isso as sociedades humanas se desenvolvem inexoravelmente interconectadas com a resiliência dos ecossistemas terrestres.

Contudo, apesar de resilientes, as paisagens mudam essa condição porque a resiliência não é infinita. No estado de máxima produção e de conexão máxima (conservação), o sistema está gastando todo o seu potencial de auto-reprodução e é altamente vulnerável a perturbações externas.

Através da panarquia se reconhece que há períodos de tempo e conexões através do espaço em que os sistemas, em diferentes escalas, são desconexos. Essas desconexões ou disjunções entre os regimes escalares estão presentes em todos os sistemas complexos (HOLLING *et al.*, 2001) e refletem os limites entre os níveis dinâmicos, ou seja, ciclos adaptativos, da panarquia. Elas podem aparecer como falhas na distribuição das variáveis em sistemas complexos, como na massa corporal dos animais

nos ecossistemas ou no tamanho das cidades ao longo de um período histórico e no caso dos sistemas territoriais, na ocorrência de desastres, sejam eles ambientais ou não.

Dessa forma, faz-se necessário compreender o comportamento do sistema territorial — dando atenção à fragilidade do meio, fruto da associação de um suporte físico-natural com uma infraestrutura territorial — e os mecanismos de gestão e ordenamento como forma de atingir um nível de adaptação e resiliência deste. No caso brasileiro, a resposta à estranheza desse sistema em sua totalidade faz com que o país assuma posição de destaque na ocorrência de desastres ambientais, sobretudo os movimentos de massa (fig.04) e as enchentes (fig. 05).

Essas ocorrências se explicam em virtude de uma baixa aderência da dinâmica de paisagens com componente das políticas públicas. Só muito recentemente, em função

“Desta visão limitada em que o planejamento territorial vem sendo exercido, favorece-se constantemente, a ocorrência de uma articulação desarmoniosa entre as atividades humanas no território e o funcionamento dos sistemas ambientais, favorecendo a construção do risco e a ocorrência de desastres.”

dos desastres ocorridos na região serrana do Rio de Janeiro, que se dá maior peso à elaboração de cartas de risco para os municípios (lei federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012). Além disso, a “espetacularização” destes eventos tem uma construção política muito forte no sentido de criminalização das causas naturais, ou seja, delegar a culpa pelo ocorrido aos processos naturais, como a chuva, por exemplo, para dessa forma persuadir a opinião pública e tirar de destaque o foco principal, ou seja, a fragmentação do

tecido sociopolítico-espacial urbano (SOUZA, 1997) e a produção injusta do espaço, sob qual pesam as condições não equânimes dos agentes sociais no processo político.

Cabe, portanto, aos instrumentos de gestão e ordenamento territorial alto poder de controle desse sistema territorial, visto que, atuando diretamente na sua organização, ele tem larga capacidade de influenciar na sua evolução, direcionando os níveis de conectividade, resiliência e potencial daquele, fornecendo indícios de como a estrutura deste sistema se comportará frente os ciclos de evolução e diante da crise e da

novidade (risco e desastre). Além disso, indicará o nível de eficiência para converter a novidade gerada em capacidade adaptativa (transformação).

Dessa forma, quando se acumula no território/paisagem um modelo de gestão tecnocrático e ultrapassado, esse sistema experimenta uma rigidez estrutural que reduz sua resiliência, tornando-o mais suscetível ao desastre (seja ambiental, econômico, etc.). Em face destes desastres, as estruturas institucionais devem ser capazes de se aproveitar desta situação de crise para gerar inovações no modo de gestão e organização territorial. Caso contrário, observar-se-á um sistema territorial “mal adaptado”, ou seja, que não evolui, perdendo a capacidade de administrar inovações e aprofundando as situações de vulnerabilidade.

Esses sistemas “mal adaptados” podem ser construídos a partir momento em que, no caso dos desastres ambientais, medidas paliativas continuam a ser mais importantes no âmbito da gestão dos riscos/território que aquelas medidas de prevenção — que teriam a capacidade de aumentar a resiliência do sistema —, ou ainda em governos corruptos (HOLLING *et al.*, 2001), onde as oportunidades para a inovação e adaptação são negligenciadas para a manutenção de benefícios para uma minoria — como no caso da indústria da seca no nordeste brasileiro (CASTRO, 1992).

Fortuitamente, as leis, enquanto construções sociais, são passíveis de mudança, diferentemente de algumas leis naturais que governam os processos naturais. Por isso, as práticas de planejamento têm que ser flexíveis, adaptativas e experimentais com escalas de ação compatíveis com a escala do problema e considerando todos os níveis (social e natural) do sistema territorial.

Devemos ainda aprender com os sistemas ambientais que usam da escala temporal como mecanismo de resposta para criar sua resiliência. O sistema inerente ao homem não tem essa habilidade, por isso algumas soluções técnicas, focando a solução de um problema em determinada escala, criam como consequência novos problemas em outras escalas temporais, pois assumiram o mito de uma natureza em equilíbrio e constante.

Através da figura 3 é possível compreender a interligação entre os fluxos verticais do sistema e como as variáveis interferem dinamicamente na manutenção da integridade deste, dando atenção também para a ligação entre os diferentes níveis (inferior, intermediário e superior), que dão suporte uns aos outros (SIMON, 1962 apud URBAN

et al, 2006). Esta representação muito se aproxima da proposta de Monteiro (2003) a respeito da arborescência da hierarquia sistêmica. Contudo, a proposta de Holling et al (2001) evolui no sentido de esclarecer a respeito dos elos de integração entre os diferentes níveis, que ocorrem através dos *holóns*, mas em momentos específicos e decisivos para o estabelecimento da adaptação.

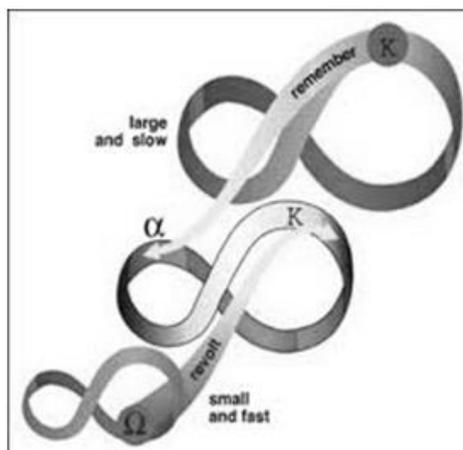


Figura 3: Conexão hierárquica entre os níveis hierárquicos dos ciclos adaptativos
(Fonte: Holling, 2001, pp. 75-95)

Quando um nível na panarquia entra em sua fase de destruição criativa (Ω) e experimenta um colapso, o colapso pode atingir o próximo nível, maior e mais lento, desencadeando uma crise, especialmente se esse nível está em fase de conservação (K), onde a resiliência é baixa. A seta “revolta” sugere, portanto, um efeito de eventos rápidos e pequenos que sobrecarregam os lentos e grandes, podendo interferir ainda mais se os níveis maiores e lentos tiverem acumulado vulnerabilidades e rigidez.

A segunda seta, “lembrança”, refere-se ao tempo de mudança e renovação. Uma vez que o desastre é acionado em um nível, as oportunidades e os constrangimentos para a renovação do ciclo são fortemente organizados pela fase de conservação (K) do próximo nível, lento e maior, oferecendo, portanto, memória do passado para permitir a recuperação de ciclos menores e uma adaptação mais rápida.

A importância dessa estrutura hierárquica reside justamente no fato de que, em termos habituais, cada nível opera em seu próprio ritmo, protegido de cima por níveis mais lentos e maiores, mas revigorado por baixo pelos ciclos mais rápidos e menores. A partir daí oferece-se ao mesmo tempo uma estrutura sólida ao sistema, porém com algum grau de inovação. Já em tempos de crise, oferece-se ao sistema um efeito

cascata, onde os níveis serão afetados (em diferentes graus) pelos produtos gerados por esta.

Surge, dessa maneira, como propriedade chave para a manutenção da estrutura do sistema territorial, a resiliência, que foca preferencialmente na capacidade adaptativa, variabilidade e imprevisibilidade dos rumos deste sistema. Para Folke (2006), o termo resiliência significa a capacidade de absorver impactos e se manter em interação, sem a ocorrência de descontinuidades, uma habilidade do sistema em retornar a condições anteriores ao impacto. Contudo, como salienta Mendonça (2011), em boa parte das ocorrências desastrosas atuais, as situações pré-evento não devem ser recompostas, pois refletem contexto de extrema exclusão, injustiça e degradação.

Dessa forma, para que ocorra uma efetiva adaptação territorial para a minimização dos riscos é necessário que haja uma combinação de ações locais, regionais e globais, com vistas à alteração da estrutura sócio-político-espacial dos territórios, a fim de alterar os quadros de intensa vulnerabilidade e das contradições advindas das práticas regulares de desenvolvimento. Nesse contexto, cabe ao processo de gestão atuar na resiliência do sistema territorial municipal, considerando, para isso, as informações do suporte e cobertura do modelado da superfície deste território como fundamentais para atingir um nível adequado de resiliência e adaptação.

A definição de Cardona (2004) para a vulnerabilidade coloca em questão as dimensões que devem ser encaradas diante deste novo paradigma de gestão e ordenamento territorial, assumindo o risco como elemento. Segundo o autor, a vulnerabilidade possui três dimensões inatas: a dos lugares, a das populações e a da estrutura político-administrativa, que segundo ele devem estar na base da avaliação do conceito de vulnerabilidade. Quando se procede com o mapeamento, ou seja, a hierarquização espacial da vulnerabilidade dos territórios, identifica-se aqueles pontos de crise potencial onde as dimensões naturais, sociodemográficas e institucionais apresentam uma má integração e mau funcionamento que levam a possibilidade do desastre.

Assume-se, portanto, que a identificação da fragilidade e suscetibilidade são vieses imprescindíveis para a compreensão desse quadro socionatural que se oferece às práticas de gestão e ordenamento. A fragilidade deve ser encarada como a componente física e ambiental da vulnerabilidade, que avalia o quanto um grupo populacional é suscetível de ser afetado por um fenômeno potencialmente perigoso

em função de sua localização na área de influência do mesmo e devido à ausência de resistência física à sua propagação (CARDONA, 2004).

Cabe, neste sentido, às ações da administração preservar a resiliência dos sistemas naturais e oferecer condições para o fortalecimento de uma resiliência social (BRAGA *et al.*, 2006), para que dessa forma atinja-se uma resiliência do sistema territorial reconhecendo a natureza (paisagem) não como algo a ser explorado (social e economicamente), mas como componente, elemento não estatico que sofre com a dialética entre economia e política.

Para (não) concluir: pela possibilidade e não finalidade.

Coloca-se no bojo de uma ciência ainda atormentada por uma clássica dicotomia — entre humana e física — temas de salutar importância para a evolução de questões pertinentes ao planejamento e ordenamento territorial. Esta área, de tradicional interesse da Geografia, carece de um novo paradigma, uma vez que a visão da natureza como recurso não é mais viável e tem orientado práticas legais incapazes de considerar as múltiplas interações entre sociedade e natureza.

A ainda limitada capacidade do legislativo e daqueles diretamente relacionados à formulação de políticas públicas têm se demonstrado nos dados, atestando a respeito da baixa resiliência do país e de sua capacidade adaptativa. De fato, conforme demonstrado pelos dados do EM-DAT, o Brasil é um dos países de destaque na ocorrência de desastres ambientais, sobretudo as enchentes (fig.05) e movimentos de massa (fig.04). Isso se deve às particularidades naturais do país, mas cabem também às práticas de ordenamento e gestão do território e aos governos corruptos responsabilidades sobre este contexto que se apresenta.

Do ponto de vista teórico, a panarquia apresenta-se como de grande potencialidade para que a Geografia minimize a distância entre suas áreas e responda com diretrizes que norteiem uma integração harmoniosa entre duas matrizes de igual importância ao seu escopo — a dinâmica territorial e a dinâmica de paisagens — proporcionando um uso do espaço que, ao mesmo tempo em que seja coerente com as demandas socioeconômicas, preze pela proteção do equilíbrio das dinâmicas físicas do ambiente.

Cabe destacar que este artigo não se propôs a esgotar o assunto, nem tão pouco oferecer um compêndio completo a respeito da panarquia, mas sim apresentar o potencial da teoria para o campo geográfico, que parece ainda não tê-la encontrado, sobretudo no eixo sul-americano. Oferece-se, assim, o início de uma discussão que pode abrir novas portas às discussões sistêmicas, geográficas e de ordenamento e planejamento territorial, reconhecendo o espaço (objeto geográfico) como a articulação entre o sociodemográfico, físico-natural e político-institucional.

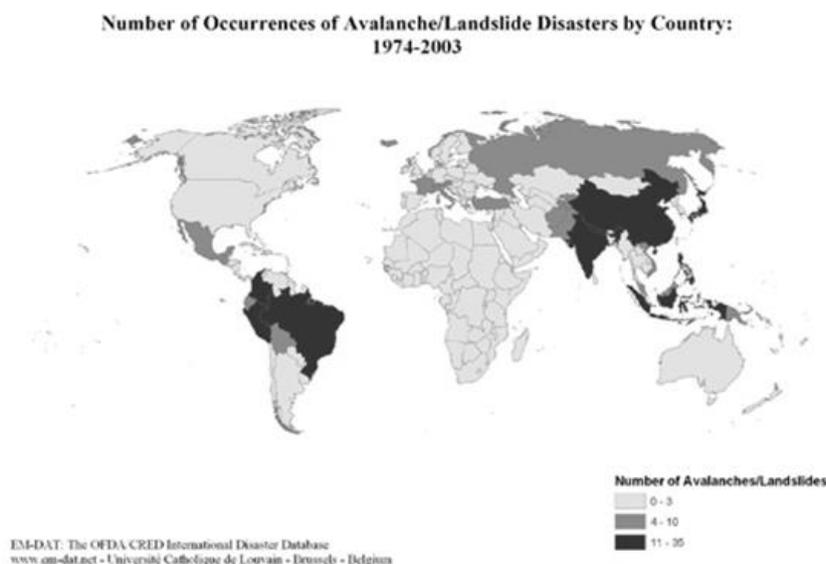


Figura 4: Número de ocorrências de movimentos de massa por país entre 1974 e 2003.
Fonte: EM-DAT.

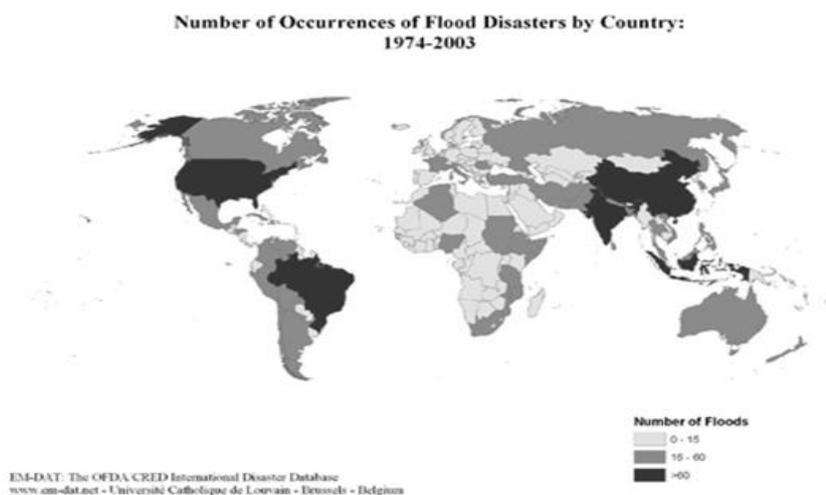


Figura 5: Número de ocorrências de enchentes por país entre 1974 e 2003.
Fonte: EM-DAT.

Referências Bibliográficas

- Allen, T.F.H.; Starr, T.B. *Hierarchy: perspectives for ecological complexity*. The University of Chicago Press, Chicago. 1982.
- Bastié, J. *¿Es um mito la ordenacion del territorio?*. In Bastiè, J. et al. *Reflexiones sobre la ordenacion territorial de las grandes metropolis.*: IG – Universidad Nacional Autonoma de Mexico, México:11-17. 1988.
- Bertalanffy, L. *The theory of open systems in physics and biology*. Science, nº 11, pp.: 23-29. 1950.
- Bertrand, G. *Paisagem e geografia física global: esboço metodológico*. Caderno de Ciências da Terra, 13: 1-27. 1971.
- Braga, T. M.; Oliveira, E. L.; Givisiez, G. H. N. *Avaliação de metodologias de mensuração de risco e vulnerabilidade social a desastres naturais associados à mudança climática*. In Fundação Seade. São Paulo em Perspectiva. Fundação Seade: São Paulo: 81-95. 2006.
- Buckley, W. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. Cultrix: São Paulo. 1970.
- Cardona, O. D. *The need for rethinking the concepts of vulnerability and risk from a holistic perspective: a necessary review and criticism for effective risk management*. In Bankoff, G., Frerks, G., Hilhorst, D. (Eds.). *Mapping vulnerability: disasters, development, and people.*: Earthscan Publications, London: 37-51. 2004.
- Castro, A. L. C. *Manual de planejamento em defesa civil*. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil: Brasília: 1999.
- Castro, I. E de. *O mito da necessidade: Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 1992.
- Christofoletti, A. *Modelagem de sistemas ambientais*. Blücher: São Paulo. 1999.
- Coelho, M.C.N. *Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa*. In Guerra, A. J. T & Cunha, S. B. (orgs) *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. 4ª Ed, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 19-45. 2006.
- Dollfus, O. *O espaço geográfico*. Difel: São Paulo. 1972.
- Egler, C. A. G. *Risco Ambiental como Critério de Gestão do Território*. Território, XX: 31-41. 1996.
- Few, R. *Flooding, vulnerability and coping strategies: local responses to a global treat*. Progress un development Studies, 3: 43-58. 2003.

- Folke, C. *Resilience: the emergence of a perspective for a social-ecological system analyses*. Global Environmental Change,16: 253-267. 2006.
- Gomes, P. C. da C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 2002.
- Gómez Orea, D. *Ordenacion territorial*. 2ªed.: Ediciones Mundi-Prensa: Madrid. 2007.
- Gusmão, P.P. de. *Elementos para a construção de uma agenda para a gestão ambiental da área de influência do porto de Itaguaí – RJ*. Confins v. 15: 25-48. 2012.
- Haesbaert, R. *O mito da desterritorialização – Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 2004.
- Holling, C.S, Gunderson, L. H. *Panarchy: understanding transformation in human and natural systems*. Island Press: Nova York. 2001.
- Koestler, A. *O fantasma da máquina*. Zahar: Rio de Janeiro. 1969.
- Kuhn, T. (1970) The structures of scientific revolutions. In International Encyclopedia of Unified Science. Vol II, 3ª ed. – Enlarged. The University of Chicago Press, Chicago.
- Leef, H. *Epistemologia Ambiental*. Cortez: São Paulo. 2001.
- Marandola Jr, E. *Tangenciando a vulnerabilidade*. In Hogan, D. J. & Marandola Jr, E. (org.) *Populações e mudanças climáticas: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*, NEPO/Unicamp, CAMPINAS: 29-52. 2009.
- Mendonça, F. de A. *Território e Paisagem: uma articulação moderna conflituosa*. In: Fraga, N. C (org) *Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas*. Insular, Florianópolis: 51-68. 2011.
- Monteiro, C. A. de F. *Geossistema: A história de uma procura*. Contexto: São Paulo. 2000.
- Monteiro, C. A. F de. *Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico.*: Editora da UFSC: Florianópolis. 1991.
- Morin, E. *O método 2: a vida da vida*. Sulina: Porto Alegre. 2001.
- Nunes, L. H. *Mudanças climáticas, extremos atmosféricos e padrões de risco a desastres hidrometeorológicos*. In Hogan, D. J. & Marandola Jr, E. (org.) *Populações e mudanças climáticas: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*, NEPO/Unicamp, CAMPINAS: 29-52. 2009.
- O’neill, R. V. et al *A Hierarchical Concept of Ecosystems*. Princeton University Press: Princeton. 1986.

- Passos, W. M da C. *Paisagem e Meio Ambiente*. Anais do XV Simposio brasileiro de Geografia Física. UFES, Vitória:1-20. 2013.
- Ponting, C. *Uma história verde do mundo*. Civilização brasileira: Rio de Janeiro. 1995.
- Santos, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo. 2009.
- Souza, M. L de *Exclusão Social, Fragmentação do Tecido Sócio-Político-Espacial da Cidade e 'Ingovernabilidade Urbana: Ensaio a Propósito do Desafio de um 'Desenvolvimento Sustentável' nas Cidades Brasileiras*. In Silva, J. B. et al (eds.): *A Cidade e o Urbano – Temas para Debates*. UFC, Fortaleza: 57-98. 1997.
- Spengler, O. *The decline of the West*. The modern library: New York. 1965.
- Unwain, T. *El lugar de la Geografia*. Cátedra: Madrid. 1995.
- Urban, D. L., O'neill, R. V., Shugart Jr, H. H. *Landscape Ecology: A hierarchical perspective can help scientists understand spatial patterns*. In: Wies, J. A., MOSS, M. R. et al. *Foundation papers in Landscape Ecology*. Columbia University Press, New York: 265-273. 2006.
- Veyret, I. (org) *Os riscos: O homem como agressor e vitima do meio ambiente*. Contexto: São Paulo. 2007.
- Zêzere, J. L. *Riscos e Ordenamento do Território*. Inforgeo, 15: p.: 59-63. 2007.

CARACTERIZAÇÃO GEOECOLÓGICA E ANÁLISE DE FRAGMENTOS DA BACIA DO CÓRREGO DO LENHEIRO, SÃO JOÃO DEL-REI – MG

Thais Ferreira Resende⁶

Gustavo Pyra Almeida¹

André Batista de Negreiros⁷

68

68

Resumo: As crises e conflitos ambientais da atualidade, na maioria das vezes, advêm de uma visão fragmentada do espaço e dos elementos que o compõem. Assim, o presente trabalho tem por objetivo discutir os conceitos geoecológicos e aplicá-los à bacia do Córrego do Lenheiro, localizado em São João Del-Rei, Minas Gerais. Foi analisada a composição da bacia como um todo e dois fragmentos florestais de formatos distintos, considerando-se dados de temperatura, umidade e vegetação, e a atuação de fragmentos menores como corredores. Os resultados gerados demonstram a importância dos fragmentos florestais no contexto de uma bacia urbana.

Palavras-chave: Ecologia da Paisagem; fragmentos florestais; planejamento ambiental; Bacia do Córrego do Lenheiro; São João del-Rei (MG)

GEOECOLOGICAL CHARACTERISTICS AND ANALYSIS OF FRAGMENTS FROM LENHEIRO'S RIVER BASIN, SÃO JOÃO DEL REI - MG

Abstract: Nowadays, environmental crises and conflicts are usually originated from a fragmented vision of space and its elements. Thus, this paper aims to discuss the geo ecological concepts and apply them to the Lenheiro's river basin, located in Sao Joao del Rei, Minas Gerais. The basin composition was analyzed into two forest fragments of different formats, considering temperature data, moisture and vegetation, and the performance of smaller fragments as corridors. The results generated demonstrate the importance of forest fragments in the context of an urban basin.

Keywords: Landscape Ecology; forest fragments; environmental planning.

⁶ Graduando(a) em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei (thaisfresende@gmail.com; gustavopyra@gmail.com)

⁷ Professor doutor em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei (andrebnegreiros@ufsj.edu.br)

CARACTÉRISATION GÉOÉCOLOGIQUE ET ANALYSE DES FRAGMENTS DU BASSIN DU RUISSEAU DE LENHEIRO, SÃO JOÃO DEL REI (MG)

Résumé: Dans la plupart des fois, les crises et les conflits environnementaux ont venu d'une vision parcellaire de l'espace et de leurs éléments. Ainsi, notre article veut discuter quelques concepts géoécologiques et les appliquer au Bassin du Ruisseau de Lenheiro, situé à São João Del-Rei (MG). A partir des données de température, humidité et végétation, on analyse la composition générale du Bassin et deux fragments forestiers de différents formats, ainsi que le rôle des fragments mineurs tels que les couloirs. Les résultant montrent l'importance des fragments forestiers à l'intérieur d'un bassin urbain.

Mots-clés: écologie du paysage; fragments forestiers; aménagement environnemental; bassin du ruisseau de Lenheiro; São João del Rei (MG).

Introdução

Para alguns cientistas e teóricos atuais, a visão fragmentada do espaço pode ter sido o grande ponto de partida para as crises ambientais do presente. Dessa forma o surgimento de uma nova abordagem, ao pensar a natureza e o espaço como um todo, que venha a integrar diferentes elementos de uma forma sistêmica e interligada se tornou necessário.

Assim, em meados do século XX, com o intuito de construir estudos que unissem o ser humano, a sociedade e o meio físico, surge a Geoecologia, termo introduzido por Troll, em 1939, como uma tentativa de junção entre a Geografia com o conceito de paisagem e a Biologia com a Ecologia (NUCCI, 2007). A partir deste contexto de ideias, vem se consolidando uma abordagem sistêmica que pode ser denominada Geoecologia ou Ecologia de Paisagens.

Os princípios e conceitos da Ecologia da Paisagem ajudam a fornecer fundamentação teórica e empírica para uma variedade de ciências aplicadas (como a ecologia do agrossistema, engenharia ecológica, saúde do ecossistema, arquitetura da paisagem, projeto da paisagem, planejamento regional, manejo de recursos e ecologia da restauração) (ODUM & BARRETT, 2013). Desta forma é necessário que sejam abordados alguns conceitos comumente citados pela Ecologia da Paisagem como subsídio à análise da área de estudo.

Para isso, Sauer (1925) define a paisagem como uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não seja visto como simplesmente físico, podendo ser definida como uma área composta por uma associação distinta de formas físicas e culturais simultaneamente. O autor cita ainda que “as qualidades físicas da paisagem são aquelas que têm valor de *habitat*, presente ou potencial”. Já a ecologia é definida segundo Ricklefs (1979) como o estudo das inter-relações entre os organismos e seu ambiente. O alvo da pesquisa ecológica é o entendimento de como o ambiente, incluindo padrões e processos bióticos e abióticos afetam a abundância e distribuição dos organismos.

A paisagem para Forman & Godron (1986) pode ser considerada uma área espacialmente heterogênea. Para os autores, três características da paisagem são usualmente consideradas: estrutura, função e alterações. Estrutura refere-se às relações espaciais entre ecossistemas distintos, que é a distribuição de energia, materiais, e espécies em relação ao tamanho, forma, quantidade, tipologia e configuração dos componentes. Funções referem-se às interações entre elementos espaciais e ecossistemas. E por fim alterações que se referem à mudança na estrutura e função do mosaico ecológico através do tempo. Composto o mosaico de conjunto de elementos da paisagem, os fragmentos consistem em comunidades de um conjunto de espécies cercado por uma matriz com uma estrutura ou composição de comunidade diferente. Já matriz apresenta várias características, tais como o grau de heterogeneidade e conectividade. Produtividade, nutrientes e de fluxo de água, e dinâmica de espécies são afetados pelo tamanho de manchas da paisagem (FORMAN & GODRON, 1981).

A ecologia da paisagem pode ser definida para Turner (1991) como o estudo dos efeitos de padrões e processos, onde os padrões referem-se especificamente à estrutura da paisagem. Em suma, a autora definiu a Ecologia da Paisagem como sendo a forma pela qual a estrutura da paisagem é capaz de afetar a abundância e distribuição dos organismos, enfatizando a importância da escala nesses estudos. Hugget (1995) aponta para a importância do conceito de geosfera que se trata de esferas que se inter-relacionam. Essas esferas para o autor se tratam da: litosfera, atmosfera, hidrosfera, toposfera, biosfera, ecosfera e pedosfera. O mesmo afirma que a porção terrestre da ecosfera compreende a geoecosfera ou esfera da paisagem. Com

isso a geocosfera pode ser vista como um arranjo hierárquico da dinâmica espacial das estruturas que é um geocossistema. Ressalta-se a escala como referência da dimensão espacial ou temporal de um sistema. A escala de um geocossistema é determinada pelo observador de acordo com o problema ou o seu interesse.

Estudos ecológicos, muitas vezes, tentaram obter um conhecimento preditivo sobre um determinado tipo de sistema sem considerar seu tamanho ou posição num vasto mosaico. Com isso, o estudo da ecologia da paisagem, pode ser aplicado num vasto universo de escalas, enfatizando-as e destacando suas consequências ecológicas quanto ao efeito espacial dos padrões dos ecossistemas.

A partir desta abordagem, construiu-se um campo de contribuição entre a Ecologia e a Geografia, onde o estudo da Geoecologia traz como resultado contribuições para o conhecimento do meio ambiente, fundamentos teóricos-metodológicos para o planejamento e gestão territorial e sustentabilidade teórica para processos de desenvolvimento (NUCCI, 2007).

Contextualizado o tema, este trabalho tem como finalidade localizar os diferentes elementos da paisagem que compõem a bacia do Córrego do Lenheiro (São João Del-Rei - MG), além de discutir a espacialização dos mesmos e os processos que os envolvem. Assim, a análise do mosaico heterogêneo gerado pela abordagem, análise e mapeamento pode subsidiar o planejamento territorial, políticas públicas que visem à conservação da biodiversidade e diferentes políticas de ordenamento territorial.

Caracterização da área

A bacia do Córrego do Lenheiro (Figura 1) está inserida no município de São João Del-Rei, situado na mesorregião dos Campos das Vertentes, região centro-sul do estado de Minas Gerais, com temperatura média anual de 19,2°C e precipitação média de 1456,3 mm por ano (INMET). A bacia tem sua nascente situada na Serra do Lenheiro e faz desaguando no Rio das Mortes. A delimitação total da bacia ocupa uma área no total de 2.715,72 ha. Com cerca de 1,6 bilhões de anos de formação, o local abriga atrativos geoturísticos, como o Canal dos Ingleses e a Gruta do Caitetu, além de pinturas rupestres e cachoeiras, com altitude máxima de 1.262 m, e é, geologicamente, a continuação da Serra de São José, sendo separadas pelo vale do Rio das Mortes

(TAVARES, 2011). De acordo com Valeriano (1985), a Serra do Lenheiro é considerada um anticlinal falhado, com quartzitos de pacote basal da sequência superior, com conglomerados situados na passagem dos quartzitos para os filitos, supondo ser um ambiente de deposição fluvial, sendo correlacionada pelo autor, às séries Itacolomi e Lavras.

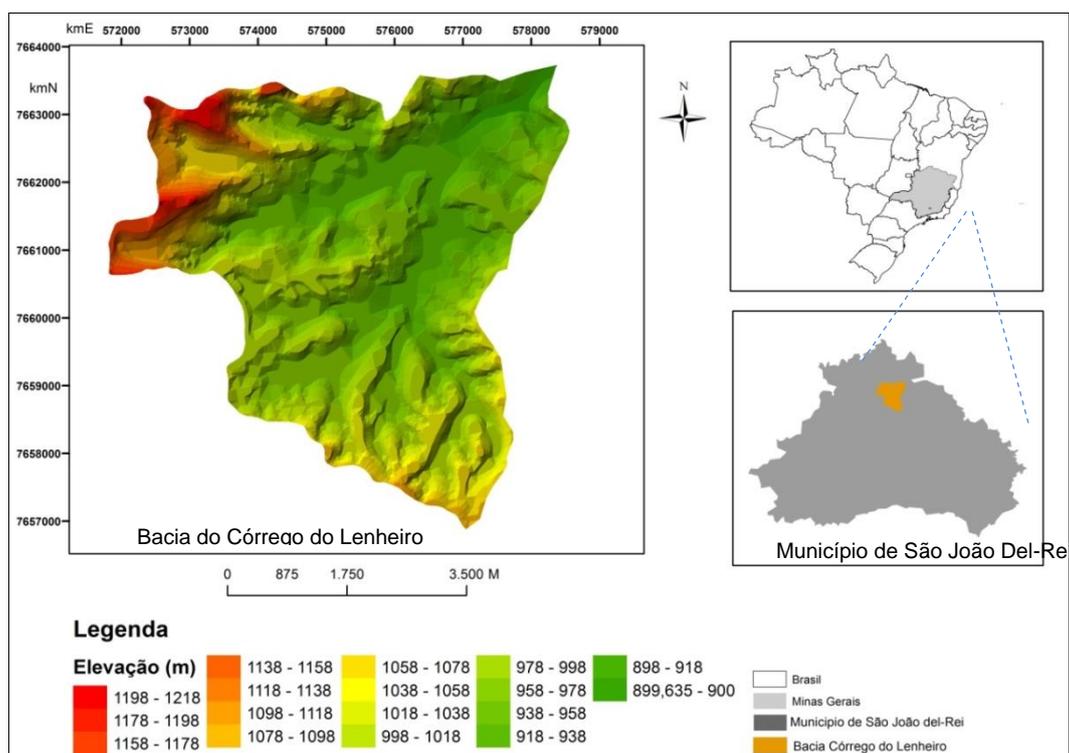


Figura 1: Mapa hipsométrico da bacia do Córrego do Lenheiro e sua localização em São João Del-Rei - MG

Historicamente, o município de São João Del-Rei teve as margens dos rios e as encostas ocupadas sem o devido planejamento, o que vem ocorrendo até os dias atuais. O processo histórico, a proximidade do centro da cidade, a ausência de espaço ao entorno do Córrego, dentre outros fatores, impulsionaram o crescimento e adensamento da ocupação no entorno de seus afluentes. O Córrego do Lenheiro foi cenário da extração aurífera e ocupação da área que o cerca, e começa a sofrer com os danos da degradação a partir do século XX, principalmente pelo despejo de esgoto sem tratamento. No fim do século XIX ocorre o declínio da expansão aurífera, porém há continuação e aumento significativo da ocupação urbana no local (MALDOS, 2000).

Assim, a Serra do Lenheiro, onde nasce o córrego de mesmo nome, foi cenário na história da conquista e do povoamento de Minas Gerais. Por ela passava o antigo Caminho Geral do Sertão, posteriormente conhecido como Caminho Velho, por onde transitaram Fernão Dias Paes e sua histórica "Bandeira das Esmeraldas", Borba Gato, Matias Cardoso e Tomé Portes del-Rei, fundador de São João Del-Rei. O crescimento do município de São João Del-Rei tem ocorrido, até a atualidade, em áreas impróprias à ocupação e construção civil, oferecendo riscos à população local, uma vez que sua ocupação foi condicionada pela topografia e hidrografia (MALDOS, 2000; SANTOS & VENTORINI, 2014). Segundo dados do IBGE, o território do município ocupa uma área de 1.464,327 km², com população de 84.469 habitantes, na qual quase 95% é residente em área urbana, e densidade demográfica de 57,68 hab/km², conforme o Censo 2010.

Materiais e métodos

Com o auxílio dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), foi possível quantificar o perímetro ocupado por cada classe criada, representando os elementos da paisagem segundo a abordagem geológica, além de analisar suas estruturas e distribuições no espaço. Para elaboração dos mapas temáticos, foram utilizados como base cartas topográficas do IBGE (ano de elaboração 1975), escala 1:50.000 e equidistâncias das curvas de nível correspondente a 20 metros, imagem de satélite RapidEye ano de 2012 e resolução de 5 metros e software ArcGis® 10 (módulos ArcMap, ArcCatalog e ArcToolbox), utilizado para vetorização, georreferenciamento, determinação de Sistema de Coordenada e datum dos mapas, análises, dentre outros.

Foram selecionados dois fragmentos que se destacam na análise da bacia, de formas distintas, na qual foram analisados a partir de sua morfometria e sua relação com o uso do solo do entorno. Esta relação proporcionou a análise do efeito de borda e vulnerabilidade dos fragmentos quanto ao seu formato, fator que pode favorecer ou não sua biodiversidade e bioconservação.

Nos trabalhos de campo, em visita aos fragmentos selecionados, foram aferidas temperatura e umidade dos fragmentos em sua borda e posteriormente de 10 em 10 metros em seu interior. A alta declividade dentro de um dos fragmentos (fragmento

florestal) impossibilitou a obtenção de dados para uma maior amostragem. Tais dados possibilitaram a comparação das condições ambientais apresentadas dentro dos fragmentos com o seu exterior.

Para a análise e caracterização geoecológica dos mapas, foram considerados forma, distribuição espacial e tamanho dos fragmentos e corredores, bem como suas relações de conexão entre si. Para a contextualização do tema e conceitos, bem como a caracterização da área de estudo, foi necessária coleta de dados preexistentes da área e embasamento teórico-metodológico por meio de revisão de material bibliográfico e realização de trabalhos de campo.

Resultados e discussão

Resultados gerais

O mapa geoecológico da bacia do Córrego do Lenheiro (Figura 2) permite observar que a mesma é preenchida por uma matriz de vegetação rasteira, em sua maior parte utilizada para a atividade pecuária e agrícola, bastante recorrentes na região e seu entorno, quantificada 1.678,28 ha, sendo correspondente a mais da metade dos 2.715,72 ha da área total da bacia. Do ponto de vista ecológico, quando uma região é desmatada e acontece o plantio de uma cultura agrícola, por exemplo, pasto para a criação de gado, essas novas plantas irão servir como abrigo e alimento para algumas espécies. Contudo, a heterogeneidade das gramíneas plantadas é muito menor de que uma floresta nativa. Assim, a substituição de uma paisagem complexa natural por uma homogênea, como pasto, irá diminuir a biodiversidade de uma região (PÁDUA & CHIARAVALOTTI, 2012).

Próximo à foz do córrego, ao extremo nordeste do mapa em direção a oeste sudoeste, há a formação de um grande fragmento urbano, que representa a porção sudoeste de São João Del-Rei, com alguns fragmentos menores a sul e sudoeste, representando no total 594,72 ha (21,9% da área total da bacia). É importante perceber que a densidade da malha urbana se dá a partir de áreas mais baixas e aplainadas próximas ao canal fluvial, avançando em direção a porções de maior declividade, que somadas ao tipo de solo frágil e impermeabilização antrópica, gera condições de risco a enchentes e

movimentos de massa, dados comprovados por registros frequentes de danos socioambientais à população do município (ALMEIDA & VENTORINI, 2014).

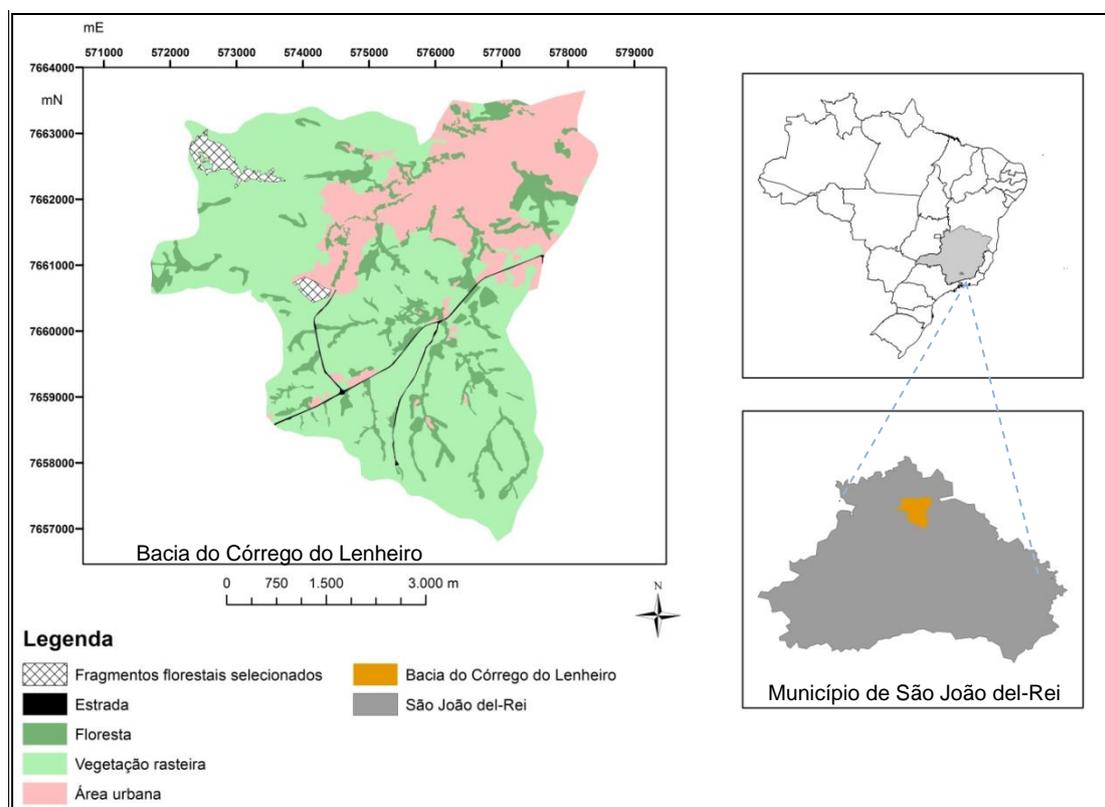


Figura 2: Mapa geológico da bacia do Córrego do Lenheiro, São João Del-Rei, MG

Há ainda a presença de diversos fragmentos florestais por toda a bacia, que somados correspondem a 423,29 ha de área (15,6% da área total da bacia), em sua maioria localizados próximos a canais fluviais, podendo ser considerados como mata ciliar. Nesta classe, há a ocorrência de três tipos de fragmentos, que a caracteriza com certa heterogeneidade. O primeiro, diz respeito ao uso do solo para silvicultura, cultivo recorrente na região, que geralmente configura-se em fragmentos mais angulosos, densos e com margens retilíneas; apesar de pouco representativo na área correspondente à bacia, este tipo de cultivo é bastante recorrente na região que a cerca. O segundo tipo refere-se a fragmentos relativamente isolados, sem apresentar algum tipo de conexão lógica com os demais, e geralmente de dimensões maiores. E o terceiro, que apresenta fragmentos mais longilíneos e alinhados entre si, tanto de vegetação nativa quanto antropizada. Esta terceira variável, apesar da sucessiva fragmentação entre as porções, pode ser caracterizada como corredor, devido à

proximidade desses fragmentos em relação ao canal fluvial, facilitando a dispersão de determinadas espécies, como aves e sementes.

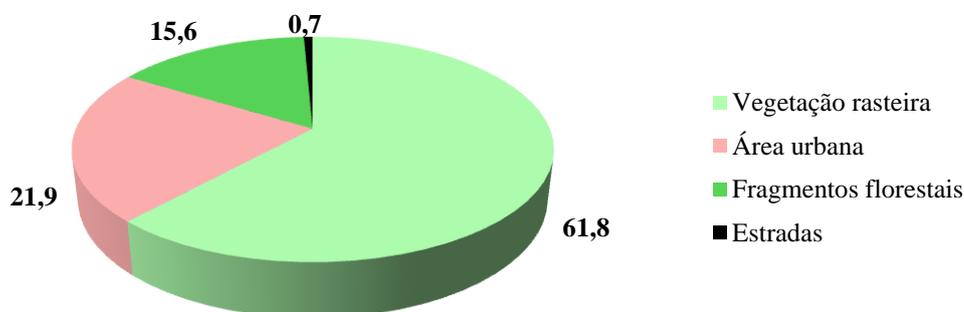


Figura 3: Porcentagem de área ocupada por cada classe de elementos da paisagem em relação à área total ocupada pela bacia do Córrego do Lenheiro

Outro tipo de corredor também presente são as estradas pavimentadas, que somadas medem 9,12 km de comprimento (0,7% da bacia). Apesar de na maioria das vezes ser necessária a degradação e desmatamento de vegetação nativa para a instalação de vias de acesso, destaca-se aqui a possibilidade de criação de projetos e associações sem fins lucrativos que viabilizem e incentivem a conservação dessas espécies ou reflorestamento a partir das mesmas.

Análise dos fragmentos florestais

Quanto à análise da estrutura dos fragmentos, Turner *et al.* (2001) indicam que, em geral, maiores fragmentos de *habitat* contêm mais espécies e, na maioria das vezes, um número maior de indivíduos do que fragmentos menores com o mesmo tipo de *habitat*. Desta forma, quanto maior for o fragmento, maior será a variabilidade ambiental em seu interior, como diferenças microclimáticas, variedade da estrutura da vegetação e variação topográfica. Essa variabilidade fornece mais oportunidades para organismos com diferentes necessidades e tolerâncias encontrarem um local adequado para sua sobrevivência dentro de um fragmento, o que contribui imensamente para a conservação da biodiversidade. Outro importante fator a ser visado é a conectividade entre os fragmentos, papel desempenhado pelos corredores e que vem sendo aplicados a planos de conservação ambiental e de biodiversidade. Os

corredores são cada vez mais reconhecidos como importantes elementos da paisagem, pois fornecem um meio que possibilita a dispersão animal e vegetal, reduzindo a erosão do solo e a erosão eólica, permitindo a transferência da informação genética entre as manchas, auxiliando no manejo integrado de pragas e fornecendo *habitat* para animais não caçáveis (ODUM & BARRETT, 2013).

Tabela 1: Dados gerais do fragmento 1, umidade do ar (%) e temperatura (°C)

	Umidade do ar (%)	Temperatura (°C)
Borda	57	24
20 m	62	24
30 m	60	24
40 m	59	24
50 m	59	24
60 m	59	24

O primeiro fragmento analisado (fragmento 1 – figura 4) consiste em uma área de plantio de eucalipto, cercada parte por área urbana e parte por vegetação rasteira e próxima à estrada, com 11,77 ha de área. A ocupação de silvicultura está também presente em outros locais dentro da bacia e é bastante recorrente em seu entorno.

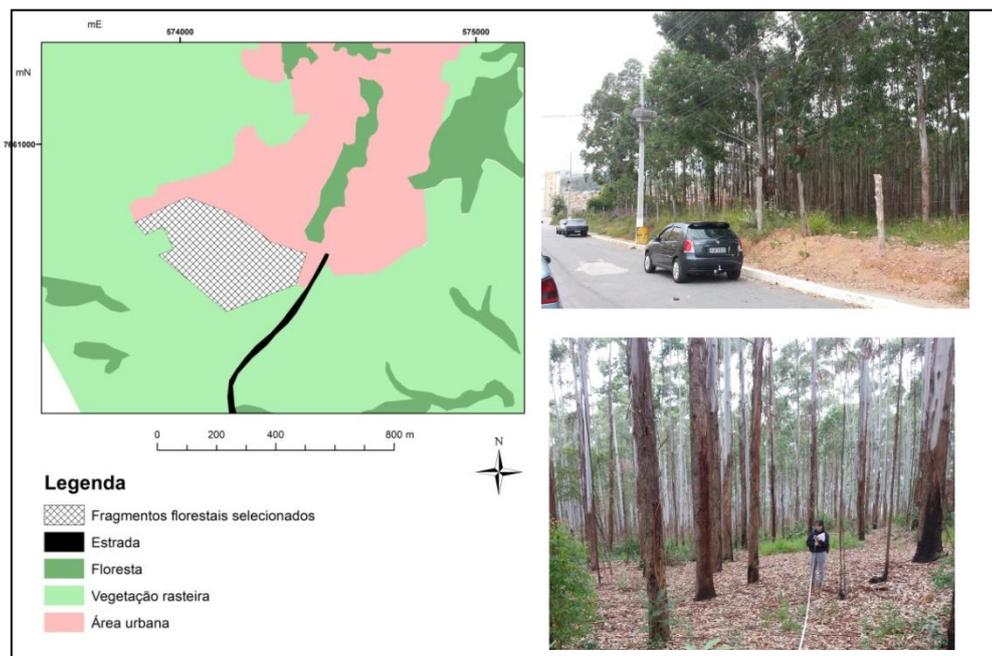


Figura 4: Localização e visões do fragmento 1

O formato do fragmento dispõe-se de forma bem delimitada, como é característico em áreas de plantio antrópico. Como demonstrado na tabela 1, o interior do fragmento apresenta temperatura constante, inclusive em relação ao seu entorno. A umidade na borda do fragmento apresenta-se maior que em seu interior, entretanto a mesma descrese a medida em que a distância da borda aumenta.

No segundo fragmento (fragmento 2 - figura 5), com 35,04 ha de área, composto por mata densa de porte arbóreo a herbáceo, notou-se que a umidade do ar é maior em seu exterior comparado ao seu interior, índice que é acompanhado por um aumento de temperatura.

Tabela 2: Quadro com dados gerais do fragmento 2, umidade do ar (%) e temperatura (°C)

	Umidade (%)	Temperatura (°C)
Borda	78	21
10 m	76	22
20 m	73	22

Em análise de fragmentos de Mata Atlântica no Parque do Ipiranga e na Fazenda Itaipava (Rio de Janeiro), ao notarem tal fato, D'Arrochella *et al.* (2009) justificam que o aumento da umidade do ar nesta condição se dá possivelmente pela contribuição dada pela evapotranspiração. O aumento da temperatura em proporção com a umidade relativa do ar forma uma complementaridade. Os autores citam ainda que, nesse contexto microclimático florestal, uma maior abertura de dossel pode estar acarretando uma menor umidade relativa do ar (por uma maior ação dos ventos) e, como consequência uma menor retenção de calor. Isto pode confirmar a hipótese de que uma menor abertura de dossel daria origem a este micro efeito estufa dentro do fragmento.

Nota-se ainda que o formato do segundo fragmento apresenta configuração mais circular a noroeste, porém se estreita a leste até dispersar. O fragmento situa-se próximo ao divisor de águas da bacia, em área de alta declividade e próximo a afloramentos quartzíticos que formam a Serra do Lenheiro.

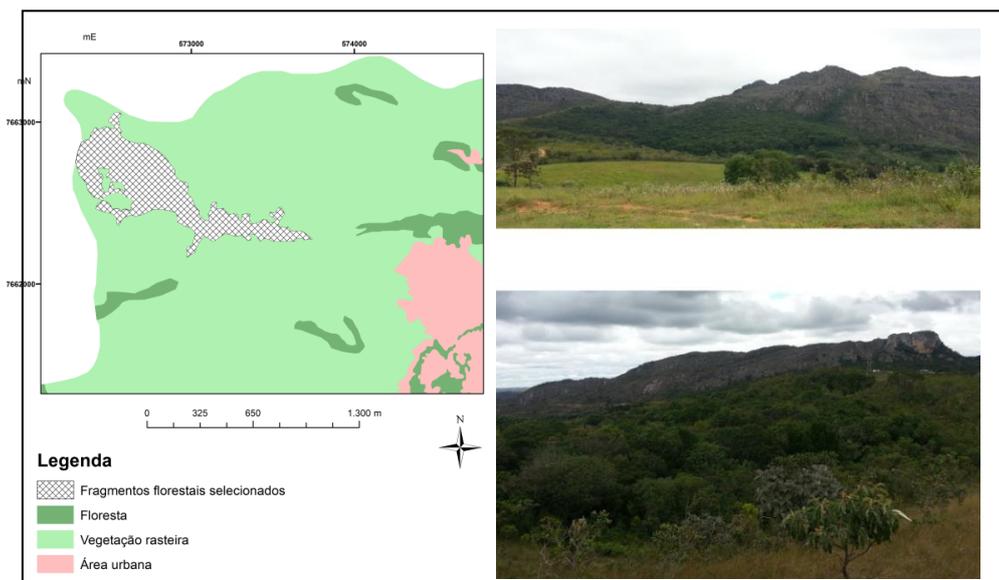


Figura 5: Localização e visões do fragmento 2

Quando um fragmento atinge formas menores ou alongadas, há uma perda de seu *habitat* interior, o que leva à diminuição de espécies do interior e à predominância de espécies de borda. Geralmente, fragmentos maiores apresentam ambos os tipos de espécies. Por isso, é importante compreender que a fragmentação do mosaico da paisagem leva a um declínio da biodiversidade; embora a fragmentação diminua o habitat para espécies do interior, a heterogeneidade resultante aumenta a oportunidade de desenvolvimento de espécies de borda. Entretanto, tal diminuição de biodiversidade advinda desta fragmentação não é favorável do ponto de vista da bioconservação (TURNER *et al.*, 2001).

A partir desta ideia, de modo geral, a paisagem da bacia mostra-se bastante fragmentada, com diversos pequenos fragmentos florestais, em sua maioria com formato longilíneo. Entretanto, não se pode ignorar a existência de fragmentos maiores e com melhor aspecto de conservação, que respondem a características ambientais tais como banco genético, transpiração das árvores e amenidades de uma maneira geral. Apesar da inexistência de políticas voltadas

“a visão fragmentada do espaço pode ter sido o grande ponto de partida para as crises ambientais que vivemos no presente. É preciso uma nova abordagem integradora dos diferentes elementos, é preciso entender a paisagem de forma sistêmica e interligada...”

para a manutenção dos ambientes florestais ainda existentes, os pequenos fragmentos espalhados por toda a bacia, citados anteriormente, atuam como corredores para a movimentação de espécies entre os fragmentos maiores.

Considerações finais

A abordagem geoecológica e os conceitos que a envolve mostram-se bastante promissores para a análise dos reflexos da atividade humana na paisagem, uma vez que engloba aspectos físicos (Geomorfologia, Geologia, Pedologia, Hidrologia), bióticos (Biologia, Ecologia) e antrópicos (Sociologia, Antropologia, Economia, Política), tratando o meio de forma sistêmica, interdependente e interligada.

Quanto à análise dos fragmentos, afirma-se que a atuação em conjunto de fatores como seu formato, interação entre si e com o entorno e composição vegetal, respondem por seu favorecimento ou não à bioconservação e biodiversidade. Embora fragmentos menores teoricamente sejam compostos por menor quantidade de espécies, sua conservação também é importante para que atuem como corredores entre fragmentos maiores.

Foi possível então, com este trabalho, perceber a expressão (urbana e agrícola) gerada pelos processos históricos de ocupação em São João Del-Rei e na área componente da bacia do Córrego do Lenheiro como um todo. O fator a ser destacado é o de que o planejamento urbano e ambiental devem consistir em etapa elementar para o processo de ocupação em São João Del-Rei, de forma a mitigar e prevenir os danos recorrentes ao ambiente e à sociedade. Não se trata apenas de evitar avanços ou expansão de um município, mas de fazê-lo de forma ética e responsável, integrando e harmonizando as relações entre homem e natureza, uma vez que o mesmo constitui também em parte dela.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G. P.; VENTORINI, S. E.; SANTOS, T. G. *Mapeamento da expansão urbana para áreas de risco socioambiental em São João Del-Rei, MG*. Anais do Encontro Internacional de Vulnerabilidade e Riscos Socioambientais, Unesp, Rio Claro, SP, 2014.

Thais Ferreira Resende, Gustavo Pyra Almeida e André Batista de Negreiros, *Caracterização Geoecológica e Análise de Fragmentos da Bacia do Córrego do Lenheiro, São João Del-Rei – MG*

- D'ARROCHELLA, M. L. G.; ARAÚJO, R. S.; MIRANDA, F. S. M; SILVA, W. M. *Análise microclimática inter e intra fragmentos florestais na APA de Petrópolis*. Anais do XII EGAL. Montevideu, 2009.
- FORMAN, R.T.T., Land Mosaics – the ecology of landscapes and regions. 1995.
- FORMAN, R. T. T.; GODRON, M. *Landscape Ecology*, John Wiley Sons, 619 p., 1986.
- HUGGET, R, J. *Geocology: An Evolutionary Approach*. Routledge, London and New York, 1995.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades, Minas Gerais, São João Del-Rei*. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/234VG>> Acesso em: 26 abr 2015.
- INMET, Instituto Nacional de Meteorologia. *Normais Climatológicas do Brasil: 1961–1990*. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/normaisClimatologicas>> Acesso em: 22 mar 2015.
- MALDOS, R. *A formação urbana da cidade de São João del-Rei*. 2000. Disponível em: <<http://www.saojoaodelreitransparente.com.br/works/view/605>> Acesso em: 15 nov.2014.
- NUCCI, J. C. *Origem e desenvolvimento da Ecologia e da Ecologia da Paisagem*. Revista Eletrônica Geografar, Curitiba, V. 22, n.1, p. 77-99, jan/jun 2007.
- ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. *Ecologia da Paisagem*. In: Fundamentos de Ecologia. 5ª Ed. Tradução: Pégasus Sistemas e Soluções. Cengage Learning, São Paulo, 2013.
- PÁDUA, C. B. V.; CHIARAVALLI, R. M. *Silvicultura e Biodiversidade*. Cadernos do Diálogo, v. 4. Rio do Sul, SC. APREMAVI, 2012.
- RICKLEFS, R. E. *Ecology*, Chiron Press, New York, 1979.
- SANTOS, T. G.; VENTORINI, S. E. Mapeamento digital da bacia do Córrego do Lenheiro, São João del-Rei, MG como subsídio à análise ambiental. Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia, p. 1629-1633. Alfenas, 2014.
- SAUER, C. O. *The morphology of landscape*. University of California, Publications in Geography, vol. 2, p. 19-54, 1925 (tradução)
- TAVARES, B. *Serra do Lenheiro em São João del-Rei como atrativo ecoturístico: um estudo de caso*. Instituto de Pesquisa Tancredo de Almeida Neves-IPTAN, 2011.
- TURNER, M. G.; GARDNER, R. H. *Quantitative Methods in Landscape Ecology*. Springer-Verlag, New York, 1991.

TURNER, M. G.; GARDNER, R. H.; O'NEIL, R. V. *Landscape Ecology in theory and practice: pattern and process*. WorldCrafters Editorial Services, Sterling, VA, 2001.

VALERIANO, C. *Geologia Estrutural e Estratigrafia do Grupo São João del-Rei na Região de São João del-Rei*. Tese de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

O ANTROPOCENO COMO FETICHISMO⁸

Daniel Cunha⁹

Resumo: O Antropoceno é definido como a “época geológica dominada pelo homem” e está em voga nas ciências naturais e humanas. A crise ecológica global e a possibilidade de desenvolvimentos catastróficos exigem uma análise crítica do conceito, em especial o discurso sobre o “controle”. De fato, o Antropoceno é o resultado de um metabolismo social com a natureza caracterizado pela *falta* de consciência e controle. Argumenta-se aqui que o conceito marxiano do “fetichismo” é a chave para uma compreensão crítica do Antropoceno.

Palavras-chave: antropoceno; fetichismo; Marx, metabolismo, capitalismo.

THE ANTHROPOCENE AS FETISHISM

Abstract: The Anthropocene is defined as the “human-dominated geologic epoch”, and it is in vogue in both natural and social sciences. The global ecological crisis and the possibility of catastrophic outcomes demand a critical analysis of the concept, especially its “control” discourse. Actually, the Anthropocene is the outcome of a social metabolism with nature characterized by a *lack* of consciousness and control. It is argued here that the Marxian concept of “fetishism” is the key for a critical understanding of the Anthropocene.

Keywords: anthropocene; fetishism; Marx, metabolism, capitalism.

L’ANTHROPOCENE EN TANT QUE FETICHISME

Résumé: Actuellement à la mode dans les sciences naturelles et humaines, on définit l’Anthropocène en tant que « l’époque géologique dominée par l’Homme ». La crise écologique globale et la possibilité de développements catastrophiques exigent une analyse

⁸ Artigo publicado originalmente em inglês na revista *Mediations – Journal of the Marxist Literary Group*, Chicago, v. 28, n. 2, Spring 2015, p. 65-77. O autor agradece as sugestões de Cláudio R. Duarte, Raphael F. Alvarenga, Salvatore Engel-di Mauro e dos revisores anônimos, sendo dele toda a responsabilidade pelo texto.

⁹ Engenheiro Químico (UFRGS), M. Sc. Ciência Ambiental (UNESCO-IHE), co-editor da revista *Sinal de Menos*, assessor ambiental do Ministério Público do Rio Grande do Sul. E-mail: dcunha77@outlook.com.

critique de ce concept, particulièrement le discours sur le « contrôle ». En fait, l'Anthropocène c'est le résultat d'un métabolisme social avec la nature caractérisé par l'absence de conscience et de contrôle. Notre argument souligne que le concept marxiste de « fétichisme » c'est la clé pour une compréhension critique de l'Anthropocène.

Mots-clés: anthropocène; fétichisme; marxisme; métabolisme; capitalisme.

“Uma sociedade cada vez mais enferma, mas cada vez mais poderosa, recriou em todas as partes o mundo concretamente como entorno e decoração de sua enfermidade, um planeta enfermo”. Guy Debord, O Planeta Enfermo.

Introdução

O “Antropoceno” se tornou conceito da moda nas ciências naturais e sociais. Ele é definido como a “época geológica dominada pelo homem”, porque nesse intervalo da história natural é o Homem que está no controle dos ciclos biogeoquímicos do planeta (CRUTZEN, 2002). O resultado, porém, é catastrófico: a perturbação do ciclo do carbono, por exemplo, acarreta um aquecimento global que se aproxima de pontos de não-retorno (ARCHER, 2010; HANSEN, 2009). O crescimento exponencial de nossa liberdade e poder, ou seja, de nossa habilidade de transformar a natureza, é traduzida em uma limitação de nossa liberdade, incluindo a desestabilização das próprias condições de vida biológica. O seu ponto mais alto é atingido com o problema do aquecimento global (ZIZEK, 2010). Nesse contexto, torna-se claro que o Antropoceno é um conceito contraditório. Se a “época geológica dominada pelo homem” leva a uma situação na qual a existência do próprio homem pode estar em jogo, há algo de muito problemático com uma forma de dominação da Natureza que a reduz a um “substrato de dominação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985: 24), e que deve ser investigado. A sua premissa básica, de que é “dominada pelo homem”, deve ser questionada – afinal, deve haver algo de *inumano* ou objetivado em um tipo de dominação cujo resultado pode ser a extinção humana.

O que se mantém aqui é que, exatamente como no caso da liberdade, o Antropoceno

é uma promessa não cumprida. Da mesma maneira que a liberdade no capitalismo é constrangida pelo fetichismo e por relações de classe – a dinâmica capitalista é regida por leis objetivadas para além do controle dos indivíduos; os trabalhadores são “livres” no sentido de que não são propriedade de ninguém, como escravos, mas também no sentido de que são privados dos meios de produção, de suas condições de existência; os capitalistas são “livres” na medida em que seguem as regras objetivadas da acumulação do capital, caso contrário vão à falência – assim também é o metabolismo social com a Natureza. Portanto, sustento que o Antropoceno é a forma fetichizada de intercâmbio entre o Homem e a Natureza historicamente específica do capitalismo, da mesma maneira que a “mão invisível” é a forma fetichizada da “liberdade” de intercâmbio entre pessoas.

Desde a acumulação primitiva o capital causou uma falha metabólica entre o Homem e a Natureza. Ela era empiricamente observável pelo menos desde o empobrecimento dos solos causado pela separação de campo e cidade na Grã-Bretanha do século XIX (MARX, 2008: 1070-1; FOSTER, 2005). No século XXI, porém, essa falha está globalizada, incluindo perturbações críticas do ciclo de carbono (aquecimento global), do ciclo do nitrogênio e da taxa da perda de biodiversidade, que implicam que a humanidade já se encontra fora de um “espaço de operação seguro” das condições ambientais globais (ROCKSTROM ET AL, 2009; STEFFEN *et al*, 2015). O Antropoceno aparece, portanto, como a perturbação globalizada dos ciclos naturais globais – e, o que é mais importante, não como uma perturbação planejada, intencional e controlada (não importa para qual fim), mas como um efeito colateral não intencional do metabolismo social com a Natureza que parece cada vez mais *fora* de controle. Isso pode ser facilmente ilustrado com exemplos.

No caso do ciclo do carbono, a queima de combustíveis fósseis é levada a cabo como fonte de energia para sistemas industriais e de transporte. A extração em massa de carvão começou na Inglaterra durante a Revolução Industrial, de maneira que, com essa nova fonte de energia móvel, as indústrias puderam se deslocar da proximidade das quedas d’água para as cidades onde se encontrava a força de trabalho barata (MALM, 2013). Não houve intenção alguma de manipular o ciclo do carbono ou causar um aquecimento global, ou consciência disso. O resultado, porém, é que no século XXI a concentração de dióxido de carbono atmosférico já está além do limite de segurança

para o desenvolvimento humano de longo prazo, de 350 ppm.

No caso do ciclo do nitrogênio, a perturbação se deveu à industrialização da agricultura e à produção de fertilizantes, o que inclui a fixação de nitrogênio atmosférico com o processo Haber-Bosch. Mais uma vez, não houve intenção ou plano de controlar o ciclo do nitrogênio, de causar eutrofização de lagos ou de induzir o colapso de ecossistemas. Novamente, o limite de 62 milhões de toneladas de nitrogênio removidas da atmosfera por ano foi de longe ultrapassado, com 150 milhões de toneladas em 2014 (STEFFEN *et al.*, 2015).

Uma história semelhante poderia ser contada sobre a taxa de perda de biodiversidade, o ciclo do fósforo e a acidificação dos oceanos, que estão seguindo o mesmo padrão. A época geológica “dominada pelo homem”, nesse sentido, parece muito mais um produto do acaso e da *inconsciência* do que propriamente de um controle dos ciclos materiais globais, apesar da referência de Crutzen a Vernadsky e ao “mundo do pensamento” (noösfera) de Chardin. “Não o sabem, mas o fazem” – foi isso que Marx afirmou a respeito da atividade social fetichizada mediada por mercadorias, e essa é a chave para um entendimento crítico do Antropoceno (MARX, s. d.).

De fato, Crutzen localiza o início do Antropoceno na invenção da máquina a vapor durante a Revolução Industrial (CRUTZEN, 2002). Porém, ao invés de considerá-lo uma simples observação empírica, os determinantes da época geológica “dominada pelo homem” deveriam ser conceitualmente investigados na forma capitalista de relações sociais. Com a sua análise do fetichismo, Marx mostrou que o capitalismo é uma formação social na qual há uma prevalência de “relações coisificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”, na qual “a circulação de dinheiro como capital... tem sua finalidade em si mesma” (MARX, 2003: 95 e 183).¹⁰ O capital é a inversão onde o valor de troca dirige o uso, o trabalho abstrato dirige o trabalho concreto: “uma formação social em que o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção”, e a sua circulação como dinheiro e mercadoria para fins de acumulação constitui o “sujeito automático”, “valor que valoriza a si mesmo” (MARX, 2003: 102 e 184).¹¹ Localizar o Antropoceno no capitalismo, portanto, implica uma investigação

¹⁰ Modifiquei a tradução.

¹¹ A tradução brasileira diz “entidade que opera automaticamente”. Modifiquei de acordo com o original “automatisches Subjekt”.

sobre a relação entre o Antropoceno e a alienação, ou, como desenvolvido pelo Marx maduro, o *fetichismo*.¹² Esse é o núcleo das contradições da época geológica “dominada pelo homem”. Segundo Marx, a forma de relações sociais mediada pelo trabalho do capitalismo adquire vida própria, independente dos indivíduos que participam de sua constituição, desenvolvendo-se em uma espécie de sistema objetivo por sobre e contra os indivíduos, e progressivamente determina os fins e os meios da atividade humana. O trabalho alienado constitui uma estrutura social de dominação abstrata que aliena os laços sociais, no qual “o valor de troca, começando como *condottiere* do valor de uso, acaba guerreando por conta própria” (DEBORD, 1997: 33).¹³ Essa estrutura, porém, não parece ser socialmente constituída, mas natural (POSTONE, 2014). O valor, cuja forma aparente fenomênica é o dinheiro, torna-se em si mesmo uma forma de organização social, uma comunidade pervertida. Isso é o contrário do que se poderia chamar “controle social” (JAPPE, 2003, 25-86). Um sistema que se torna quase automático, para além do controle consciente dos envolvidos, e é dirigido pela compulsão de acumulação infinita como fim em si mesmo, tem necessariamente como consequência a perturbação dos ciclos materiais do planeta. Chamar isso de “Antropoceno”, porém, é claramente impreciso, de um lado, porque ele é o resultado de uma forma historicamente específica de metabolismo com a Natureza, e não um ser genérico ontológico (*antropo*), e, por outro, porque o capitalismo constitui uma “dominação sem sujeito”, ou seja, na qual o sujeito não é o Homem (e nem mesmo uma classe dominante), mas o capital (KURZ, 1993).

É importante destacar que o fetichismo não é uma mera ilusão a ser decifrada, de maneira que a exploração ambiental e de classe “real” possa ser apreendida. Como apontou o próprio Marx, “para os produtores... as relações sociais entre os seus trabalhos privados aparecem como aquilo que *são*, isto é, como relações coisificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (MARX, 2003: 95)¹⁴; “o fetichismo da mercadoria... não está em nossa mente, no modo como percebemos (mal) a realidade, mas em nossa própria realidade social” (ZIZEK, 2012: 151). É por isso que nem mesmo

¹² Para uma discussão sobre a continuidade entre os conceitos marxianos de alienação e fetichismo, ver a introdução de Lucio Colletti (1992) aos escritos de juventude de Marx.

¹³ Ver também Postone (2014) e Jappe (2006: 25-86).

¹⁴ A tradução brasileira diz: “relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas”. Modifiquei a tradução de acordo com o original: “*sachliche* Verhältnisse der Personen und gesellschaftliche Verhältnisse der *Sachen*” (grifos meus).

toda a evidência científica da crise ecológica, sempre coletada *post festum*, parece ser capaz de parar a dinâmica destrutiva do capital, mostrando em grau caricatural a inutilidade do conhecimento sem uso (DEBORD, 2009). O fato de que agora “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo” (ZIZEK, 1996: 14) não refuta, mas confirma que a forma de relações sociais está para além do controle social, e meramente trocar o nome do “Antropoceno” (“Capitaloceno” ou coisa semelhante) não resolveria as contradições sociais e materiais subjacentes. A produção social dirigida pelo valor, isto é, a produção determinada pela minimização do tempo de trabalho socialmente necessário, resulta em um modo objetivado de produção material e vida social que podem ser descritos por leis “objetivas”. Tempo, espaço e tecnologia são objetivados pela lei do valor. Obviamente, os agentes da “valorização do valor” são seres humanos, mas eles realizam a sua atividade social como “máscaras de caráter econômicas”¹⁵, “personificações de relações econômicas” (MARX, 2003: 110): o capitalista é capital personificado e o trabalhador é trabalho personificado. A fetichista e autorreferencial valorização do valor através da exploração de trabalho (D-M-D’), com as suas características de expansão infinita e abstração do conteúdo material, implica o caráter ecologicamente destrutivo do capitalismo (BURKETT, 1999: 79-98), ou seja, no capitalismo “o desenvolvimento das forças produtivas é simultaneamente o desenvolvimento de forças destrutivas” (KURZ, 2009: 10). O valor que expande a si mesmo cria um “sistema de bola de neve” (KURZ, 2009: 218) que não é controlado conscientemente, “uma força independente de qualquer vontade humana” (HOLLOWAY, 2013: 142). Nesse contexto, não surpreende que a perturbação dos ciclos ecológicos globais seja apresentada como o “Antropoceno”, isto é, como um conceito alusivo a um *processo natural*. Que o homem seja apresentado como uma *força geológica* cega, tal como as erupções vulcânicas ou as variações da radiação solar, isso é expressão da forma naturalizada ou *fetichizada* de relações sociais que prevalece no capitalismo.

Portanto, as estruturas técnicas com as quais o Homem leva a cabo o seu metabolismo com a Natureza são também logicamente marcadas pelo fetichismo. Como notou Marx, “a tecnologia revela o modo de proceder do homem para com a natureza, o

¹⁵ A tradução brasileira diz “papéis econômicos”. Modificamos de acordo com o original “ökonomischen Charaktermasken”.

processo imediato de produção de sua vida, e, assim, elucida as condições de sua vida social e as concepções mentais que dela decorrem” (MARX, 2003: 428). No capitalismo, os processos de produção não são projetados de acordo com os desejos e necessidades dos produtores, considerações ecológicas ou sociais, mas de acordo com a lei do valor. Tomando como exemplo os sistemas energéticos mundiais, foi demonstrado que não há restrição técnica para uma completa transição solar em duas ou três décadas, se considerarmos o valor de uso dos combustíveis fósseis e das energias renováveis (o seu retorno energético e seus requisitos materiais). Isto é, é tecnicamente viável usar energia fóssil para construir uma infraestrutura solar e fornecer ao mundo energia em quantidade e qualidade suficientes para o desenvolvimento humano (SCHWARTZMAN; SCHWARTZMAN, 2011; JACBSON; DELUCCHI, 2009). Essa transição, que do ponto de vista do valor de uso e da riqueza material é desejável, necessária e urgente (devido ao aquecimento global) não está sendo implementada, porque a energia fóssil ainda é mais adequada para a acumulação de capital, para a valorização do valor: o capital foi à China explorar força de trabalho barata e carvão barato, causando um forte pico nas emissões de carbono às vésperas de uma emergência climática, em uma clara demonstração de irracionalidade fetichista (MALM, 2012; CUNHA, 2013). De maneira mais geral, o ecologista estadunidense Barry Commoner mostrou que, no século XX, muitos produtos sintéticos (como fertilizantes e plásticos) foram desenvolvidos e substituíram produtos naturais e biodegradáveis. Porém, os novos produtos não eram melhores do que os antigos; a transição foi implementada apenas porque produzi-los era mais lucrativo, ainda que eles fossem muito mais poluentes e ambientalmente danosos – de fato, ele mostra que essas novas tecnologias foram o maior fator para o aumento da poluição nos Estados Unidos, mais do que o aumento da população ou do consumo (1971, cap. 8-9).

Obviamente, a lei do valor não determina apenas os produtos finais, mas também os processos de produção, que devem ser constantemente intensificados tanto em termos de ritmos quanto de eficiência material, se não em termos da extensão da jornada de trabalho. Já em seu tempo, Marx destacou o “fanatismo com que o capitalista procura economizar meios de produção”, à medida que procuram pelos “resíduos da produção” para reuso e reciclagem (MARX 2008: 116 e 135-139). Porém,

sob a forma capitalista de produção social, os ganhos de produtividade resultam em menor quantidade de valor criado por unidade material, de maneira que eles impulsionam um consumo material aumentado (ORTLIEB, 2009). Essa tendência geral é empiricamente observável no assim chamado “paradoxo de Jevons”, quando ganhos de eficiência ao fim resultam em um efeito de rebote, produção material aumentada (FOSTER; CLARK; YORK, 2010: 169-182). Ele foi apontado primeiramente por Willam Stanley Jevons, que apresentou dados que demonstram que a economia de carvão em máquinas a vapor, durante a Revolução Industrial, resultava em aumento do consumo de carvão. O que em uma produção social consciente seria ecologicamente benéfico (maior eficiência no uso dos recursos), no capitalismo aumenta a mais-valia relativa, e, portanto reforça a acumulação destrutiva sem limites de capital e um sistema tecnológico inapropriado. É espantoso como muitos ambientalistas ainda pregam a eficiência como uma solução ecológica, sem notar que a forma de riqueza social capitalista (valor) transforma a produtividade em uma força destrutiva.

Mesmo a maneira pela qual o capitalismo lida com o problema da poluição é configurada pela alienação: tudo pode ser discutido, *exceto* o modo de produção baseado na mercadoria e na maximização de lucros. Como a produção é levada a cabo em unidades privadas isoladas em competição, o controle sócio-técnico se limita a um controle externo, através de regulações estatais que obrigam a adição de tecnologias de fim de tubo e mecanismos de mercado. O Protocolo de Kyoto é o melhor exemplo de mecanismo de mercado. Ele representa a mercantilização do ciclo do carbono, estabelecendo o princípio da equivalência, a própria forma do fetichismo da mercadoria, em uma espécie de bolsa de valores do carbono. Portanto, ele implica todo um processo de abstração das qualidades ecológicas, sociais e materiais para tornar possível a equivalência entre emissões de carbono, *offsets* e sumidouros de carbono localizados em contextos sociais e ecológicos muito distintos. O processo de abstração inclui a equalização de reduções de emissões em contextos sociais e ecológicos distintos, de carbono de origem fóssil e biótica, a equalização de moléculas diferentes através do conceito de “equivalentes de carbono” (LOHMANN, 2011) e uma definição de “floresta” que não inclui requisitos de biodiversidade (GUTIÉRREZ, 2011).

Mas, assim como em toda mercadoria no capitalismo, o valor de uso (a redução das emissões de carbono) é governado pelo valor de troca. A inversão fetichista de valor de uso e valor de troca, que caracteriza o capitalismo, implica que o objetivo efetivo de todo o processo de comercialização de emissões acaba sendo o dinheiro e não a redução de emissões. Os exemplos empíricos são abundantes. Os esquemas de comercialização não oferecem nenhum incentivo para uma transição tecnológica de longo prazo, mas apenas para ganhos financeiros imediatos (tempo é dinheiro). Os *offsets*, na prática, permitem aos poluidores adiar a transição tecnológica, enquanto o projeto correspondente do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) provavelmente gera um efeito de rebote que irá incentivar a aplicação de combustíveis fósseis em países em desenvolvimento (ANDERSON, 2012). Reduções tecnológicas fáceis, como a queima do metano em aterros sanitários, permitem a continuação de emissões por grandes corporações. Algumas indústrias lucraram mais mitigando as suas emissões de HFC-23 do que com as mercadorias que produziram, enquanto geram enormes quantidades de *offsets* que, mais uma vez, permitem que os poluidores mantenham as suas emissões (LOHMANN, 2011). E a comparação de

“... muitos ambientalistas ainda pregam a eficiência como uma solução ecológica, sem notar que a forma de riqueza social capitalista, o valor, transforma a produtividade em uma força destrutiva.”

projetos com cenários-base hipotéticos tragicamente permitem diretamente o aumento de emissões, por exemplo, ao financiar minas de carvão que “mitigam” emissões de metano. Mais exemplos poderiam ser citados. O fato de que o aquecimento global é determinado pelas emissões cumulativas em qualquer escala de tempo humanamente significativa revela os efeitos perversos desse esquema guiado pelo

valor de troca: o atraso na redução das emissões hoje constringe as possibilidades do futuro (MATTHEWS ET AL, 2009). Novamente, como poderia ser deduzido antecipadamente com uma crítica teórica marxiana simples, o valor de troca predomina sobre o valor de uso, pois a alocação das emissões de carbono é determinada não por critérios sócio-ecológicos, mas de acordo com os requisitos da valorização, ou pela “alocação otimizada dos recursos”. Quando o mercado global do carbono atingiu o recorde de 176 bilhões de dólares em 2011, o Banco Mundial disse

que “uma porção considerável das negociações é primariamente motivada por *hedging*, ajustes de carteira, realização de lucros, e arbitragem” (COELHO, 2012), um típico jargão de especuladores financeiros. Kyoto, com o seu enfoque quantitativo, não ataca, e impede, a transição *qualitativa* que é necessária para evitar uma mudança climática catastrófica, ou seja, uma transição solar. Ainda que quantidades significativas de capital sejam mobilizadas com os esquemas de negociação, as emissões globais de carbono continuam a crescer.

Nesse cenário, é cada vez mais provável que a aplicação de uma tecnologia de fim de tubo seja necessária. Com a ascensão do Estado de bem-estar e da regulação ambiental, uma miríade de tecnologias desse tipo foram usadas para mitigar as emissões industriais para as águas, o ar e o solo – filtros de emissões atmosféricas, plantas de tratamento de efluentes líquidos, etc. O problema é que essas tecnologias podem ser aplicadas em unidades corporativas privadas apenas se ela for viável no contextos da produção ditada pelo valor, ou seja, apenas se elas não comprometem a lucratividade das corporações. Acontece, porém, que a captura e estocagem de carbono (CCS) ainda é muito cara para ser usada em unidades de produção ou sistemas de transporte. Portanto, o que emerge no cenário é a *geoengenharia*, a tecnologia de fim de tubo definitiva, a mitigação tecnológica dos efeitos das emissões de carbono em escala planetária, a manipulação direta do próprio clima – com o uso de processos como a emissão de aerossóis à estratosfera para refletir a radiação solar, ou a fertilização dos oceanos com ferro para induzir o crescimento de algas sequestradoras de carbono (ETC GROUP, 2010). As suas origens podem ser traçadas na Guerra do Vietnã e em projetos estalinistas, e um dos seus primeiros proponentes foi Edward Teller, o pai da bomba atômica (KINTISCH, 2010: 77-102). Há riscos imensos envolvidos nesse enfoque, pois o sistema climático e os seus subsistemas não são completamente entendidos e estão sujeitos a não-linearidades, pontos de não-retorno, transições bruscas e caos. Além disso, a inércia do sistema climático implica que o aquecimento global é irreversível na escala de tempo de um milênio, de maneira que técnicas de geoengenharia teriam que ser aplicadas por um tempo equivalente, o que seria uma carga para inúmeras gerações futuras (SOLOMON *et al.*, 2009). No caso de falha tecnológica na aplicação da geoengenharia, o resultado poderia ser catastrófico, com uma mudança climática repentina (BROVKIN *et al.*, 2009).

Considerando o seu custo relativamente baixo (BARRETT, 2007), porém, é provável que o capitalismo assuma o risco do *business as usual* para preservar a sua busca fetichista por lucros, guardando a geoengenharia como uma espécie de bala de prata do aquecimento global. Claro que existe a assustadora possibilidade de combinação da geoengenharia com esquemas de negociação, de maneira que projetos de geoengenharia pudessem gerar “créditos de carbono” em mercados competitivos. Essa foi a ideia da empresa Planktos Inc. em um controverso experimento de fertilização do oceano (LUKACS, 2012), que faz alusão a um futuro distópico no qual o clima mundial é manipulado de acordo com os interesses dos lucros corporativos. Está claro que o controle capitalista da poluição, seja através de mecanismos de mercado, seja através de regulação estatal, lembra a coruja de Minerva: ele apenas (re)age após o processo de produção alienado e do processo geral de alienação social. Porém, se o núcleo da destrutividade é o próprio processo fetichista que é reproduzido nos esquemas de negociação, e as tecnologias de fim de tubo estão sujeitas a falhas e a dinâmicas complexas que não são racionalmente acessíveis à escala temporal das instituições humanas (ao menos em suas formas correntes), tanto os mecanismos de mercado quanto estatais podem falhar para evitar uma mudança climática catastrófica.

As projeções futuras do aquecimento global feitas por economistas neoclássicos revelam o núcleo alienado do Antropoceno em sua essência. Em modelos integrados climático-econômicos, como os desenvolvidos por William Nordhaus e Nicholas Stern, a taxa de juros determina em última instância o que é aceitável em termos de concentração atmosférica de gases de efeito estufa e seus impactos relacionados (inundações costeiras, perda de biodiversidade, prejuízos à agricultura, epidemias, etc.), pois “análises de custo-benefício” descontam os impactos futuros e capitalizam os lucros presentes (NORDHAUS, 2008; STERN, 2007). Mas, como mostrou Marx, o juro é a parte do lucro que o capitalista industrial paga ao capitalista financeiro que o emprestou capital-dinheiro, após o processo bem-sucedido de valorização (MARX, 2008: 451-528). O capital portador de juros é valor que possui o valor de uso de criar mais-valia ou lucro. Portanto, “no capital portador de juros, a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista”, “dinheiro que gera mais dinheiro”, “valor que se valoriza a si mesmo” (MARX, 2008: 519). O capital portador de juros é a

representação fetichista perfeita do capital, como a progressão geométrica automática da produção de mais-valia, um “puro autômato” (MARX 2008: 528).¹⁶ De maneira correspondente, a determinação do metabolismo social futuro com a Natureza pela taxa de juros é a expressão definitiva do caráter fetichista dessa forma histórica de metabolismo social com a Natureza, ou seja, do núcleo fetichista do assim chamado Antropoceno, seja qual for a magnitude da taxa de juros. No capitalismo, a taxa de juros é determinante de investimentos e alocação de recursos, e a superação disso não passa por utilizar de maneira moralista (e irrealista) uma taxa de juros menor, como faz Stern (2007), mas de superar o próprio modo de produção capitalista.

Cenários futuros determinados pela taxa de juro em última instância negam a história, pois somente no capitalismo a taxa de juros é socialmente determinante, pois trata-se do capital em sua forma mais pura. Enquanto no capitalismo o capital portador de juros se torna totalmente adaptado às condições da produção capitalista, e, com o desenvolvimento do sistema de crédito, a impulsiona, em formações sociais pré-capitalistas “o capital usurário arruína esse modo de produção, paralisa as forças produtivas em vez de desenvolvê-las” (MARX, 2008: 790). Isso ocorre porque no capitalismo o crédito é fornecido na expectativa de que funcionará como capital, de que o capital emprestado será utilizado para valorizar o valor, para apropriar-se de força de trabalho “livre” não paga, enquanto na Idade Média o usurário explorava pequenos produtores e camponeses que trabalhavam para si mesmos (MARX, 2008: 795). A determinação da relação metabólica social futura com a Natureza pela taxa de juros é, portanto, uma extrapolação do modo de produção capitalista e todas as suas categorias (valor, mais-valia, trabalho abstrato, etc.) no futuro, a fetichização da história – novamente, isso é congruente com o termo *Antropoceno*, que faz referência a um Homem a-histórico.

Além disso, o tipo de análise de custo-benefício que Nordhaus e Stern executam tende a negar não apenas a história, mas a própria matéria, pois o *trade-off* da degradação dos recursos materiais com o crescimento abstrato implica a substitutibilidade absoluta entre diferentes recursos materiais, e, portanto, entre riqueza abstrata (capital) e riqueza material, o que na prática é uma falsa premissa. Por exemplo, o

¹⁶ Mais uma vez, prefiro o original “reiner Automat” à tradução da edição brasileira (“força de produzir automaticamente mais-valia”).

processo sintético natural mais básico necessário para a vida na Terra como a conhecemos, a fotossíntese, não é tecnologicamente substituível, isto é, nenhuma quantidade de valor de troca poderia substituí-la (AYRES, 2007). Além disso, sintetizar as complexas interações e fluxos materiais e energéticos que constituem os ecossistemas de diferentes características e escalas, com suas histórias naturais dependentes de trajetórias específicas, é uma tarefa nada trivial – interações materiais e especificidade são exatamente aquilo que o valor de troca abstrai. O que esse tipo de análise toma como garantido é a própria forma-mercadoria, com a sua substância comum (o valor) que permite a troca entre diferentes recursos materiais em quantidades definidas, destacados de seus contextos materiais e ecológicos. Mas é essa abstração mesma que leva à destrutividade.

O sonho implícito pela forma capital é de total ausência de limites, uma fantasia de liberdade como a total libertação da matéria e da natureza. Esse ‘sonho do capital’ está se tornando o pesadelo daquilo do que ele se esforça para se libertar – o planeta e seus habitantes (POSTONE, 2014: 445).

Por último, mas não menos importante, o capital também está tentando aumentar os seus lucros explorando a própria ansiedade causada pela expectativa da catástrofe ecológica, como uma extensão da produção de subjetividade pela indústria cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Por exemplo, os cafés Starbucks oferecem aos seus clientes um café que é um pouco mais caro, mas afirma que parte do dinheiro vai para as florestas do Congo, crianças pobres da Guatemala, etc. Dessa maneira, a consciência política é despolitizada, com o que se chama de “efeito Starbucks”.¹⁷ Isso também pode ser visto na publicidade. Em uma delas, após cenas mostrando algum tipo de catástrofe natural não identificada, intercaladas com cenas de um carpinteiro construindo uma estrutura indefinida de madeira e de mulheres no que parece ser um desfile de moda, revela-se o verdadeiro contexto: as modelos se dirigem a uma espécie de Arca de Noé construída para o carpinteiro, de maneira que possam sobreviver à catástrofe ecológica. O propósito da propaganda é finalmente revelado: vender desodorante – “a fragrância final”. O *slogan* – “Feliz fim do mundo!” – explora

¹⁷ Zizek, S. *Catastrophic But Not Serious*, 2011 (Vídeo da palestra). Disponível em: http://library.fora.tv/2011/04/04/Slavoj_Zizek_Catastrophic_But_Not_Serious Acesso em jun. 2015.

explicitamente o colapso ecológico para vender mercadorias.¹⁸ A oposição e a vontade política mesmas são seduzidas para encaixar-se na forma-mercadoria, impregnando a própria ciência do clima. Alguns cientistas parecem perceber essa pressão insidiosa do fetichismo econômico sobre a ciência quando dizem: “livremos a ciência da economia, das finanças e da astrologia, enfrentemos as conclusões, por mais desconfortáveis que sejam” (ANDERSON; BOWS, 2012) ou “a geoengenharia é como um viciado em heroína encontrando uma nova maneira de roubar o dinheiro do sustento dos seus filhos” (KINTISCH, 2010: 57). A descarbonização é sempre desafiada a ser “economicamente viável”. O que é necessário, porém, é que uma crítica mais radical se apresente no debate público, uma posição explicitamente anticapitalista que recuse os requisitos da acumulação de capital na definição das políticas sócio-ambientais – até porque parece que já é impossível reconciliar a limitação do aquecimento global a dois graus Celsius e simultaneamente manter o “crescimento econômico” (ANDERSON; BOWS, 2011).

Deve-se enfatizar que a fetichização aqui descrita e a sua destrutividade ecológica são um desenvolvimento histórico, são específicas do capitalismo, e por isso podem ser superadas: o metabolismo social com a natureza não é necessariamente destrutivo. O fetichismo da mercadoria e o trabalho como categoria de mediação social (trabalho abstrato) são historicamente específicos do capitalismo, e começaram com a acumulação primitiva (POSTONE, 2014; HOLLOWAY, 2013; GRUPO KRISIS, 2003). O Antropoceno como distúrbio globalizado da natureza é a externalização do trabalho alienado, a sua conclusão material lógica (DEBORD, 2009). A sua superação exige a reapropriação do que foi constituído de forma alienada (POSTONE, 2014), isto é, a desmercantilização da atividade social humana ou a superação do capitalismo. A tecnologia assim reconfigurada e socializada não seria mais determinada pela lucratividade (COMMONER, 1971), mas seria a tradução técnica de novos valores, e tenderia a tornar-se arte (MARCUSE, 1973; MARCUSE 1969). Ao invés de ser determinada pela unidimensional valorização do valor, a produção social seria o resultado de uma multiplicidade de critérios discutidos em comum, englobando considerações sociais, ecológicas, estéticas, éticas e outras – em outras palavras, a

¹⁸ Axe. *Happy End of the World!*, 2012. Vídeo publicitário. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nhZgEjJD4>. Acesso em jun. 2015.

riqueza material seria liberada da forma-valor. Tecnologias como a energia solar, a microeletrônica e a agroecologia, por exemplo, poderiam ser usadas para configurar um mundo de riqueza material abundante e um metabolismo social consciente com a natureza – um mundo com energia renovável e limpa abundante, tempo livre social abundante devido às forças produtivas altamente automatizadas e comida abundante ecologicamente produzida, sob controle social (KURZ, 1997; SCHWARTZMAN; SCHWARTZMAN, 2011; ALTIERI 2009).

Então, e somente então, a humanidade poderia estar no controle consciente dos ciclos materiais planetários e poderia usar esse controle para fins humanos (mesmo se decidisse mantê-los em seu estado “natural”). De fato, isso significa levar a sério a promessa do Antropoceno, ou seja, o homem *deve* assumir o controle consciente dos ciclos materiais planetários, estender o terreno do político até aqui deixado à mecânica cega da natureza (SWYNGEDOUW, 2013) e, no capitalismo, ao fetichismo da mercadoria. E isso não apenas porque as forças produtivas desenvolvidas pelo capitalismo o permitem – ainda que até agora o façamos sem controle social consciente – mas também porque isso pode ser necessário. A civilização está adaptada às condições holocênicas que prevaleceram nos últimos dez mil anos (HANSEN, 2009; ROCKSTROM ET AL, 2009) e devemos estar preparados para agir para preservar essas condições que possibilitam o desenvolvimento humano, ou mitigar mudanças bruscas, porque elas poderiam ser ameaçadas não apenas pela atividade (fetichizada) humana, mas também por causas naturais, o que já aconteceu muitas vezes na história natural (como no caso dos ciclos glaciais disparados por perturbações na órbita terrestre, ou a extinção catastrófica dos dinossauros devido ao impacto de um meteoro). A “mão invisível” (fetichizada) e o “Antropoceno” (fetichizado) são duas faces da mesma moeda, da mesma socialização inconsciente, ambos devem ser superados com a comunização da atividade social, isto é, o controle efetivo dos ciclos materiais planetários depende do controle social consciente da produção mundial.

É preciso enfatizar que o que aqui se critica como “fetichismo” não é meramente a designação imprecisa do nome “Antropoceno”, mas a própria forma do intercâmbio material. E contudo, o que emerge aqui é uma perspectiva verdadeiramente utópica, a promessa da realização do Antropoceno, não como uma constante antropológica ou

uma força “natural”, mas como um ser-espécie¹⁹ plenamente histórico que conscientemente controla e dá forma às condições materiais do planeta. Se, como colocado pelo jovem Marx (2010: 79-90), o trabalho alienado aliena o homem do seu ser-espécie, a reorganização liberadora do intercâmbio sócio-material destravaria o potencial de espécie que está imbricado, mas socialmente negado, no “Antropoceno”. A geoengenharia e a tecnologia avançada em geral, libertas da forma-valor e da razão instrumental, poderiam ser usadas não apenas para resolver o problema climático, mas também, como escreveu Adorno, para “ajudar a natureza a abrir os olhos”, ajudá-la “na pobre Terra a tornar-se aquilo que talvez gostasse de ser” (apud MARCUSE, 1973: 69-70). As forças de produção avançadas implicam que a visão utópica poética de Fourier lembrada por Walter Benjamin poderia ser materializada:

o trabalho social bem organizado teria como consequência que quatro luas iluminariam a noite da Terra, para que o gelo desaparecesse dos pólos, a água do mar deixasse de ser salgada e os animais selvagens fossem colocados ao serviço do homem. Tudo isso ilustra uma ideia de trabalho que, longe de explorar a natureza, seria capaz de libertar dela as forças criativas que dormem em latência no seu seio. (2010: 15-16)

Mesmo a eliminação da brutalidade na natureza (predação) e a abolição dos abatedouros através da produção de carne sintética²⁰ hoje parecem teoricamente acessíveis, com a “reprogramação genética” (PIERCE, 2009) e a tecnologia de células-tronco. Isso vai além das mais radicais utopias marcuseanas.²¹ Obviamente, isso requer uma luta social que subverte a produção determinada pela valorização do valor e liberta, antes de tudo, o potencial humano. Por outro lado, com o *business as usual*, provavelmente teremos o nosso futuro material na Terra determinado pela taxa de juros, pela geoengenharia de emergência e pelo acaso.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. *Agroecologia*. Trad. M. M. Lopes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

¹⁹ A tradução consagrada do *Gattungswesen* para o português é “ser genérico”. Prefiro aqui “ser-espécie”, como no inglês “species-being”, por fazer referência mais explícita à sua dimensão (também) “orgânica”.

²⁰ BBC. *World’s First Lab-Grown Burger Is Eaten in London*, 5 Aug 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/science-environment-23576143>. Acesso em jun. 2015.

²¹ O ceticismo de Marcuse sobre a “pacificação da natureza” é explicitado em Marcuse (1973: 71).

- ANDERSON, K. *The Inconvenient Truth of Carbon Offsets*. *Nature* 484, p. 7, 2012.
- ANDERSON, K.; BOWS, A. *Beyond "Dangerous" Climate Change: Emission Scenarios for a New World*. *Philosophical Transactions of the Royal Society* 369, p. 20-44, 2011.
- ANDERSON, K.; BOWS, A. *A New Paradigm for Climate Change: How Climate Change Science Is Conducted, Communicated and Translated into Policy Must Be Radically Transformed If "Dangerous" Climate Change Is to Be Averted*. *Nature Climate Change* 2, p. 639-40, Setp 2012.
- ARCHER, D. *The Global Carbon Cycle*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- AYRES, R. On the Practical Limits to Substitution. *Ecological Economics* 61, p. 115-28, 2007.
- BARRETT, S. The Incredible Economics of Geoengineering. *Environmental Resource and Economics* 39 (1), p. 45-54, 2007.
- BENJAMIN, W. *Sobre o conceito da história*. In: W. Benjamin. *O anjo da história*. Trad. J. Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010, p. 9-20.
- BROVKIN, V.; PETOUKHOV, V.; CLAUSSEN, M.; BAUER, E.; ARCHER, D.; JAEGER, C. Geoengineering Climate by Stratospheric Sulfur Injections: Earth System Vulnerability to Technological Failure. *Climatic Change* 92, p. 243-59, 2009.
- BURKETT, P. *Marx and Nature: A Red and Green Perspective*. New York: St. Martin's, 1999.
- COELHO, J. Global Carbon Market Value Hits Record \$176 Billion. *Reuters*, 2012. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2012/05/30/ozatp-world-bank-carbon-idAFJ0E84T04R20120530>. Acesso em jun. 2015.
- COLLETTI Introduction. In: K. Marx. *Marx's Early Writings*, trad. R. Livingstone e G. Benton. Londres: Penguin, 1992 (1844), p. 7-56.
- COMMONER, B. *The Closing Circle: Nature, Man and Technology*. New York: Knopf, 1971.
- CRUTZEN, P. *Geology of mankind*. *Nature* 415, 2002.
- CUNHA, D. A todo vapor rumo à catástrofe? *Sinal de Menos* 9: 109-33, 2013.
- DEBORD, G. O planeta enfermo. Trad. D. Cunha. *Sinal de Menos* 2: 152-159, 2009 (1971).
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. E. S. Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 (1967).

- ETC GROUP. *Geopiracy: The Case Against Geoengineering*. Manila: ETC Group, 2012.
- FOSTER, J.B. *A ecologia de Marx*. Trad. M. T. Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOSTER, J. B.; CLARK, B.; YORK, R. *The Ecological Rift: Capitalism's War On Earth*. New York: Monthly Review Press, 2010.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. Trad. H. D. H. Mann e C. R. Duarte. São Paulo: Conrad, 2003.
- GUTIÉRREZ, M. Making Markets Out of Thin Air: A Case of Capital Involution. *Antipode* 43 (3), p. 639-61, 2011.
- HANSEN, J. *Storms of my grandchildren: The Truth about The Coming Catastrophe and Our Last Chance to Save Humanity*. New York: Bloomsbury, 2009.
- HOLLOWAY, J. *Fissurar o capitalismo*. Trad. D. Cunha. São Paulo: Publisher, 2013.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. *A dialética do esclarecimento*. Trad. G. A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 (1944).
- JACOBSON, M.; DELUCCHI, M. A Path to Sustainable Energy by 2030. *Scientific American*, Nov. 2009, p. 58-65.
- JAPPE, A. *As aventuras da mercadoria*. Trad. J. M. Justo. Lisboa: Antígona, 2006.
- JEVONS, W. S. *The Coal Question: An Inquiry Concerning the Progress of the Nation, and the Probable Exhaustion of our Coal Mines*. Disponível em: <http://www.econlib.org/library/YPDBooks/Jevons/jvnCQ.html>. Acesso em jun. 2015.
- KINTISCH, E. *Hack the Planet: Science's Best Hope – or Worst Nightmare – for Averting Climate Catastrophe*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.
- KURZ, R. Antiökonomie und Antipolitik: zur Reformulierung der sozialen Emanzipation nach dem Ende des "Marxismus". *Krisis* 19: 51-105, 1997. Disponível em português em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz106.htm>. Acesso em jun. 2015.
- KURZ, R. Dominação sem sujeito. *Krisis* 13: 17-94, 1993. Disponível em português em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz86.htm>. Acesso em jun. 2015.
- KURZ, R. *Schwarzbuch Kapitalismus*. Frankfurt am Main: Eichenborn, 2009 (1999).
- LOHMANN, L. *The Endless Algebra of Climate Markets. Capitalism, Nature, Socialism* 22 (4), p. 93-116, 2011.

- LUKACS, M. World's Biggest Geoengineering Experiment "Violates" UN Rules. *The Guardian*, 15 Oct 2012. Disponível em <http://www.theguardian.com/environment/2012/oct/15/pacific-iron-fertilisation-geoengineering>. Acesso em jun. 2015.
- MALM, A. China as Chimney of The World: The Fossil Capital Hypothesis. *Organization and Environment* 25 (2), p. 146-77, 2012.
- MALM, A. The Origins of Fossil Capital: From Water to Steam in the British Cotton Industry. *Historical Materialism* 21 (1), p. 15-68, 2013.
- MARCUSE, H. *Contra-revolução e revolta*. Trad. A. Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARCUSE, H. *An Essay on Liberation*. Boston: Beacon, 1969.
- MARX, K. *O capital*, vol. 1. Trad. R. Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MARX, K. *O capital*, vol. 3. Trad. R. Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, K. *O capital*, como na primeira edição alemã. Trad. A. Dragstedt. s. d. (1867). Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/commodity.htm>. Acesso em jun. 2015.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010 (1844).
- MATTHEWS, D.; GILLET, N; STOTT, P.; ZICKFELD, K. The Proportionality of Global Warming to Cumulative Carbon Emissions. *Nature* 459, p. 829-33, 2009.
- NORDHAUS, W. *A Question of Balance: Weighing the Options on Global Warming Policies*. New Have: Yale University Press, 2008.
- ORTLIEB, C. P. Uma contradição entre matéria e forma. *Exit!* 6: 23-54, 2009. Disponível em português em: <http://o-beco-pt.blogspot.com.br/2010/06/clus-peter-ortlieb-uma-contradicao.html> (trad. B. Antunes e L. Nahodil). Acesso em jun. 2015.
- PIERCE, D. *Reprogramming Predators*, 2009. Disponível em: <http://www.hedweb.com/abolitionist-project/reprogramming-predators.html>. Acesso em jun. 2015.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014 (1994).
- ROCKSTROM, J. ET AL. A safe operating space for humanity. *Nature* 461, 2009, p. 472-75.
- SCHWARTZMAN, P. D.; SCHWARTZMAN, D. W. *A Solar Transition is Possible*. London:

IPRD, 2011.

SOLOMON, S.; PLATTNER, G-K.; KNUTTI, R.; FRIEDLINGSTEIN, P. Irreversible Climate Change Due to Carbon Dioxide Emissions. *PNAS* 106 (6), p. 1704-9, 2009.

STEFFEN, W. ET AL. Planetary Boundaries: Guiding Human Development on a Changing Planet *Science* 347: 6223, 2015. Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/347/6223/1259855>. Acesso em jun. 2015.

STERN, N. The Economics of Climate Change: The Stern Review. London: *HM Treasury*, 2007. Disponível em: http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/destaques/sternreview_report_complete.pdf. Acesso em jun. 2015.

SWYNGEDOUW, E. Apocalypse Now! Fear and Doomsday Pleasures. *Capitalism, Nature, Socialism* 24 (1), p. 9-17, 2013.

ZIZEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. Trad. M. B. de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.

ZIZEK, S. *O espectro da ideologia*. In: S. ZIZEK (org.) Um mapa da ideologia. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

POSIÇÕES

**DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 AO CONSERVADORISMO DO
NOVO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO: QUAL O PAPEL DA
MÍDIA NO DEBATE POLÍTICO ATTUAL?**

PELO ESTADO: APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA

Marcio Rufino Silva

RESUMO: O texto a seguir, advindo em parte de uma experiência posterior ao depósito de minha tese de doutorado, expressa o constante apelo ao Estado e à sua figura no rol das cadeias sociais de equivalência. Trata-se de uma discussão a respeito das formas imanentes ao que denominamos “alienação política”, que se compõe, imediatamente, a outras formas reiteradas de alienação (do tempo, do espaço, do trabalho etc.). Além disso, apontamos para uma reflexão, cada vez mais urgente, a respeito da política institucionalizada e seus enteveros, principalmente no interior da formação social brasileira. Assim sendo, este é um texto que carrega o sentido de um tempo-espaço, em sua manifestação conjuntural (os dois anos das “jornadas de junho”, a estendida “crise política” de 2015 no Brasil) e seus condicionantes estruturais (as novas formas de uma economia mundializada e financeirizada e em prolongada crise há quase uma década). Abrem-se, assim, novas urgências quanto à dimensão da política e do político.

Antes de tudo, à parte das boas maneiras da escrita do universo acadêmico, permita-me, caro leitor, escrever este texto na primeira pessoa do singular. No entanto, a substituição do costumeiro “nós” pelo inusitado “eu” não exclui, de modo algum, a riqueza das experiências coletivas que, certamente, estão implicadas ao teor da narrativa que se segue.

O relato que faço a seguir se baseia em uma experiência advinda da defesa de minha Tese de Doutorado, em setembro de 2013, na Universidade de São Paulo. Antes de tudo, novamente peço licença ao leitor, desta vez para rerepresentar o propósito e o temário discutido na tese, já que neste mesmo espaço, no número anterior da Revista Continentes, foi feita essa mesma exposição. No entanto, conforme se verá, essa rerepresentação servirá para compor a narrativa implicada ao tema que desejo pôr em questão neste artigo. Ao debate, portanto.

A partir de uma discussão, já trazida de minha dissertação de mestrado, sobre fronteiras e territorialidades, veio uma inspiração para a pesquisa de doutorado. O recorte espacial de análise, nessa oportunidade, foi a Zona Oeste da metrópole

paulistana. Mais especificamente, a tese versou sobre a *Operação Urbana Consorciada Vila Sônia* (OUCVS), um conjunto de intervenções abrangendo partes consideráveis do território sob jurisdição da Subprefeitura do Butantã (SILVA, 2013). Note-se que o campus principal da USP localiza-se justamente nessa região. E, mais uma vez, certas infraestruturas de transporte justificavam as intervenções e constituíam o álibi para o aumento dos preços dos imóveis: o principal “indutor” para essa Operação Urbana seria a inauguração da Linha 4 do metrô paulistano, denotando, pela primeira vez, a extensão da rede metroviária para a Zona Oeste “além” rio Pinheiros. A região diretamente afetada por essa política, inscrita nos limites da Subprefeitura do Butantã, concentra considerável quantidade de moradias de classes médias e altas, além de institucionalidades públicas (como a USP, por exemplo) e privadas (como o Jockey Clube). Ao mesmo tempo, porém, concentra grande quantidade de moradias precárias (favelas, sobretudo) e populações empobrecidas.

Para desvendar as complexas tramas envolvidas na composição e repercussão da OUCVS, senti necessidade de recorrer, a exemplo de minha pesquisa de Mestrado, a um debate sobre a gênese do lugar. Porém, a pesquisa sobre essa gênese veio acompanhada da descoberta de um rico acervo documental, disponível especialmente nas teias da rede mundial de computadores, em vários sítios diferentes. Resultado: essa pesquisa transformou-se, a partir da leitura e análise desse acervo, na constituição de uma gênese da *propriedade* nas terras do Butantã, envolvendo sesmeiros, posseiros, grileiros e loteadores urbanos.

Traçamos, assim, uma tentativa de localizar o próprio estatuto da *propriedade*, no escopo de seus elementos formais e práticos, partindo de suas determinações presentes, resgatando suas condições pretéritas e retornando a essa concretude contemporânea, aquela do Butantã constituído como a “bola da vez” das grandes estratégias político-econômicas do Estado e dos promotores imobiliários. Essas eram as condições vigentes entre 2009 e 2012, sobretudo, naquele lugar da metrópole.

Outro produto de minha pesquisa de doutorado: considerações a respeito da política e do político, e seu constante *desnível* em relação ao econômico. A esse respeito, muita literatura marxista contemporânea aponta o atual movimento de *colonização* do político e da política pela dimensão do econômico. Desse modo, busco decifrar, em

minha tese, essa colonização a partir das próprias *contradições* próprias dessa relação e desse embate, vinculadas às *contradições* próprias do espaço.

Creio que será de grande valia reter-me um pouco mais neste ponto. No momento em que eu efetivava o depósito do texto final da Tese, no dia 6 de junho de 2013, estava acontecendo a primeira manifestação daquele ano organizada pelo *Movimento Passe Livre* (MPL) na cidade de São Paulo, contra o aumento do preço das passagens dos ônibus municipais. Exatamente uma semana depois, em 13 de junho, uma quinta-feira, aconteceria a manifestação mais duramente reprimida pelas forças policiais, sobretudo da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Naquele dia, um imenso aparato fechava o acesso dos manifestantes à Avenida Paulista, enquanto outras guarnições reprimiam duramente outros grupos de manifestantes que estavam na Rua da Consolação e na Rua Augusta. Foi uma violência tamanha por parte da polícia, atingindo inclusive jornalistas da assim chamada “grande mídia” (quem não se recorda do caso da repórter do “insuspeito”²² jornal *Folha de São Paulo* que recebeu uma bala de borracha próxima ao olho?²³), que a repercussão desses acontecimentos naquele final de semana foi alimentando um ambiente cada vez maior de mobilização. Nas assim chamadas “redes sociais”, virtuais ou físicas, grassavam moções de apoio aos manifestantes feridos e expressões de indignação quanto à violência e truculência da Polícia Militar paulista na repressão dos protestos daquele 13 de junho. Nos dias posteriores, sexta, sábado e domingo, quando já estava marcada a passeata de 17 de junho, importava cada vez menos o preço das passagens: era justamente contra a violência policial que se marcharia a partir daquela segunda-feira vindoura.

E foi exatamente isso que aconteceu. Não eram só os “20 centavos”, dizia o mote de muitos que acompanhavam aquela manifestação da segunda-feira. A princípio, como afirmei acima, era também contra a violência policial. Mas as demandas foram

²² Neste ponto, trata-se de uma ironia. Não é possível dissociar toda essa sorte de acontecimentos de suas representações decorrentes. Ou seja: que mídia é essa que, ao mesmo tempo que criminalizava, a princípio, as movimentações contra o aumento das passagens, passa a buscar formas múltiplas de cooptação desses movimentos para sustentar suas próprias bandeiras? Esse é um debate que este artigo buscará também levantar. E que, certamente, não se esgota nos limites desta exposição.

²³ Trata-se da repórter Giuliana Vallone, da TV Folha. Seu infortúnio ajudou a constituir um ambiente ainda mais carregado no tocante à defesa dos “profissionais de imprensa” que sofrem represálias quanto à cobertura de certos acontecimentos de teor político. Um fermento social e político para o dia 17 de junho.

crescendo, e novas lutas foram se agregando. Em São Paulo, nasciam as assim chamadas “jornadas de junho”. Em contextos diversos ou mais ou menos semelhantes, aquela seria a semana em que se consolidariam as grandes manifestações ocorridas em todo o país, em centenas de cidades, contra o aumento do preço das passagens, contra a violência policial e... contra a corrupção. *Contra a corrupção?*

Creio que muitos de nós devemos nos lembrar que houve um momento em que certas lutas e demandas advindas desses movimentos, inequivocamente vinculadas a lutas e demandas das *esquerdas*, na perspectiva dos espectros políticos, naquela semana entre 17 e 21 de junho de 2013 pareceram ser capturadas, processadas e prontamente ressignificadas por certos setores das *direitas*, ou simplesmente da *direita*. De repente, em manifestações ocorridas dias depois daquela fatídica semana, apareceram cartazes “exigindo” a redução da maioria penal, a derrubada de uma “tal” de PEC 37²⁴ e, algum tempo depois, até mesmo uma “intervenção militar constitucional”, sobretudo na cidade de São Paulo, de onde venho.

Aqueles momentos ainda são marcadamente misteriosos para muitos de nós. Ainda hoje, completados dois anos daquelas “jornadas”, buscamos compreender o seu sentido e, diante de seus desdobramentos, o sentido dos acontecimentos posteriores. Buscamos nos localizar diante de tantos significados políticos, sociais e econômicos levantados a partir dessas jornadas. Em outubro de 2014, logo após o término do segundo turno da polarizada eleição presidencial brasileira, por exemplo, o Prof. Paulo Arantes, da Universidade de São Paulo, afirmou em uma entrevista à *Folha de São Paulo* que teria surgido uma “nova direita” no Brasil após junho de 2013. Para o professor, seria uma direita “não convencional, que não está contemplada pelos esquemas tradicionais da política”. Além disso, afirmava que essa nova direita brasileira se equiparava às dinâmicas presentes nos Estados Unidos, onde a direita não estaria mais “interessada em constituir maiorias de governo”, e sim em “impedir que

²⁴ Projeto de Emenda Constitucional nº 37, proposto inicialmente em 2011, que tornava exclusivo à Polícia Federal e às Polícias Cíveis o curso de investigações criminais, retirando essa prerrogativa do Ministério Público, por exemplo. Tal campanha contra a PEC 37, levantada e incentivada nos editoriais e chamadas da “grande mídia” (referido neste artigo como o conjunto liderado pelos maiores grupos de mídia do Brasil, a saber: Rede Globo, Editora Abril, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo) obteve grande êxito, com a reprovação sumária da PEC na Câmara dos Deputados, em 25 de junho de 2013. Seria essa uma primeira vitória desses grandes grupos de mídia, no tocante às suas próprias bandeiras levantadas no calor das “jornadas de junho”?

aconteçam governos”. Essa direita, continua, “não quer constituir políticas no Legislativo e ignora o voto do eleitor médio. Ela não precisa de voto porque está sendo financiada diretamente pelas grandes corporações”, completou. Por essa razão, e considero que esse seja o ponto mais importante de sua fala, essa direita pode “se dar ao luxo de ter posições nítidas e inegociáveis. E partem para cima, tornando impossível qualquer mudança de status quo”. Enquanto isso, a esquerda, tornada refém desse novo momento, não poderia agir desse modo porque tem que governar, “constituir maiorias, transigir, negociar, transformar tudo em um mingau”.²⁵

E, por falar em mingau, vamos retornar à Tese. Naquele momento, comecei a perceber que certas considerações que eu havia feito tanto em relação à política quanto à economia já estavam começando a ter a sua data. Ou seja: parece que o texto envelheceu muito rápido, antes mesmo de minha defesa! Na tese, há que se reconhecer, estava tratando de uma situação na qual vigia uma sorte de conflitos, de onde emergiam cruamente as contradições do real. No entanto, parecia que o campo da política institucional, instrumentalizada pela força e pela presença do Estado em seus mais variados níveis e extensões, compunham uma *média*, ou seja, uma medida que potencialmente perduraria *ad infinitum* e cada vez mais dificilmente seria questionada ao nível da prática social. Em outras palavras: o *cotidiano*, em seu sentido mais lefebvreano, aquele do campo da *reprodução das relações de produção*, se encarregava de constituir perpetuamente a obra do Estado. O Estado se impunha no início, no meio e no fim daquelas movimentações, daqueles moradores que reivindicavam “participar” dos rumos da formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, conforme os dizeres do Estatuto da Cidade, tão mencionados nas reuniões dos movimentos de moradores.

E, de que modo, afinal, o Estado parecia se impor naquele momento? Simplesmente pelo constante aceno às próprias figuras institucionalizadas, em suas formas e conteúdos, no contexto de uma exigência do cumprimento efetivo e da realização da figura do *Estado Democrático de Direito*. Era o *contrato* o que se exigia e o que se pregava: um *contrato social*, de fato. A efetivação da igualdade, da liberdade e da

²⁵ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml>. Acesso em: 29 jun. 2015.

justiça por intermédio da participação popular. Era a busca pela *democracia*, por intermédio das instâncias *políticas e jurídicas*.

Para compreender melhor o contexto dessa fala e os seus desdobramentos, explico melhor o encadeamento do problema. Entre o 2005 e 2012, ou seja, um período de sete anos, o projeto dessa Operação Urbana, objeto de minha tese, esteve pairando em inúmeras manifestações: ora como intencionalidade (advinda do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, vigente a partir de 2002), ora como projeto urbanístico (sobretudo a partir de 2005), ora como projeto de lei, já pronto para execução (sobretudo a partir de 2007). Em todos esses sete anos, foram inúmeras as solicitações dos moradores, que se reuniram em torno de associações e entidades já existentes no Butantã (como a *Rede Butantã*, por exemplo, a partir de 2009) e também em movimentos que surgiram depois desses momentos mais críticos (*União Butantã*, em 2006, *Butantã Pode!*, em 2009 etc.). Destaque-se também o envolvimento de entidades de envergadura mais ampliada, com escalas afeitas à totalidade do município e também a outros municípios, como o *Movimento Defenda São Paulo*, a partir de 2007/2008.

Esses momentos de maior embate dos movimentos, entidades e associações contra as ações reconhecidamente autoritárias, ardilosas e pouco transparentes por parte da Prefeitura do Município de São Paulo e seus órgãos e autarquias foram as causas mais importantes para o protelamento da execução dessa Operação Urbana. O ponto culminante de tudo isso se deu no ano de 2012, quando finalmente todo o projeto foi embargado na justiça e, para completar, houve a sucessão de governo no Executivo Municipal.²⁶ Além disso e, também, por causa disso, a partir do início de 2013, o

²⁶ Trata-se da passagem da gestão chefiada por Gilberto Kassab (2006-2012), aliado histórico de Paulo Maluf (prefeito entre 1993 e 1996), secretário da gestão Celso Pitta (1997-2000), vice-prefeito de José Serra (2005-2006), todos ferrenhos adversários políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), para a gestão chefiada por Fernando Haddad (2013-...). O mais interessante foi notar que Gilberto Kassab, retirando-se do Democratas (DEM) e sendo um dos fundadores do novo Partido Social Democrático (PSD), em 2011, passou a constituir, automaticamente, a base aliada do Executivo Federal, comandada pela então e atual presidenta Dilma Rousseff (PT). A partir de janeiro de 2015, cabe lembrar, assume a pasta do Ministério das Cidades, após um largo histórico de repressão a movimentos pela moradia e denúncias de envolvimento com esquemas de corrupção no tocante a empreiteiras e incorporadoras na cidade de São Paulo durante sua longa gestão. O que é a política institucionalizada...

contexto seria o de elaboração de um novo Plano Diretor, no qual já não caberia mais tratar daquela já falecida Operação Urbana Consorciada Vila Sônia.²⁷

Naquele momento, chamou a atenção a publicação de mais um desses editoriais que aparecem sem assinatura em veículos da “grande mídia” (desta vez, no jornal *O Estado de São Paulo*), em 31/12/2012. O texto afirmava que o adiamento “por tempo indeterminado” de licitação de “15 obras viárias importantes destinadas a melhorar o transporte público na capital”, o que incluía a construção de um Terminal Rodoviário da Vila Sônia (um outro quiproquó nos estertores da morte da OUCVS), seria “mais um caso de judicialização da administração pública”, com a participação do Ministério Público Estadual. Citando a insatisfação e a não-concordância exposta por moradores das imediações desse terminal rodoviário, inclusive devido à subutilização dos terminais rodoviários já existentes, o editorial afirma que “não parece razoável que a Prefeitura tenha cometido um erro tão grosseiro na avaliação da capacidade dos terminais, em especial o do Tietê”. Adiantado o raciocínio, o texto afirma que “fala-se muito em participação popular”, que “virou moda” e que “até agora não se determinou com precisão como ela deve se dar na prática”. Põe em dúvida se seria preciso ouvir associações de moradores e se estas de fato representariam “a maioria”, além de questionar: “se prefeito e vereadores foram eleitos para governar e legislar, por que essas consultas, esses plebiscitos?” Encerra a nota remetendo a outro artigo, onde estaria asseverado que “o povo elege o governante e o governante governa”, e que “se governa mal, o povo, em eleições democráticas periódicas, removerá [...] o governante que lhe desagrade”, já que o Poder Judiciário não poderia “servir de trampolim para o exercício arbitrário e ilegítimo do poder político por quem não foi eleito”.²⁸

Nesta altura, uma questão que se coloca para todos nós, sobretudo após constatarmos as tentativas da assim chamada “sociedade civil” em participar dos rumos de sua cidade, questionando a OUCVS e seus projetos corolários, bem como até mesmo

²⁷ O novo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei nº 16.050/14) foi sancionado em julho de 2014. Propôs-se a ser um plano elaborado com um “inédito processo participativo”, exatamente para se contrapor às truculentas propostas levantadas pela gestão anterior, de Gilberto Kassab. Mais uma vez, o que é a política institucionalizada...

²⁸ Fonte: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral/judicializacao-da-administracao-imp-979176>. Acesso em 29 jun. 2015.

formas de constituir associações, organizações ou entidades que, de algum modo, pudessem “empoderar” esses cidadãos, seria “por que a insistência em formas tão autoritárias, por parte desse Estado, de fazer política”? É uma questão um tanto quanto complexa, ampla, e que conduziria a raízes muito mais profundas no campo da Filosofia Política ou ainda da própria Ciência Política, quando se questiona ou se problematiza a representação, a constituição do Estado, uma Teoria do Estado e do Direito etc. Enfim, são inúmeras áreas do conhecimento que se debruçam há tempos sobre esses princípios do poder público e da administração pública no contexto moderno.

No entanto, não pretendo apontar respostas definitivas, e sim outros questionamentos a respeito dessas formas. Ou, talvez, algumas hipóteses. O trabalho de Thamy Pogrebinschi, por exemplo, disserta a respeito do conteúdo eminentemente político da obra de Karl Marx, numa rara concepção refutadora do pretense “corte epistemológico” entre o “jovem” e o “maduro” Marx, ou ainda entre o Marx “filósofo”, o Marx “político” e o Marx “economista”. Ao que parece, a unidade da obra de Marx é restituída no texto da Thamy, exatamente de modo a potencializar a compreensão dos termos do “enigma do político” no interior da obra do autor. Apresentando seu texto, Pogrebinschi afirma que:

Este livro busca fazer da crítica marxiana da política uma afirmação da essência do político. Denominarei essa tarefa projeto dialético de negação criadora. Isso consiste, de certo modo, em submeter a obra de Marx ao princípio hegeliano da negação. Assim como a filosofia só poderia ser realizada pela negação da filosofia, a política só pode ser compreendida – e realizada – pela negação da política. Chamarei, portanto, de “o político” a negação marxiana da política. Ao promover um *Aufhebung* [conservação e supressão] do pensamento de Marx, busco perguntar: no processo da negação da negação, o que se afirma? Ao transcender-se a política, quais conteúdos são preservados que possibilitam pensar o político? Como o político pode constituir-se em uma unidade de opostos, a partir da política? (2009: 19-20)

Assim, pensar a política, entranhada ainda aos ditames da modernidade, incluiria necessariamente o seu vir-a-ser, pela sua supressão, rumo ao político. Deste modo, não pareceria a Marx ser suficiente “conquistar o poder”, já que “derrubar o governo”, sobretudo após sua experiência analítica em relação à Comuna de Paris de 1871 se diferenciaria de “derrubar o Estado”, esta última acepção tornada mais potente no pensamento político marxiano. Como se realizaria esse projeto? Pogrebinschi já o

revela desde o início: seria o *desvanecimento* do Estado, ou seja, a superação da separação moderna entre a “força social de si” dos homens (da “sociedade civil”, digamos assim) e o “poder político”, essa figura tornada abstrata e erigida acima de toda a sociedade. Deste modo, “é essa unidade entre o homem e o social que o político – e não a política – expressa” (2009: 32).

Como se daria, então, esse desvanecimento do Estado? Em seu texto se aponta que o Estado seria abolido “na medida em que e uma vez que o Estado abole a si mesmo”, já que “a contradição que define o Estado em oposição à sociedade civil é o fundamento de sua própria abolição” e que “o Estado moderno consolida-se por meio daquela contradição e erige-se sobre esse fundamento, de modo que o desvanecimento é seu destino inexorável” (2009: 48-49). E um debate derivado dessa concepção adviria de uma das críticas de Marx a Bakunin, onde o primeiro assevera que “o fim do Estado não pode ser imediato e não pode, sobretudo, ser desvinculado de condicionantes econômicos e sociais”, já que “seria leviano fazer como os anarquistas e defender pura e simplesmente o fim do Estado, sem que essa postulação estivesse associada a outros movimentos históricos”, a saber, “o fim da divisão do trabalho e a eliminação da propriedade privada”.

Assim, no pensamento marxiano, conforme exposto por Pogrebinschi, “a abolição do Estado não deveria ser a primeira palavra da revolução, mas a última” e “o Estado não precisa ser abolido para que então a revolução seja feita, mas a própria revolução tem como fim – tanto no sentido de finalidade como no sentido de estágio final – a abolição do Estado”, visto que “a revolução acontece para que o Estado seja abolido, pois só assim a divisão do trabalho, a dominação de classe e a propriedade privada serão também abolidas” (2009: 81).

Nessa perspectiva, o caminho para a revolução, na perspectiva apontada por Marx em inúmeras de suas obras, não seria imediato e sequer apreensível por intermédio de

“Qual a relação entre as “jornadas de junho” e a dura realidade expressa no caráter ainda mais conservador e fisiológico do novo Congresso Nacional brasileiro, eleito em 2014? Qual o poder das mídias, especialmente, a “grande mídia”, em todo esse embate político que vivemos desde então?”

uma ação destituída da materialidade das relações sociais, do dado e do estabelecido, bem como de suas virtualidades no próprio campo do político. Neste ponto, Henri Lefebvre (1975) nos adverte a respeito do contexto no qual viveu o próprio homem Karl Marx, já que sua “obra e pensamento” não poderiam jamais “separar-se da sua ação, das suas lutas, das polémicas que sustentou contra os ‘ideólogos’ do seu tempo” (1975: 99), considerando ainda que:

A vida tempestuosa de Marx, revolucionário perseguido, escorraçado de sua pátria, condenado ao exílio, permitiu-lhe confrontar todas as ideias de uma época de profunda fermentação teórica, social e política. Foi assim que pôde compreender e fundir num só corpo de doutrina o materialismo francês do século 18, a tradição francesa de pensamento racional e o socialismo francês do século 19, com a filosofia alemã no seu apogeu (hegelianismo) e a economia política inglesa ‘clássica’.” (1975: 101)

Nada de separações ou “cortes epistemológicos”: o marxismo, ou melhor, o materialismo dialético, nada mais seria senão, segundo Henri Lefebvre, uma “concepção de mundo”, assim como a outras duas grandes concepções de mundo, a “cristã” e a “individual”. No campo metodológico, o *materialismo dialético* consistiria em “adotar de modo coerente o *método dialético*”. Esse *método*, segundo Lefebvre, consiste no estudo de “uma realidade objetiva determinada, [analisando] os aspectos e os elementos contraditórios dessa realidade”, distinguindo-se tais aspectos ou elementos, “sem negligenciar seus liames, sem esquecer que se tratava de uma única realidade”; em seguida, refaz-se a sua *unidade*, isto é, “no conjunto de seu movimento” (2009: 30). Essas considerações remetem a um debate que busquei desenvolver logo no início de minha tese, onde considerei o *movimento* implicando o *entrelaçamento dos espaços sociais*, reconhecendo a própria *negatividade* e a *contradição* como *motores* do desenvolvimento das forças produtivas, bem como do sentido mesmo do *político*.

Recapitulando: o político, o movimento, o materialismo dialético e a práxis. Em carta escrita a W. Bracke, em maio de 1875, Marx afirma que “cada passo de movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas” (2012: 20). Na sua *Crítica do Programa de Gotha*, texto que reunia “um conjunto de notas de Marx ao texto do projeto de unificação dos partidos socialistas alemães numa única agremiação operária”, onde o autor “denuncia um recuo liberal na plataforma, que seria

apresentada naquele mesmo mês e ano na cidade [alemã] de Gotha, e a submissão dos socialistas revolucionários aos ‘revisonistas’ lassallianos”,²⁹ consta que:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então *o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: ‘De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!’.*” (MARX, 2012: 31-32)

Além disso, afirma que “o socialismo vulgar” herdara da “economia burguesa” o procedimento de “considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção”, o que teria como consequência a exposição “do socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição” (2012: 33). O que dizer, então a partir desse “enigma” observado e exposto por Pogrebinschi? Como se daria essa passagem da *política* ao *político*, a partir do *desvanecimento do Estado*? Como se

²⁹ Nota da Editora. In: MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**, 2012, p. 7. Vale a pena, ainda, a leitura desse trecho de Lefebvre, a respeito da matéria. “Também se poderia dizer que Marx e Engels lutaram em duas frentes: contra um certo ‘esquerdismo’ (que negava as nações, os problemas nacionais, as questões relativas à independência dos povos e a seu direito de dispor de si mesmos); contra um certo ‘desvio de direita’, que aceitava a limitação nacional, com seus representantes elevando sua própria nação acima das outras, como bandeira ou modelo. [...] Por outro lado, ao tempo de Marx, essas tendências não têm a nitidez que assumirão ou parecerão assumir mais tarde. [Ferdinand] Lassalle [1825-1864], esquerdista em certo sentido (a ‘lei de bronze’), também é nacionalista alemão e estadista inveterado. Quanto aos direitistas partidários de Proudhon, eles estendem ao conjunto dos países capitalistas sua tese (sobre o papel das cooperativas, dos bancos populares etc.) e não aceitam as particularidades nacionais. Ao tempo da Primeira Internacional, o reformismo adotava uma atitude filosófica mais oposta ao nacionalismo, e o extremismo tendia a aceitar a noção de Estado como dado fundamental da política. O que não simplifica o problema. Será que descobriremos uma resposta nas *Notas marginais ao programa de Gotha*, último grande escrito político de Marx, posterior de quase trinta anos ao *Manifesto Comunista*, e que não era destinado à publicação? O movimento torna-se partido; traz em si as promessas e esperanças da revolução; pretende inspirar-se em Marx; e Marx, ainda vivo, embora já esgotado pela doença, deve afastar-se deste programa. Ele faz uma advertência privada, logo solene, aos dirigentes: seu programa não está à altura da teoria; sua ação não está ao nível da ciência; sua prática política se compõe de compromissos. Sobre que assunto se estabelece o litígio? Sobre o Estado, sobre o conceito do Estado, ligado à nacionalidade e à realidade nacional. Contra quem Marx luta? Contra o espectro de Lassalle, morto há dez anos, e que continua presente no ‘movimento’. Existe um ‘lassallismo’, bastante diverso do ‘marxismo’, e que na prática política, ganha para os conceitos elaborados por Marx. Lassalle jamais pôde elevar-se ao nível dos conceitos. Ele não *sabia* o que é o salário – ou o que é o Estado. Ele confiava em sua imaginação, em seus sentimentos, em suas impressões. Mesclava uma fraseologia radical com um empirismo político, aceitando os quadros existentes da sociedade, do Estado e mesmo do govêrno. Mais demagogo do que revolucionário, malgrado suas qualidades, desde as origens do movimento ele conseguiu arrastá-lo para um caminho desastroso”. LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**, 1969, pp. 130-131.

superaria, nas palavras de Marx, o “estreito horizonte jurídico burguês”, em direção a uma sociedade comunista, onde a produção e a reprodução não estariam mais aliadas aos ditames da economia política, na perspectiva da valorização do valor?

Voltando àquele editorial de jornal, que reduzia drasticamente a dimensão do político a um mero referendar eleitoral, quando assume os discursos do Executivo Municipal nesses sete longos anos quanto à OUCVS e a sua pretensa “legitimidade” de “governar”, plagia o discurso da Prefeitura e instaura um pensamento legitimamente autoritário. No entanto, no tocante aos movimentos observados na Tese, em todos os momentos em que apareceu o componente da “participação popular”, havia um sentido de *legitimidade* das demandas que eram levantadas e das reivindicações quanto ao “empoderamento” da sociedade civil (organizada ou não, como se disse em algumas das reuniões) que parece pouco questionável. Os discursos que referendavam a necessidade de se superar a “democracia representativa” e se caminhar em direção à “democracia participativa” pareciam comportar, *à primeira vista*, exatamente esses pressupostos quanto à possibilidade de se constituir uma *democracia direta* (como se disse expressamente em algumas reuniões) e, indo muito longe, ao *desvanecimento do Estado*.

No entanto, cabe aqui outro questionamento: todo esse leque de movimentos, entidades, associações e organizações, tanto no Distrito Raposo Tavares quanto no Butantã, Vila Sônia e Morumbi, que compôs o mosaico exposto na tese, será que alguns deles caminhariam *efetivamente* em direção ao desvanecimento do Estado? Caminhariam em direção a uma sociedade *comunista*, nos termos indicados por Marx, desde seus escritos da década de 1840 até este, de 1875, onde o “maduro” Marx ainda se referia a uma “futura” comunidade?

Afinal, seria este o objetivo desses movimentos sociais de bairro, associações, entidades etc.? Ou ainda, quais as efetivas possibilidades e impossibilidades que se colocam até mesmo para as reivindicações mais “imediatas” (garantir a “qualidade de vida”, controlar o adensamento, integrar os planos de mobilidade urbana à questão da moradia e do desenvolvimento local, preservar o meio-ambiente etc.), quando o horizonte dessas reivindicações parece, *à segunda vista*, não conduzirem ao desvanecimento do Estado, e sim ao *reforço* do Estado, como figura que se erige acima da vida social, e que assegura exatamente as condições de *reprodução das relações de*

produção? Assim, permanecer na lógica do valor, restituir continuamente a equivalência, “disciplinar” e “humanizar” o capital, não seriam formas de adiar a explosão da crise, atirá-la ao horizonte mais e mais crítico da super-exploração da mais-valia?

Tratamos de possível-impossível, do campo cego,³⁰ da forma urbana como expressão dessa unidade de contraditórios, da negatividade em ato e, francamente incluído neste debate, ainda que de modo embrionário ou muitas vezes latente no percurso deste texto: a materialidade das relações de produção, conforme se manifesta na vida cotidiana de paulistanos e... brasileiros. Em minha tese, inclusive, ensaio fazer um tratamento a respeito da *formação social brasileira*. Porém, dados os limites deste artigo, esse debate ficará para outra oportunidade.

Para encerrar, gostaria de fazer um apontamento de um interessante texto do filósofo esloveno Slavoj Žižek, cuja tradução para o português foi publicada em 2011, com o título de “Primeiro como tragédia, depois como farsa”. Trata-se de um texto de caráter talvez ensaístico, com toda a liberdade que esse tipo de escrito pode proporcionar. Além de tudo, chama a atenção a inquietante contemporaneidade do livro, numa tentativa de atualizar, inclusive, o que se aponta como a “hipótese comunista”. Assim, o próprio autor define essa hipótese:

Este livro toma a crise em curso como ponto de partida e passa gradualmente para “assuntos correlatos” com o objetivo de revelar suas contradições e consequências. [...] O que este livro oferece não é uma análise neutra, mas sim engajada e extremamente “parcial” – pois *a verdade é parcial*, só acessível quando se adota um dos lados, mas nem por isso

³⁰ “Entre os campos, que não são aprazíveis, mas campos de forças e de conflitos, existem *campos cegos*. Não somente obscuros, incertos, mal explorados, mas cegos no sentido em que há, na retina, um ponto cego, centro da visão e, contudo, sua negação. paradoxos. O olho não vê. Ele necessita de um espelho. O ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego. Esses paradoxos não se estendem ao pensamento, à consciência, ao conhecimento? Assim, ontem, entre o rural e o industrial; hoje, entre o industrial e o urbano, não existe *campo* que não se vê? Em que consiste tal cegueira? No fato de olharmos atentamente o campo novo – o urbano -, vendo-o, porém, com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado no curso desse período industrial, logo, *redutor* da realidade em formação. Desde então, não vemos essa realidade. Opomo-nos a ela, a afastamos, a combatemos; impedimo-la de nascer e de se desenvolver. [...] Campos cegos? Não se trata de uma imagem literária, nem de uma metáfora, apesar do paradoxo da união entre um termo subjetivo, ‘cego’, e um termo objetivo, o ‘campo’ (o qual, ademais, só se imagina iluminado). Trata-se de uma noção que se encontra ou reencontra por vários caminhos, que emerge ao mesmo tempo *filosófica e cientificamente*, isto é, na análise dita filosófica e no conhecimento. Não se trata mais da distinção trivial entre o que fica na sombra e o que é iluminado, mesmo se acrescentarmos que a ‘iluminação’ intelectual tem limites, afasta ou menospreza isto ou aquilo, projeta-se aqui e não ali, põe aquilo entre parênteses e isto em evidência. E isso não é tudo: há o que não se sabe e o que não se pode elucidar”. LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**, 2008, pp. 35-37.

menos universal. O lado que se adota aqui, claro, é o do comunismo. [...] A única maneira de compreender a verdadeira novidade do novo é analisar o mundo pela lente do que era “eterno” no velho. Se o comunismo é mesmo uma ideia “eterna”, então serve de “universalidade concreta” hegeliana: é eterna não no sentido de uma série de características universais e abstratas que podem ser aplicadas em toda parte, mas no sentido de que deve ser reinventada a cada nova situação histórica.” (2011:18-19)

Quanto ao envelhecimento do meu texto, assim que eu o depositei, tal fato certamente decorre das condições contemporâneas, sobre as quais, mais uma vez, posso deixar para Zizek a sua problematização:

“Como, então, revolucionaremos uma ordem cujo próprio princípio é a autorrevolução constante? Mais do que solução para os problemas que enfrentamos hoje, o comunismo é, em si, o nome do problema: o nome da difícil tarefa de romper os limites da estrutura de mercado e Estado, tarefa para a qual não há fórmula fácil à mão. [...] Minha sugestão é antes a seguinte: e se o capitalismo global de hoje, precisamente na medida em que é “sem mundo” e envolve uma ruptura constante de toda ordem fixa, abrir espaço para uma revolução que rompa o círculo vicioso de revolta e reinscrição – em outras palavras, não siga o padrão da explosão eventual seguida do retorno à normalidade – e assuma a tarefa de um *novo “ordenamento” contra a desordem capitalista global*? Da revolta, passaremos desavergonhadamente para a imposição de uma nova ordem. (Essa não é uma das lições da crise financeira atual?) É por isso que o foco no capitalismo é fundamental se quisermos realizar a ideia comunista: o capitalismo “sem mundo” contemporâneo muda radicalmente as coordenadas da luta comunista – o inimigo não é mais o Estado a ser solapado a partir de seu ponto de torção sintomal, mas o fluxo de autorrevolução permanente.” (2011: 111)

Desse modo, como poderíamos nos posicionar, diante dessas circunstâncias e dentro desse momento tão crítico em que vivemos? Quais os desdobramentos necessários a essas formas reiteradas de alienação, seja no tempo, seja no espaço, seja na dimensão do trabalho, seja na dimensão da política...?

Por exemplo, esse é um ponto que ainda precisa ser muito discutido: qual a relação entre as “jornadas de junho” e a dura realidade expressa no caráter ainda mais conservador e fisiológico do novo Congresso Nacional brasileiro, eleito em 2014? Qual o poder das mídias, especialmente, a “grande mídia”, em todo esse embate político que vivemos desde então? De que modo outras categorias de alienação, ancoradas na junção entre um fundamentalismo de mercado e um fundamentalismo religioso, podem ser vislumbradas e servem para compreender o caráter desses embates, no campo da política institucionalizada brasileira?

Essas perguntas dizem respeito a um momento cada vez mais crítico (e mais confuso) no tocante aos acontecimentos contemporâneos, confusamente percebido, nos dizeres de Milton Santos: haveria, no Brasil atual, uma aliança (cada vez mais explícita) entre essa “grande mídia”, amplos setores do judiciário e do legislativo federal para uma recomposição ou reaglutinamento dos pactos e acordos desse fundamentalismo de mercado? As perspectivas neoliberais, que nunca saíram de cena, nem mesmo no contexto da crise de seus pressupostos, não estariam à busca de condições mais favoráveis em se realizar, nos estertores dessa reprodução crítica, amplificada por meio do expediente da “acumulação por despossessão”, conforme conceituação de David Harvey?

Para colocar um pouco mais de pimenta na discussão, arrisco-me a asseverar o recado publicado pela página “Carta Maior”, em duríssimo editorial de 28 de junho de 2015, assinado por Joaquim Palhares: “Golpe: a derrubada em marcha”.³¹ Trocando em miúdos: o autor simplesmente coloca a gravidade da situação atual em termos de uma iminente (provável ou possível?) ruptura institucional. Viveremos para ver novamente esse filme?

Fica aberto, portanto, o debate. E fiquemos de olhos bem abertos!

³¹ Fonte: <http://cartamaior.com.br/?/Editorial/Golpe-a-derrubada-em-marcha/33845>. Um trecho do contundente artigo. “Os fatos caminham à frente das ideias: a história apertou o passo. A dinâmica política assumiu a vertiginosa transparência de um confronto em campo aberto no país. Trata-se de escolher um dos lados e tomar posição para o combate. Este que já começou e avança de forma acelerada. É o seu desfecho que decidirá o aluvião das pendências, críticas, autocríticas, repactuações, concessões e escolhas estratégicas que vão modelar o passo seguinte do desenvolvimento brasileiro. De um modo direto: o desfecho desse confronto vertiginoso reflete uma correlação de forças que se esgarçou e caminha para um novo ponto de coagulação na forma de um outro arranjo de poder. Qual será esse ponto? Depende do discernimento histórico, do sentido de urgência e da capacidade de articulação das forças progressistas nessa hora decisiva. Estamos em meio a um processo de derrubada do governo democraticamente eleito da Presidenta da República, Dilma Rousseff. Dê-se a isso o nome que se quiser. [...] Exortamos os intelectuais a irem além do debate convencional. Estamos propondo a incômoda operação de concretizar o geral no particular. Trata-se de uma exortação à Universidade pública, para que ela volte a ser um ator do desenvolvimento. E não apenas um cronista da crise. Ou um coadjuvante do mercado. Não basta mais produzir manifestos contra os golpistas. É preciso afrontar o projeto de país embutido no golpe com um outro projeto. E, sobretudo, com um outro método de escrutiná-lo.” Creio que este trecho já é mais que suficiente para compreendermos o estatuto da discussão. Aliás, somente uma discussão? *Não seria uma urgência dos tempos?*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1975.

MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POGREBINSCHI, Thamy. *O enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Marcio Rufino. *A reprodução do urbano nas tramas da metrópole: Operação Urbana Consorciada Vila Sônia*. 2013. 455 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ZIZEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

RELATOS DE PESQUISA

NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE RESENDE – RJ

Thamires Lacerda Chaves Bispo¹

Raiza Carolina Diniz Silva²

121

121

Resumo: O presente texto analisa as novas formas de produção do espaço e de ocupação do solo urbano no município de Resende (RJ). Na primeira parte, apresentamo-la como uma cidade média de extrema importância para sua microrregião, o Vale do Paraíba. Em seguida, em função do crescimento e do espraiamento do tecido urbano, constatamos o surgimento de novas centralidades, tal como o novo sub-centro denominado Grande Alegria. Resgata-se aqui desde sua formação, cujo intuito era criar um bairro popular com conjuntos habitacionais, até o momento atual, caracterizado pela produção de condomínios fechados. Conclui-se que eles são responsáveis por segregar e engendrar descontinuidades espaciais.

Palavras-chave: espaço urbano; cidades médias; espraiamento urbano; segregação sócio-espacial; Resende (RJ).

NEW FORMS OF URBAN SPACE PRODUCTION: SOCIO-SPATIAL SEGREGATION IN THE MUNICIPALITY OF RESENDE – RJ

Abstract: The study aims to analyze the new forms of production and occupation of urban land in the city of Resende, in the state of Rio de Janeiro. The first section introduces Resende as a medium-size city of utmost importance to its micro region, the Vale do Paraíba region. In the next section, the work focus on new centralities, as for the growth and sprawling of this city. In light of the emergence of a new sub-center, Grande Alegria, new spatial dynamics are responsible for producing this space. The paper presents the region of Grande Alegria since the beginning of its formation, which has arisen with the main goal of creating a popular housing neighborhood, until the current form of spatial production, such as condos, which segregate and create spatial discontinuities.

Keywords: Medium-size City, Urban Sprawling, Socio-spatial Segregation

**NOUVELLES FORMES DE PRODUCTION DE L'ESPACE URBAIN:
SÉGRÉGATION SOCIO-SPATIAL DANS LA MUNICIPALITÉ DE RESENDE
(RJ)**

Résumé: Cet article analyse les nouvelles formes de production de l'espace et d'occupation du sol urbain dans la municipalité de Resende (RJ). Dans la première partie, on la présente dans la condition d'une ville moyenne d'énorme importance pour la microrégion appelée Vale do Paraíba. A la suite, en fonction de la croissance et de l'élargissement du tissu urbain, on observe l'apparition des nouvelles centralités tels que le sous-centre nommé Grande Alegria. On reprend dès sa formation initiale, dont le but était la création d'un quartier populaire, jusqu'à l'actualité, caractérisée par la production des condominiums résidentiels fermés. Notre conclusion c'est qu'ils sont responsables pour la ségrégation et pour la création des discontinuités spatiales.

Mots-clés: l'espace urbain; villes moyennes; l'élargissement urbain; ségrégation socio-spatial ; Resende (RJ).

Introdução

O trabalho faz um recorte sobre a região da Grande Alegria que se situa na porção oeste do município de Resende, no Estado do Rio de Janeiro. Resende é uma cidade média, pois ocupa um posicionamento intermédio entre duas grandes cidades, Rio de Janeiro e São Paulo. Está às margens da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, na microrregião do Vale do Paraíba, no Sul do Estado. Vale ressaltar a raiz do conceito de cidade média, no qual Resende está inserida. Uma cidade com uma condição intermediária, uma polarização urbana que desempenha um papel de equilíbrio do sistema urbano, face à tendência hegemônica do crescimento das grandes metrópoles (SPOSITO, 2013), diferente do que o termo nos evoca a pensar sobre cidade média, como uma cidade de porte médio. E é a partir desse conceito que o trabalho parte analisando as produções espaciais urbanas em uma cidade média.

Porém, apesar de considerarmos que uma cidade média possui suas especificidades (SPOSITO, 2001; SOARES, 2007; FRANÇA, 2007), vimos que Resende possui similaridades com o desenvolvimento urbano de grandes metrópoles, nos levando a acreditar que as cidades médias podem acompanhar o movimento geral das dinâmicas de grandes cidades do país.

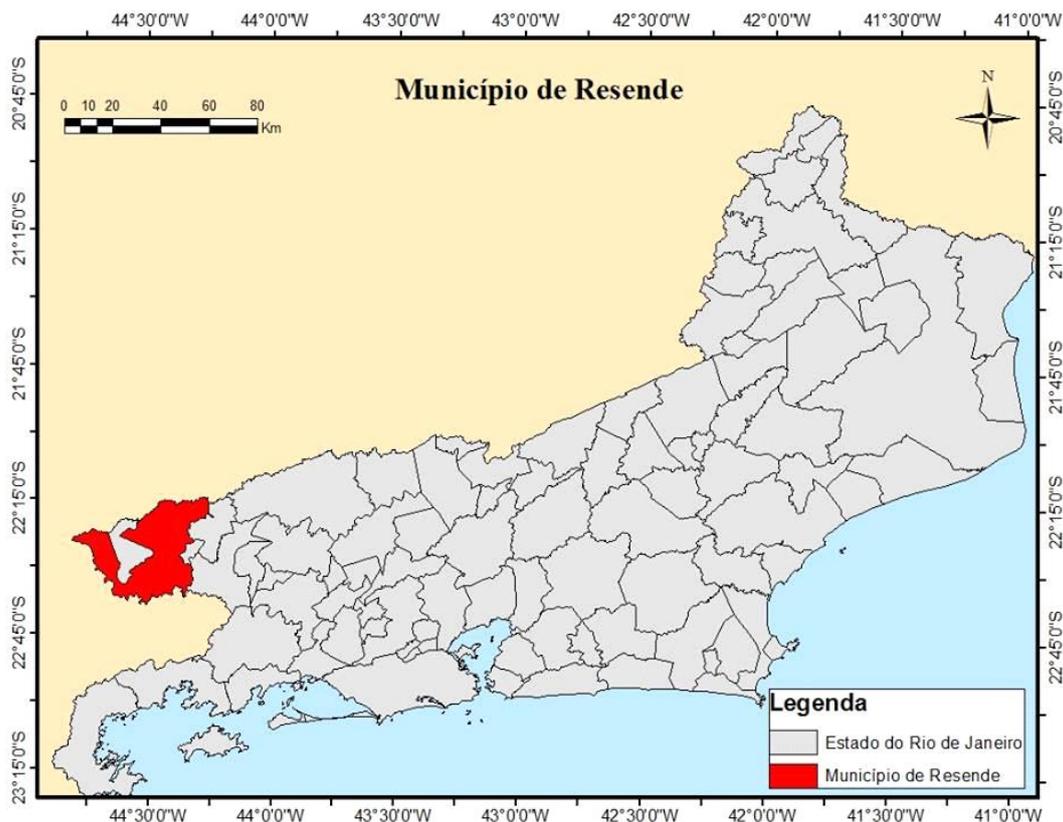


Figura 1: Localização geográfica do município de Resende. Cidade entre o limite Rio-São Paulo.
 Fonte:Elaborado pelas autoras

O município de Resende começou a crescer relativamente há pouco tempo, no começo da década de 90, com a chegada de indústrias, resultado da desconcentração industrial ocorrida nas grandes metrópoles. A sua localização favoreceu a concentração industrial por estar tão próximo de um eixo viário entre Rio-São Paulo. A chegada das indústrias começou a dinamizar a cidade e criar uma rede de fluxos econômicos que parte dessas cidades médias, como é o caso de Resende, para serem processados, sintetizados e respondidos pela metrópole (MELAZZO, 2012). Todo esse processo de desconcentração industrial, que teve seu auge nos anos 90, proporcionou mudanças no espaço ao redor das indústrias. No entanto, hoje o que se observa em Resende é uma cidade que se encaixou no modelo contemporâneo de cidade, independente dos resultados da indústria, e sofreu uma reestruturação econômica baseada em serviços e mercado imobiliário e desempenha papel fundamental dentro da sua microrregião.

O Surgimento de um sub-centro - Cidade Alegria

Buscamos entender o processo de transformação territorial de Resende a partir de sua expansão urbana, e principalmente compreender como as políticas de desenvolvimento econômica industrial intensificaram vetores de expansão e com isso evidenciaram práticas sócio espaciais de segregação. Essas políticas são impulsionadas a partir da década de 1950 e intensificadas a partir da década de 1990, com a instalação das cadeias produtivas metalmecânica e siderúrgica, e o processo de urbanização de Resende.

O processo recente de desenvolvimento urbano capitalista de Resende foi responsável pela ocupação urbana desigual principalmente para região oeste da cidade, na área conhecida como Grande Alegria. Essas práticas urbanas nos revelam a fase perversa no seio do desenvolvimento capitalista, a profunda desigualdade social nas cidades.

Com as políticas de desenvolvimento a partir da década de 1950 e posteriormente o processo de urbanização de Resende a parte oeste da cidade passou a ter uma alta concentração demográfica. Esta alta concentração requer infraestrutura, onde o poder público está inteiramente envolvido através da criação de incentivos para a chegada das indústrias, e com isso criando infraestruturas para a produção e reprodução capitalista.

Alguns grandes empreendimentos se destacam nesta dinâmica urbano-industrial: a instalação da Indústria Química de Resende (IQR), no ano de 1957, hoje Indústria Clariant S.A, e a construção do Conjunto Habitacional Cidade Alegria (CHCA), no início dos anos 1980, produzido pela Companhia Habitacional de Volta Redonda (COHAB-VR) em convênio com a Prefeitura de Resende e com recursos do antigo Sistema Financeiro de Habitação. (CARDOSO, 2013).

Com a instalação da indústria automotiva através das fábricas da Volkswagen Ônibus e Caminhões, em 1996, e da PSA Peugeot Citroën, em 2001, Resende passa por uma lógica de reestruturação urbana onde há, a partir dessa lógica, a construção de um possível subcentro no município, no bairro popular da cidade alegria (SOUZA, 2010). A Grande Alegria foi loteada principalmente a partir de 1980, onde todos os empreendimentos eram próximos de áreas industriais.

A construção do conjunto habitacional Cidade Alegria, o primeiro conjunto a ser criado, foi um marco no desenvolvimento da cidade e da expansão da ocupação das terras na direção oeste a fins de moradias populares. Essa expansão revela políticas de desenvolvimento urbano industrial marcadas por um processo clássico de construções de periferias. Logo após a construção desse conjunto sucederam outros, se estendendo a construção de diversos bairros com temporalidade diferentes: o Jardim Primavera I, II e III, Toyota I e II, Jardim Beira Rio, Jardim Alegria, entre outros. Esses conjuntos habitacionais seguem um padrão de construção e expandiram na região oeste da cidade, em uma paisagem marcada socialmente por segmentos de classes média e média baixa.

A Grande Alegria é a área que permeia todos esses bairros, sendo a Cidade Alegria o bairro mais antigo e populoso da área. Sua ocupação origina-se da construção do primeiro conjunto habitacional da parte Oeste, o conjunto habitacional Cidade Alegria, que foi um grande atrativo para o local. Na época a construção do bairro era considerada remota, principalmente pela falta de infraestrutura e a distância do centro. Hoje o bairro já é assistido com infraestrutura, serviços, comércio, setores de saúde e transporte, o que constitui um atrativo para a população de outros bairros da Grande Alegria.



Figura 2: Área da Grande Alegria Fonte:Wikimapia

Com o crescimento demográfico, e devido ao distanciamento desses bairros com a área central, são necessários meios que possibilitem a reprodução social, surgindo assim um subcentro na área da Grande Alegria, localizado na Cidade Alegria, que foi o

primeiro eixo de expansão na parte Oeste do município. Assim se materializam subcentros a partir de uma nova lógica de reestruturação urbana, que está diretamente ligada à expansão urbana, onde há cada vez mais o distanciamento entre centro e periferia, gerando diferentes especializações dos equipamentos urbanos, agravando as desigualdades sociais.



Figura 3: Supermercado na Cidade Alegria. A desconcentração dos serviços ratifica o surgimento de um subcentro. Foto das autoras.



Figura 4: Comércio na Cidade Alegria. Rua comercial do Bairro Cidade Alegria. Foto das autoras.

Segregação Sócio-Espacial na Região da Grande Alegria

O trabalho centrou-se no estudo da atual morfologia urbana expressa na região da Grande Alegria, e para entender todo esse contemporâneo cenário é preciso discutir o processo de segregação que age na cidade. Sposito (2013) destaca que a palavra segregar é sempre de natureza espacial. É um processo expressado no espaço resultado de relações sociais de diferentes grupos que veem a necessidade de separar a partir de seu modo de vida, rompendo o conceito de cidade e a possibilidade de participação e convívio dos indivíduos que movem a vida urbana.

No caso de Resende, vamos tratar da segregação e a autosegregação, trabalhados por Corrêa (CORRÊA, 1989), como par que funciona dialeticamente e constitui uma região fragmentada, que não compartilha e não convive, apesar de coexistirem em um mesmo espaço. A questão da segregação é muito mais complexa e não é somente explicada por distanciamentos sociais, podendo ser contextualizadas de acordo com a escala temporal a ser estudada. No caso de Resende o que se observou foi a revelação dessas distâncias no plano espacial desde a instalação de conjuntos habitacionais na porção oeste da cidade, até a dinâmicas mais atuais com os condomínios fechados.

Resende inicialmente configurou uma forma de segregação típica de afastamento espacial, onde o crescimento do tecido urbano originou áreas mais afastadas do centro, nas quais a população se constituiu a partir de políticas habitacionais para as classes mais baixas, em um processo de periferização. Tratamos aqui a segregação não pela distância da área com o centro, mais pela dificuldade de acesso dos meios de produção e reprodução desse centro.

O processo de periferização aqui citado está relacionado ao modo de produção capitalista do espaço, no qual a terra passa ser um produto a ser comercializado, onde áreas centrais são bem mais valorizadas devido a sua vantagem locacional (GOTTDIENER, 2010), assim a população economicamente menos favorecida é “expulsa” para áreas mais afastadas. O poder público com a criação de conjuntos habitacionais tem um papel fundamental nesta dinâmica, pois facilita o acesso à moradia nessas áreas rarefeitas criando certa infraestrutura para a população com menor poder aquisitivo.

Recentemente, a forma urbana passou por alterações e a relação centro e periferia foi rompida com a instalação de condomínios fechados na região da Grande Alegria. Isso mostra e reafirma o que já foi discutido anteriormente que não é somente a distância que vai expressar as segregações. Agora os condomínios co-habitam em um mesmo espaço com conjuntos habitacionais e sua separação vai ser baseada em barreiras físicas como muros e portões. A distância social existe e essa não será superada, porém a distância espacial já não é mais suficiente para explicar os processos de segregação, que de acordo com a evolução urbana tendem a se complexar ainda mais. Segundo Carlos, a segregação é o resultado da contradição que produz o espaço urbano, que é dialeticamente o valor de uso e valor de troca (CARLOS, 2013). Segregar aos moldes contemporâneos está ligado ao valor de troca do espaço, no qual a cidade funciona como mercadoria e o mercado imobiliário encontra no espaço uma maneira de acumular capital. Esse espaço como mercadoria também implica aos acessos, que agora vão ser restritos a iniciativa privada e aqueles que podem pagar.

A construção de uma cidade fragmentada em porções distintas uma das outras, revela a segregação em seu grau mais elevado, tornando privado o solo urbano, que cabe discutir sua legitimidade. Vale ressaltar a contradição

homogeneidade-fragmentação, pois é necessário se pensar o espaço para dentro dos muros, um espaço homogêneo que não há intercambialidade. Para fora dos muros a realidade distinta, baseada na reprodução do espaço fragmentado.

Outro ponto muito discutido por Carlos (2013) e Sposito (2013) é quanto à crise do espaço público nesse modelo de cidade, no qual o cercamento de áreas que permitiriam as relações sociais para a produção do espaço urbano estão cada vez mais privatizadas, em seu sentido literal da palavra, em privar o acesso e o uso. O valor de uso, como condição necessária a realização da vida (CARLOS, 2013) está sendo superado pelo valor de troca, propiciando o encolhimento da esfera pública o que nos volta a debater o que já foi iniciado por Lefebvre (1991) acerca do direito à cidade.

“Questões de segregação, fragmentação e crise do espaço público colocam em pauta o esgotamento da cidade como forma de reprodução de relações sociais ...”

Essas questões de segregação, fragmentação e crise do espaço público colocam em pauta o esgotamento da cidade como forma de reprodução de relações sociais a partir do momento que a demanda do capital e do valor nos espaços cercam áreas que possibilitariam trocas entre os indivíduos, e na autosegregação e enclausuramento de uma parte da população “presa” atrás dos muros.

Os conjuntos habitacionais

Como dito anteriormente a Grande Alegria é a área que inclui os bairros da parte oeste do município de Resende. Vamos tratar aqui a Grande Alegria como uma região, onde suas características se permeiam na paisagem construída por conjuntos habitacionais. Esta paisagem recentemente ganha um novo perfil: moradores de classe média alta, com alta renda, em condomínios de luxo, constituindo bairros ricos que envolvem bairros pobres.

Com a expansão urbana de Resende e com o crescimento demográfico pela atração dos investimentos, a ocupação urbana se fez cada vez mais distante do centro e este crescimento trouxe consigo a necessidade de habitação. O poder público começa a criar soluções em larga escala, criando os conjuntos habitacionais. Inicialmente foi construído o conjunto habitacional cidade alegria e posteriormente vários outros conjuntos habitacionais, desbravando esta parte do município, transformando cada vez mais a área rural em urbana. Em paralelo começa a crescer as autoconstruções, produzindo em conjunto com os loteamentos, uma paisagem marcada por segmentos de classe média e classe média baixa.

Esses conjuntos habitacionais tiveram grandes dimensões, e em função de seus tamanhos, eles próprios constituíram suas centralidades, produzindo bairros. Porém esses conjuntos, desde sua gênese, possuem um conteúdo de baixa renda, além de serem produzidos em áreas distantes do centro, sem assistência de infraestrutura e com precário sistema viário. Portanto a partir desses loteamentos foi criada uma grande região periférica em Resende, a Grande Alegria, constituída por diversos bairros populares.



Figura 5: Conjunto habitacional Cidade Alegria. Foto das autoras.



Figura 6: Conjunto habitacional Cidade Alegria. Foto das autoras.

Os conjuntos habitacionais seguem um padrão, não possuindo variedade nem diversidade de construções. Isso pode ser percebido em toda Grande Alegria, cheia desses loteamentos. Assim como na maioria dos conjuntos habitacionais, estes são constituídos na franja da cidade, construídos em espaços rarefeitos, revelando uma precariedade tanto em suas construções como social.

Enclaves Fortificados

A partir do surgimento dessa nova centralidade no Município de Resende, com o espraiamento da própria cidade, uma produção sócio espacial foi caracterizada especialmente pela construção de um cinturão de condomínios fechados na franja do município, na região da Grande Alegria. Esta, que desde seus primórdios teve origem popular, com unidades habitacionais destinadas à classe baixa e operária da região, atualmente experimenta novas formas de produção desse espaço com a chegada de empreendimentos voltados para outra parcela da população, com condições para usufruir dos benefícios oferecidos nos limites dos portões.

Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas. Conseqüentemente, nessas cidades o caráter do espaço público e da participação dos cidadãos na vida pública vem sendo drasticamente modificado (CALDEIRA, 1997).

A avenida carrega consigo essa denotação de demarcar e segregar essas duas realidades tão diferentes na região, e que são expressas na paisagem, principalmente pela estética e arquitetura das moradias. Na parte baixa da região, a noroeste, estão os conjuntos habitacionais, que concentram uma população de baixa renda e a maioria do comércio dessa centralidade da Grande Alegria e a parte alta, a sudoeste, estão os condomínios fechados, caracterizados pelos seus muros, portões e cancelas que só reafirmam o caráter segregador desses empreendimentos.

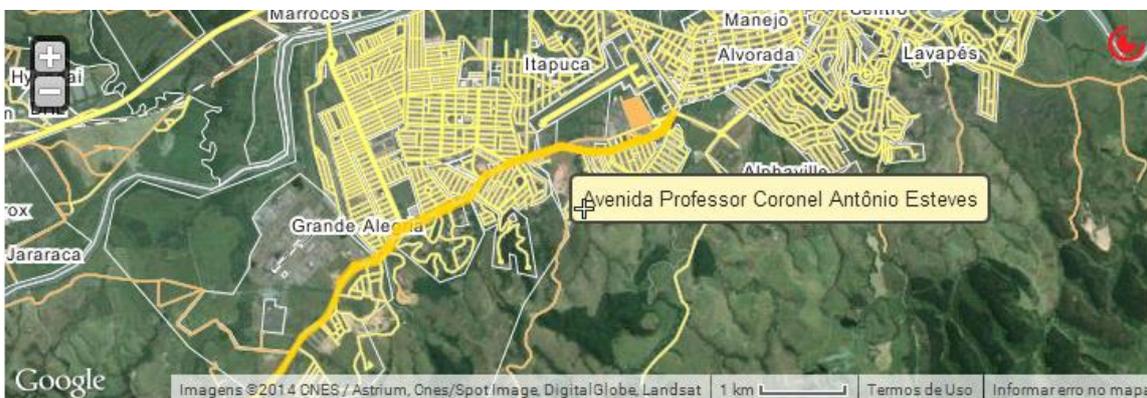


Figura 7: Avenida que separa a Grande Alegria dos condomínios fechados dos conjuntos habitacionais. Fonte:Wikimapia

Vale ressaltar que as diferenças estão para além da paisagem, na verdade, ela só é reflexo de uma diferença social abrupta na Grande Alegria que produz descontinuidade no espaço. Esses condomínios são compostos por famílias de alto padrão, empresários e funcionários de altos cargos nas indústrias locais, ou seja, são moradores que podem pagar pelas regalias oferecidas pelos condomínios.

A localização desses empreendimentos, na franja do município de Resende, é explicada pelas ofertas de espaço, já saturada no centro e a fuga do caos decorrente das grandes e médias cidades, o que justifica o discurso de mercado para esses condomínios que oferecem espaço e tranquilidade. A segurança é outro atrativo para o mercado imobiliário. Já é sabido que com o crescimento das cidades a violência cresce concomitantemente, e a política do medo cria força nesse contexto e aterroriza a população. Morar em um local fechado por muros e portões significa ter segurança e estar imune à violência que aflige a cidade. A Grande Alegria é muito conhecida pela violência, o que fortalece o discurso da segurança no mercado imobiliário, o que segrega ainda mais.

Apesar de a Grande Alegria desempenhar um papel de centralidade no município, com ofertas de serviços e mercado de trabalho para população local, os moradores dos condomínios não utilizam esses serviços e sempre optam pelo centro de Resende para atender suas demandas, poupando ao máximo a mistura com os moradores das áreas mais pobres da região. O que justifica a localização dos enclaves às margens da Avenida Professor Coronel Antônio Esteves, que leva até o centro sem precisar passar pela Cidade Alegria, principal bairro da região da Grande Alegria.

Com a chegada desses novos empreendimentos que são, teoricamente, recentes, a oferta de mercado de trabalho foi ainda mais ampliada. Atualmente, além de o próprio centro empregar a população local nos serviços oferecidos, há também oferta de empregos para dentro dos muros. A maioria ou se não todos os funcionários dos condomínios são da Grande Alegria, sendo de bairros mais pobres como Toyota e Jardim Primavera. Ocupam-se de pedreiros, porteiros, empregadas domésticas, jardineiros, vigias... Profissões que não requerem alto grau de escolaridade.

Todo este contexto veio proporcionar a diminuição nas distâncias percorridas e tempo gastos para chegar ao trabalho, isso porque os próprios moradores da Grande Alegria

ocupam as vagas de emprego oferecidas na própria região, sem precisar ir ao centro para procurar emprego. Esse novo cenário funcional observado na Grande Alegria só ratifica o papel de nova centralidade assumida pela região no município.

Os loteamentos e os condomínios fechados, voltados para segmentos de classe média, como Boa Vista I e II, Casa da Lua, Morada das Agulhas, Mirante das Agulhas, Morada do Bosque, Morada da Colina I, II e III, Bela Vista e os mais recentes e produzidos nas terras da antiga Fazenda Limeira, o Limeira Town House, Residencial Limeira Tênis Clube e o Terras Alpha Resende, ocupam as terras mais bem localizadas da região e formam uma espécie de cinturão de bairros de classes média alta e alta renda que circundam os bairros populares da Grande Alegria a partir do eixo viário. Cinturão este que expressa a segregação social no território (CARDOSO, 2013).



Figura 8: Entrada do condomínio Casa da Lua: segurança oferecida com uso de cancelas. Foto das autoras.

Resende nos últimos dez anos vem protagonizando diferentes investimentos econômico-industriais, destacando-se na chegada de novas cadeias produtivas. Na atividade industrial com o setor siderúrgico, o Grupo Votorantim, que se instalou na própria região da Grande Alegria, em 2009. E na construção e incorporação imobiliária, que atualmente representa o principal motor da economia gerando novos produtos de mercado e é o setor que mais tem empregado na região, como os condomínios fechados e, mais recentemente, o “bairro fechado” do loteamento AlphaVille, voltados

para os segmentos sociais de classe média-alta e de alta renda. Na mesma direção dos investimentos mais recentes do capital imobiliário, grandes redes de comércio atacadista e de shopping centers, se instalaram a partir de 2011. (CARDOSO, 2013). Todo esse cenário vem dinamizando e diversificando o mercado consumidor do município com diversas formas de produzir capital.



Figura 9: Entrada do condomínio Morada das Agulhas. Portões que protegem e segregam.
Foto das autoras.

Natureza para poucos: Terras Alpha Resende

O mais recente investimento imobiliário em Resende, que também percorre o eixo viário dos enclaves fortificados, é o Terras Alpha Resende, que pertence ao grupo muito conhecido no setor imobiliário pelos seus grandes empreendimentos horizontais, bairros planejados e núcleos urbanos, o AlphaVille. A empresa vende mais que lotes, vende uma marca de morar sustentavelmente, o que à leva a agregar mais valor do que os outros condomínios. Terras Alpha Ville está para além da segurança e tranquilidade, elas oferecem um modo de vida sustentável e próximo ao que é dito como natural, privando uma boa parte da população de usufruir desse espaço.

A filosofia do grupo Alphaville trata de criar um produto para o mercado imobiliário que possua algumas características de valor agregadas, entre elas um estilo de vida

bucólico e produtor de uma sociabilidade de autossegregação que se manifesta em uma dinâmica de vida que busca a autossuficiência para dentro dos muros do próprio loteamento (CALDEIRA, 2000).

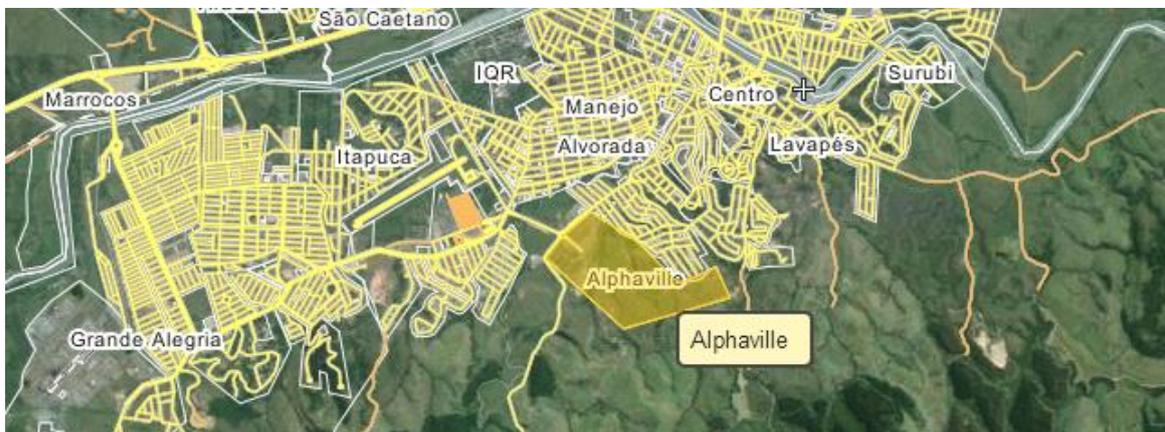


Figura 10: Terras Alpha Ville – Seguindo a mesma linha dos enclaves fortificados.
Fonte: Wikimapia

A ação segregadora desses empreendimentos se constitui com base nos atributos oferecidos para quem vive pós-muros. O Alphaville surge como solução de resgate de harmonia com a natureza e privacidade do morador, costumes primitivos de relação homem e natureza, perdidos com o crescimento das cidades.

Um bairro com lotes grandes e com o ideário da proximidade da natureza em uma cidade que vem sofrendo intensas modificações nos últimos anos e, conseqüentemente sendo atingida pelas mazelas das cidades médias, torna-se objeto de desejo de qualquer morador. Com isso, o capital imobiliário se apropria da natureza de forma a conferir ao ambiente uma espécie de “marca” distintiva dos negócios que agrega valor aos novos produtos imobiliários e permite, assim, a extração da renda fundiária decorrente dos preços de monopólio (MARX, 1988). Porém, vale questionar, quem são esses moradores que podem usufruir deste espaço fechado?

Os novos anseios e ideais urbanos de moradia não se limitam mais à casa como propriedade particular, mas se estendem à privatização de seu entorno. Esses empreendimentos, além de enaltecem a propriedade privada a sua privatização, estão atravessando as próprias moradias, e estão privatizando o espaço, criando mais do que um bairro planejado, mas uma cidade dentro de outra, mais seletiva, com mais

opções de lazer, e principalmente segura, que veicula ser melhor do que aquela que está fora dos muros.

O AlphaVille é só mais um exemplo dessa cidade paralela e individualista, uma das marcas do atual período neoliberal que não se restringe apenas às falas e às ações, mas se materializa em formas espaciais voltadas à exclusividade. Cria-se assim uma privatização do espaço público, no sentido mais amplo do termo. Troca-se a noção de cidade aberta ao que é coletivo e comum por outra que privilegia um ideal de exclusividade. Segurança, lazer, educação, saúde, transportes e moradia se tornam mercadorias acessíveis somente aos que podem pagar por elas (MELGAÇO, 2012).

Em Resende, ou qualquer outra cidade média ou grande, essa tendência contemporânea de discontinuidades no território à partir dos enclaves fortificados tem sido cada vez mais evidente. Ao contrário do que se pensa ou veicula, os condomínios fechados não estão produzindo a segurança garantida pelo mercado imobiliário, mas estão fortificando as instabilidades sociais, fazendo da cidade um local de disputas e confrontos, potencializando as diferenças, reforçando os preconceitos e reproduzindo a segregação sócio-espacial. Ao invés de promoverem a existência de uma cidade para todos, os condomínios fechados têm servido como instrumento urbanístico para a construção de uma cidade de poucos (MELGAÇO, 2012).

Considerações Finais

A cidade de Resende, considerada uma cidade média, está perpetuando alguns problemas típicos de cidades grandes como, por exemplo, a segregação sócio-espacial, a fase perversa do desenvolvimento. A Grande Alegria é uma consequência da expansão urbana associada a políticas públicas e interesses privados. Uma paisagem repleta de desigualdades: em seu interior estão os espaços mais pobres, com segmentos de classe média e baixa, sendo os conjuntos habitacionais uma marca dessa paisagem; e no entorno estão espaços mais elitizados, com segmentos de classe média alta, tendo os condomínios fechados como marcas de uma área onde os muros são verdadeiras fronteiras que separam espaços e conteúdos sociais distintos. Portanto cabe analisar como as políticas de desenvolvimento que são ligadas a exigências capitalistas, podem produzir novas formas de produção e ocupação urbana,

estruturando problemas que estão enraizados neste sistema, como a segregação sócio-espacial urbana.

Referências Bibliográficas

CALDEIRA, Teresa Pires do R. *Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do R. *Enclaves Fortificados: A nova segregação urbana*. Novos Estudos, CEBRAP. N.º 47, março 1997, pp. 155-176.

CARDOSO, Isabel Cristina da C. *Desenvolvimento urbano no município de Resende e a produção de desigualdades socioespaciais: aceleração dos ritmos de transformação dos modos de uso e ocupação do solo urbano*. Maranhão, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico*. In.: VASCONCELOS, Pedro A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (orgs.) *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática 1989.

FRANÇA, Iara Soares de; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Expansão Urbana em cidades médias: uma reflexão a partir do núcleo e da área central de Montes Claros no Norte de Minas Gerais*. Geo UERJ - Ano 9, nº 17, vol. 2, 2º semestre de 2007.

GOTTDIENER, MARK. *A Produção do Espaço Urbano*. – 2 ed.1.eimpr.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*; tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo, Editora Moraes (1991).

MELAZZO, E. *Marília: especialização industrial e diversificação do consumo. Trajetórias de uma cidade média*. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Orgs.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília*. São Paulo. Outras expressões, 2012. p. 161-282.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. Vol 5, Livro Terceiro, Tomo 2 (Parte Segunda). São Paulo, Nova Cultural, (Coleção Os Economistas), 1988.

MELGAÇO, Lucas. *A cidade de poucos: condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas*. Boletim Campineiro de Geografia. v. 2, n. 1, 2012.

SOUZA, Raquel Gomes. *A construção do bairro popular Cidade Alegria na cidade de Resende (RJ) segundo a lógica de reestruturação produtiva e da cidade*. Anais do XVI

Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

SPOSITO, M. Encarnação. *Segregação socioespacial e centralidade urbana*. In.: VASCONCELOS, Pedro A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (orgs.) *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

RESENHA

COMPRANDO TEMPO DIANTE DA CRISE DO CAPITALISMO

Maurilio Lima Botelho

Resenha de *Tempo Comprado – a crise adiada do capitalismo democrático*, de Wolfgang Streeck. Lisboa: Actual Editora, 2013. Tradução: Marian Toldy e Teresa Toldy. Edição digital (*epub*).

Até a década de 1970, os principais autores da chamada Escola de Frankfurt elaboraram suas obras em torno de uma crítica da racionalidade, da ciência, da filosofia e da cultura modernas. Ao contrário de uma leitura muito popular, não se pode dizer que as relações econômicas foram substituídas, nesse “marxismo tardio” (Fredric Jameson), por uma crítica da cultura ou da razão, já que os principais frankfurtianos haviam asseverado que o fetiche da mercadoria “se espalhou como uma paralisia sobre a vida da sociedade em todos os seus aspectos” (Adorno e Horkheimer, 1985: 40). Nos anos 70, entretanto, ocorreu uma grande mudança no foco das análises: a chamada “segunda geração” da Escola de Frankfurt mudou radicalmente suas atenções teóricas, voltando para a análise política, para a teoria do Estado (Claus Offe) e mesmo abandonando a crítica baseada na forma da mercadoria para uma compreensão da sociedade fundada na linguagem (Jürgen Habermas). Nesse momento, a teoria do capitalismo parecia ter rompido de vez com os fundamentos da “crítica da economia política” (Marx), já que até mesmo as crises eram agora prioritariamente compreendidas como crises políticas ou mais precisamente “crises de legitimação”.

É em virtude dessa mudança que um livro publicado recentemente na Alemanha, com edição portuguesa de 2013, tem uma importância fundamental para a trajetória da chamada Teoria Crítica. De autoria de Wolfgang Streeck, sociólogo e cientista político alemão, diretor do reconhecido Instituto Max Planck para Estudos da Sociedade, o livro *Tempo Comprado – a crise adiada do capitalismo democrático* é o resultado das chamadas Lições Adorno realizadas em Frankfurt em 2012 – renomado ciclo de palestras que convida anualmente figuras destacadas da teoria social contemporânea. A obra tem por motivo inicial uma discussão sobre a mudança no caráter da crise operado na Escola de Frankfurt. Resultado de discussões entre os autores do antigo

Maurilio Lima Botelho, *Comprando tempo diante da crise do capitalismo*
Revista Continentes (UFRRJ), ano 4, n.6, 2015 (ISSN 2317-8825)

140

140

Instituto de Pesquisa Social, a tese de que o capitalismo do pós-guerra teria suplantado politicamente a instabilidade crônica do capitalismo foi defendida por Friedrich Pollock e teria atestado que

o surgimento das grandes empresas e de instrumentos de planeamento estatal cada vez mais desenvolvidos pôs termo definitivamente ao tempo do *laissez faire*, transformando o capitalismo avançado num sistema económico regulado pela política e, em princípio, não sujeito a crises (STREECK, 2013).³²

Essa formulação foi compartilhada por vários autores frankfurtianos e teria inclusive servido de referência para alguns desdobramentos teóricos mais amplos, como o conceito de “mundo administrado” de Adorno ou mesmo de “sociedade unidimensional” de Marcuse. No fundo, uma ideia comum de que o “primado da política” significava um nível tão elevado de capacidade de administração social e burocratização que tanto o mercado quanto vários outros momentos da vida cotidiana, e mesmo a consciência individual, foram transformados em objeto de controle e planejamento especializado.

Com a virada na década de 1970, Habermas e Offe colocaram o foco de uma nova teoria da crise não mais nos fundamentos econômicos do capitalismo avançado, mas em seu núcleo político. A crença num “capitalismo organizado” não faria mais sentido, pois a realidade daquele momento mostraria exatamente que a instabilidade agora derivava da incapacidade de legitimação política do capitalismo. A *teoria da crise de legitimação do Estado* surgiu como transformação da Teoria Crítica em crítica da política – ainda que Offe fizesse todo o esforço para fundar o funcionamento do Estado na “lei do valor”³³ –, ou mais precisamente em teoria política convencional, já que Habermas se tornou o defensor de uma nova forma de sociabilidade capaz de assegurar as estruturas democráticas amparando-as numa “ação comunicativa”.

Entretanto, a crise de legitimação que Habermas e Offe faziam referência pontuava a incapacidade do próprio Estado em atender o conjunto de demandas ampliadas pela democratização, o caráter desestabilizador de camadas sociais cada vez mais desvinculadas do exercício político democrático ou mesmo indiferentes às eleições, os grupos juvenis descontentes com os rumos da sociedade burocratizada e o surgimento

³² Utilizo uma edição eletrônica do livro (formato *epub*), portanto, sem numeração fixa das páginas. Também respeito a grafia da tradução de Portugal.

³³ “A forma-mercadoria pode (...) ser encarada como o ‘ponto de equilíbrio geral’ do Estado capitalista” (Offe, 1984: 126).

de grupos alheios aos partidos e ao Estado que enveredavam para a ação armada. Na avaliação atual de Wolfgang Streeck, a crise de legitimação que veríamos se aprofundar daí em diante não se devia exatamente aos trabalhadores, mas ao capital propriamente dito:

As teorias neomarxistas da crise, de Frankfurt, reconheceram há quatro décadas, de forma diferente e mais perfeita de que a maioria das outras teorias do capitalismo social da época, a fragilidade interna do mesmo. Mas não avaliaram corretamente as suas causas e, portanto, também o rumo e a dinâmica de mudança histórica iminente. A abordagem destas teorias excluía a possibilidade de ser o capital e não o trabalho a retirar legitimidade ao capitalismo democrático, tal como este se tinha desenvolvido nos *trente glorieuses*. Na realidade, a história do capitalismo posterior aos anos 70 do século XX, incluindo as sucessivas crises económicas ocorridas neste período, é a história de evasão do capital à regulação social que lhe foi imposta após 1945, mas que ele próprio nunca desejou (2013).

142

Foi a elite do sistema económico que abandonou os acordos, estruturas e promessas adotadas voluntaria ou involuntariamente com o keynesianismo e o Estado do Bem-Estar Social. Isso levou a uma desestabilização política gigantesca que avança até os dias de hoje e transformou em peça de história o envolvimento entre capitalismo e democracia. As dificuldades económicas acumuladas, brotando de modo impetuoso a partir da década de 1970, ofereceram como opção ao capital abandonar o curto período democrático com o qual se envolveu:

Retrospectivamente, a história da crise do capitalismo tardio desde os anos 70 afigura-se como um desenvolvimento da tensão, muito antiga e fundamental, entre o capitalismo e a democracia – como dissolução progressiva de um casamento forçado, arranjado entre ambos depois da Segunda Guerra Mundial. Ao transformarem-se em problemas de acumulação, os problemas de legitimação do capitalismo democrático perante o capital exigiram como condição para a sua solução que a economia capitalista se libertasse cada vez mais da intervenção democrática (2012).

Aqui fica evidente a importância do livro: se o caminho trilhado pela Teoria Crítica foi um deslize em direção à centralidade política na reflexão teórica, a obra de Streeck demonstra que, assim como a hipostasia democrática, o “primado da política” não passou de um breve período histórico ou, no limite, uma formulação ideológica do capitalismo de Estado. Como expressou em um artigo publicado no *Le Monde*, em

2012, “dia após dia, os episódios que marcam a crise atual do capitalismo mostram que os ‘mercados’ são os que ditam as leis aos Estados” (STREECK, 2015).³⁴

Não deixa de soar estranho que um autor apresentado como “cientista político” tenha se voltado à discussão econômica e à demonstração dos vínculos que limitam a atuação estatal na sociedade contemporânea.³⁵ Mas Streeck não está preocupado com limites disciplinares ou com ordem de prioridades lógicas: sua intenção é realizar uma reflexão sobre o caráter da crise econômica e da crise estatal, apontando como os vínculos cada vez mais estreitos entre Estado e Mercado tornam o panorama atual complexo e dramático.

Esse é o ponto de partida em suas lições – apesar de não ter sido formado, ser um herdeiro ou discípulo frankfurtiano, o diálogo é estabelecido desde o princípio com a herança da Escola de Frankfurt³⁶ e principalmente com essa alteração fundamental na crise de legitimação do capitalismo que fez nascer a “revolução neoliberal”. Aliás, uma das principais contribuições do texto é exatamente a cuidadosa análise realizada que mostra como o neoliberalismo, longe de ser uma nova era da política moderna, foi na verdade uma (fracassada) estratégia político-econômica criada para enfrentar a crise. O sucessivo fracasso do neoliberalismo, contudo, não significou o seu abandono, pelo contrário, a cada etapa de aprofundamento da crise capitalista iniciada na década de 1970, novas técnicas são adotadas para tentar dar fôlego ao mercado. Assim, o

³⁴ Devido à grande repercussão dessa obra, uma resposta elaborada por Habermas aceitava inicialmente esse diagnóstico apresentado por Streeck, principalmente seu giro na teoria da crise: “O ponto de partida é uma justa crítica da teoria da crise desenvolvida por Claus Offe e por mim em princípios dos anos 70. O otimismo que reinava então em torno do controle keynesiano nos havia levado a supor que os potenciais econômicos da crise, politicamente dominados, *se deslocavam* para as imposições contraditórias erguidas ao aparato estatal acima de suas possibilidades e até para ‘contradições culturais do capitalismo’ (como o formulara Daniel Bell alguns anos depois) e que *se expressariam* em forma de crise de legitimação. Hoje não estamos (entretanto) diante de uma crise de legitimação, mas sim diante de uma dura crise econômica” (Habermas, 2013: 33).

³⁵ “Elaborar uma teoria macrossociológica da crise e uma teoria social da democracia sem referência à economia enquanto atividade político social tem de parecer absolutamente errado, tal como o pareceria qualquer concepção de economia na política e na sociedade que ignorasse a sua organização capitalista atual. Ninguém pode – depois daquilo que aconteceu desde 2008 – compreender a política e as instituições políticas sem as pôr numa estreita relação com os mercados e os interesses econômicos, assim como com as estruturas de classe e os conflitos que dela resultam” (Streeck, 2013).

³⁶ Em certo sentido, ainda que os fundamentos teóricos sejam bem diversos, o fato de não pertencer à linhagem da Escola de Frankfurt o torna mais apto a avaliar e rejuvenescer parte de seu legado. Como expressou Helmut Dubiel em livro sobre a herança frankfurtiana, talvez hoje a Teoria Crítica deva ser mais dignamente mantida se não significar uma manutenção invariável de suas teses: “Creio que não tem nenhum sentido tratar de defender a todo custo o “lugar” de Frankfurt. Isto não faz sentido. A Escola de Frankfurt nem sequer existe mais em Frankfurt. Emigrou para Hanover e até Lüneburg” (2000: 133).

neoliberalismo é um fiasco ininterrupto que não deixa nunca de ser oferecido como remédio que agrava ainda mais a doença. No desdobramento teórico dessa trajetória, o livro de Streeck se transforma numa das melhores análises do neoliberalismo.

Em primeiro lugar, a crise desencadeada em 2008 não é uma crise entre outras na história da economia capitalista, mas a expressão aprofundada do esgotamento do ciclo de forte crescimento do pós-guerra. A crise atual, portanto, não é uma entre outras, mas a continuidade de uma longa trajetória crítica: “a crise diagnosticada nos anos 70 se desenvolveu de facto, assumindo configurações sempre novas ao longo do tempo, até chegar, em 2008, à sua forma atual” (STREECK, 2013). Quais são as configurações que a crise assumiu ao longo do tempo?

Na avaliação de *Tempo Comprado*, a crise econômica que colocava em risco todo o equilíbrio político criado no *boom* do pós-guerra foi inicialmente enfrentada com medidas inflacionárias. A liquidação de Bretton Woods permitiu o uso de mecanismos de introdução de recursos monetários na economia sem nenhuma contrapartida real, portanto, criando meios de financiamento do Estado, reduzindo as dívidas através da desvalorização da moeda e permitindo assim conter os conflitos que haviam surgido em fim dos anos 60 e que ameaçavam a ordem política. Até mesmo os trabalhadores, naquele momento organizados em sindicatos que exigiram políticas de indexação dos salários diante da inflação, não viam na inflação imediatamente um problema grave, o que criou uma ilusão baseada no reajuste monetário:

A inflação causou um aumento aparente, mas não real, do bolo a distribuir, mas isso, a curto prazo, não fez necessariamente diferença; criou a ilusão, tanto junto de trabalhadores como de empregadores – uma «ilusão monetária» em termos keynesianos –, de um aumento da prosperidade que permitia um novo consumismo (STREECK, 2013).

É evidente que essa política de afrouxo monetário não poderia durar muito tempo e a estagflação que se abateu sobre as principais economias mundiais, na metade da década de 1970, anunciou o fim dessa primeira estratégia de imprimir dinheiro para resolver problemas fiscais de um Estado cada vez mais ampliado devido às exigências democráticas. O fim dessa política abriu caminho para os ataques ao “peso” do Estado e o início propriamente dito da era neoliberal: na virada da década, tanto nos EUA quanto na Inglaterra, o compromisso político de manutenção do pleno emprego foi superado. Com a nova agenda política implementada por Reagan e Thatcher, o

desemprego não apenas deixava de ser encarado como problema, mas a sua ampliação podia representar economia nas instituições e empresas públicas – começava a era da austeridade.

A inflação descontrolada foi tratada com um problema tão sério – substituindo o desemprego como a principal meta a ser enfrentada --, que a primeira grande técnica para combatê-la foi a ampliação das taxas de juros pelas autoridades monetárias. A ideia, como se sabe, é conter o nível de demanda, encarecendo o empréstimo de dinheiro, mas o efeito logo sentido foi a ampliação vertiginosa do endividamento público: juros mais elevados multiplicavam o volume da dívida contraída pelos governos, que, numa trajetória quase irreversível de crise fiscal, baixo crescimento econômico e desemprego crescente, era agora a fonte mais segura de financiamento estatal.

O endividamento público, tal como a inflação, permite a um governo utilizar, para a pacificação de conflitos sociais, recursos financeiros que na realidade ainda não existem – neste caso, os recursos que ainda têm de ser criados pelos cidadãos e retirados aos mesmos pelo Estado, na forma de impostos. Recorre-se novamente ao sistema monetário, neste caso não à impressão de dinheiro, mas sim às instituições privadas de crédito, que pré-financiam as futuras receitas fiscais do Estado (STREECK, 2013).

Esse processo ativou a montanha-russa de endividamento estatal que varreu o mundo na década de 1980: as taxas de juros elevadas nos EUA, país da moeda hegemônica, forçaram uma alta geral dos juros nos demais países, para concorrer com a segurança dos empréstimos oferecidos ao centro do capitalismo. A quebra de algumas nações deu o tom da chamada “década perdida”. Assim, o neoliberalismo demonstrou de partida uma de suas contradições principais: de um lado, produz uma ladainha sobre a redução do Estado e alívio das contas públicas, de outro, amplia vertiginosamente o “peso” do Estado na economia, mas através da crescente dívida.

Novamente, esse processo não poderia perdurar pelas suas limitações intrínsecas e pela terra arrasada de crises financeiras que deixava em seu rastro. No início da década de 1990, uma nova maneira de contornar a crise econômica e fiscal foi implementada. A partir do governo Clinton, sobretudo, começa a política de “consolidação orçamentária”, isto é, a tentativa de resolver o problema de endividamento através de redução de despesas e eliminação do déficit de arrecadação. A onda de privatização da década anterior é seguida por uma significativa

e sistemática política de cortes nas despesas sociais, cujo resultado imediato, juntando-se ao desemprego cada vez mais elevado, é a queda do nível de vida das camadas mais pobres da população e dos trabalhadores. O neoliberalismo, como é óbvio hoje, realiza uma redistribuição de riqueza para aqueles que detém patrimônio, principalmente os possuidores de títulos da dívida soberana.

O nexó político entre o endividamento do Estado e a distribuição da riqueza só se torna patente quando o financiamento das dívidas dos Estados no período de viragem neoliberal é encarado como consequência de uma tributação demasiado baixa das camadas da população que possuem patrimônio. Quanto menos o sistema fiscal exigir da propriedade dos mais abastados e dos seus herdeiros, em prol da comunidade, tanto mais desigual será a distribuição da riqueza, o que se manifesta, entre outras coisas, numa taxa de poupança mais elevada na faixa superior da sociedade. (STREECK, 2013).

Nesse momento, Streeck recorre à teoria econômica para tratar da tese da estagnação: o quadro de uma economia de baixo crescimento se agrava diante da redução salarial, dos direitos sociais, das políticas compensatórias, enfim, do empobrecimento de parcelas crescentes da sociedade. Como resolver essa situação? O Estado neoliberal amplia ainda mais as medidas de desregulamentação econômica, tornando-a política sistemática, ampliando o que já vinha sendo praticado desde a década de 1980. A desregulamentação do mercado financeiro, dessa maneira, permite uma multiplicação das oportunidades especulativas e do acesso ao crédito, portanto, de realização de consumo corrente com pagamentos no futuro. Substitui-se a política de endividamento público pela possibilidade do generalizado endividamento privado: o que nosso autor chama de “keynesianismo privatizado”.

O keynesianismo privatizado substitui o endividamento público pelo endividamento privado como mecanismo de aumento da reserva da economia política no que diz respeito a recursos distribuíveis. Trata-se da terceira e, até à data, última versão do preenchimento da lacuna das promessas do capitalismo tardio do pós-guerra através de uma antecipação do poder de compra. Nesta versão, o Estado – através da política reguladora correspondente – limita-se a permitir aos agregados familiares que se endividem por sua conta e risco, para compensar as perdas dos rendimentos provenientes da atividade remunerada e das prestações sociais do Estado (STREECK, 2013).

Novamente, numa repetição histórica de curto prazo, essa ciranda financeira e de dívidas tem por imediato resultado o surgimento de bolhas especulativas e suas

sucessivas explosões. Por motivos diversos, mas sempre com a mesma encenação, a crise iniciada há quarenta anos se estende por meio de irrupções catastróficas periódicas. Aqui se justifica o título da obra: a sistemática (1) política inflacionista da década de 1970, o (2) endividamento público dos anos de 1980 e o (3) endividamento privado da última década do século não passam de artimanhas para contornar uma crise muito mais profunda; limitam-se a métodos paliativos, a postergar a solução estrutural para a crise, enfim, compra de tempo, uma “fuga para a frente” sem nenhum objetivo concreto.

Nessa altura, três comentários podem ser dirigidos ao cerne da obra. O primeiro, de caráter mais expositivo, é a evidente esquematização proposital utilizada por Streeck: esses três meios de “comprar tempo” são mais nítidos nos EUA, onde operam quase que de modo sucessivo, mas são mais complexos em outros países. Na Europa, por exemplo, esses expedientes por vezes aparecem amalgamados, tratando-se de uma opção argumentativa por parte do autor a sua separação. Aliás, a partir do grande abismo aberto em 2008, com a quebra do mercado do *subprime* e a crise financeira global, essas estratégias são implementadas ao mesmo tempo, particularmente na “Eurolândia”.³⁷

O segundo comentário, voltado aos fundamentos teóricos da sua análise, é o fato de que, sob vários aspectos, apesar de todo trato com a herança frankfurtiana, falta o momento de elaboração essencial em torno do caráter da economia de mercado, isto é, da própria forma social capitalista enquanto tal. Ao amparar-se na tese de Karl Polanyi das três mercadorias fictícias (terra, trabalho e dinheiro), Streeck perde a contribuição mais importante da Teoria Crítica em seu auge, o fundamento da socialização burguesa na forma da mercadoria. Suas observações sobre o “mundo governado pelas forças do mercado” (citando Alan Greenspan) ou sobre a lógica de “maximização do capital” acabam por ficar na superficialidade da troca, sem problematizar a *forma da produção burguesa*.

³⁷ Uma das contribuições do livro de Streeck é sua análise do projeto de integração europeia como um grande concerto neoliberal para escapar ainda mais das obrigações democráticas, criando instâncias supranacionais que não respondem a ninguém. A União Europeia, assim, ao contrário de todo o discurso de paz e unificação entre nacionalidades diferentes, não passa de uma estratégia sistemática de “economia política hayekiana” (2013).

Por fim, e resultado dessa observação mais de fundo, a própria natureza da crise não fica precisamente determinada. É claro que sua obra é ímpar pela descrição da natureza múltipla e complexa da crise, mostrando os vínculos estreitos entre a “crise tripla” que enfrentamos atualmente: crise financeira (dos bancos), crise orçamentária (dos Estados) e crise de crescimento (da produção de mercadorias). Mas ainda assim permanece obscura a natureza fundamental da crise – compra-se tempo para evitar exatamente o quê?

Para não entrarmos na complexa discussão do evidente subconsumismo presente em sua abordagem, ressaltamos apenas que há uma perspectiva ainda de salvar a democracia presente nesse texto de 2012. Uma ampla reforma política e econômica poderia reatar o vínculo rompido entre capitalismo e democracia – é essa a impressão que se tem principalmente na reflexão sobre o futuro da União Europeia e sobre a tentativa de salvação da justiça social diante da justiça do mercado (veja a seção “Capitalismo ou democracia”). Há aqui, apesar de todo o pessimismo diante do cada vez mais presente “modelo social hayekiano da ditadura de uma economia de mercado capitalista” (STREECK, 2013), um tom ainda de esperança na recomposição de instituições democráticas desfeitas nos últimos quarenta anos.³⁸

Entretanto, ao que parece, os caminhos da reflexão de Streeck se aprofundaram posteriormente. Nessa obra de 2012, o limite da reflexão é a “crise do capitalismo democrático”, o fim da era que havia se iniciado com o Estado de proteção social e com a economia política keynesiana. Em artigos recentes, seu horizonte de análise se ampliou ainda mais e suas conclusões do que representa o longo período de crise que vivemos avançam sobre a própria natureza do capitalismo enquanto tal. Em um artigo de grande repercussão publicado na *New Left Review* (traduzido em português nas páginas da *Revista Piauí*), essa mudança é indicada com uma clareza maior sobre a natureza estrutural da crise:

³⁸ Tem razão Habermas ao apontar uma “opção nostálgica” (2013: 35) presente na obra de Streeck, mas cujo pessimismo acaba predominando sobre o desejo de “regressar ao entricheiramento nacional-estatista dos anos 60 e 70)” (Habermas, 2013: 35). Diante do fato de que a opção mais otimista de Habermas é o avanço de uma verdadeira democracia supranacional (porém, *supraestatal*) para contrabalançar as forças econômicas integradas globalmente, resulta um maior realismo no pessimismo de Streeck. Todas as tentativas de erguer aparatos institucionais supranacionais reguladores fracassaram, a não ser os arranjos políticos e alianças militares que construíram instituições repressivas regionais que servem exatamente para defender as leis do mercado global.

a crise de 2008 foi apenas a mais recente de uma longa sequência iniciada em meados da década de 70, com o fim da prosperidade do pós-guerra. Cada crise mostrou-se mais grave do que a anterior, alastrando-se mais ampla e rapidamente por toda a economia global, cada vez mais interligada. O surto de inflação dos anos 70 foi seguido pelo aumento da dívida pública nos anos 80, e o ajuste fiscal dos anos 90 se fez acompanhar por um acentuado aumento da dívida do setor privado. Já faz quatro décadas que o desequilíbrio tem sido mais ou menos a condição normal do mundo industrial avançado, tanto em nível nacional como global. (...)

Os historiadores nos informam que as crises não são uma novidade para o capitalismo, e podem até ser necessárias para sua saúde em longo prazo. Mas eles estão falando de movimentos cíclicos ou choques aleatórios, após os quais as economias conseguem um novo estado de equilíbrio, pelo menos temporário. O que estamos vendo, porém, parece ser um processo contínuo de decadência gradual, lento mas aparentemente inexorável (2014).

Como aponta o título do texto, o que se trata é da própria possibilidade de pensar o fim do capitalismo, pois a série infindável de tentativas de administrar ou resolver a crise econômica e a crise fiscal, há quatro décadas, não apresentaram nenhum indício de acerto. Ao contrário, complicaram ainda mais a situação que buscavam contornar. A possibilidade desse processo representar a decadência do sistema econômico não pode ser descartada, mas para isso é preciso abandonar o preconceito de que o fim do capitalismo deveria ser um “evento” – algo que acontece de uma vez, facilmente datado e demarcado em termos históricos. Se vivemos numa crise terminal desse sistema, então isso deve ser encarado com um “processo”, longo e incontrolável:

Hoje, diferentemente da década de 30, não há no horizonte nenhuma fórmula político-econômica, à esquerda ou à direita, capaz de fornecer às sociedades capitalistas um novo regime coerente de regulação.

O mais provável é que, com o passar do tempo, ocorra um acúmulo de disfunções pequenas e não tão pequenas – nenhuma necessariamente fatal, porém a maioria sem conserto (e, conforme se multiplicarem, será impossível lidar com cada uma delas individualmente). Nesse processo, as partes do todo vão se encaixar cada vez menos; atritos de todo tipo vão se propagar; consequências inesperadas vão se disseminar, por razões cada vez mais difíceis de serem determinadas. Incertezas vão proliferar; crises de todo tipo – de legitimidade, de produtividade ou ambas – vão se suceder, enquanto diminuirão ainda mais a previsibilidade e a governabilidade (como vem acontecendo há décadas). Por fim, a miríade de correções provisórias concebidas para gerir crises no curto prazo vai entrar em colapso sob o peso dos desastres diários produzidos por uma ordem social em profunda instabilidade e anomia (2014).

Diante de uma visão sombria e assustadora como essa, o pensamento tende a se deter, sob o risco das grandes conclusões. A ciência oficial, por seu turno, tende a ser mais refratária a esse tipo de reflexão: é quase uma exigência para o procedimento

científico que ele seja propositivo, que apresente soluções para o problema que enfrenta teoricamente – e a tese de um limite histórico e absoluto para o capitalismo implica exatamente a incapacidade de formular qualquer solução para conter a desagregação social. Streeck não concorda que essa deva ser uma obrigação do pensamento teórico.³⁹ Talvez o primeiro e mais comum comportamento diante da tese do “desmantelo crônico” do capitalismo seja a recusa irônica e a repetição litúrgica de que mais de uma vez na história foi anunciado erradamente o fim dos tempos. Esse tipo de reflexo condicionado já de antemão está preparado para a rejeição, portanto, não se preocupa muito com a reflexão. Mas Wolfgang Streeck tem uma resposta para essa aborrecida recusa da morte do capitalismo:

Na verdade, todos os principais teóricos já previram seu fim iminente desde que o conceito passou a ser usado, em meados do século XIX – não apenas por críticos radicais como Karl Marx ou Karl Polanyi, mas também por teóricos burgueses como Max Weber, Joseph Schumpeter, Werner Sombart e o próprio Keynes. (Se a história provar que estou errado, pelo menos estarei em boa companhia) (2013).

Referências bibliográficas

Adorno, Theodor; Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento (fragmentos filosóficos)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Dubiel, Helmut. *La teria crítica: ayer y hoy*. Ciudad de Mexico: UNAM/Instituto Goethe, 2000.

Habermas, Jürgen. ¿Democracia o capitalismo? In: *Nueva Sociedad*, no. 246, jul./ago. 2013, p. 32-46.

Offe, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1984.

Streeck, Wolfgang. A crise de 2008 começou a quarenta anos. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1086>. Acesso em: abr. 2015.

_____. *Tempo Comprado – a crise adiada do capitalismo democrático*. Lisboa: Actual Editora, 2013.

³⁹ “... considero incorreto exigir a alguém que descreve um problema que apresente uma solução juntamente com a análise do mesmo” (Streeck, 2013).

_____. Como vai acabar o capitalismo? O epílogo de um sistema em desmantelo crônico. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-97/tribuna-livre-da-luta-de-classes/como-vai-acabar-o-capitalismo>. Acesso em: dez. 2014.